

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL**

CRISTIANE BARBOSA REZENDE

A VELHICE NA FAMÍLIA: estratégias de sobrevivência

FRANCA

2008

CRISTIANE BARBOSA REZENDE

A VELHICE NA FAMÍLIA: estratégias de sobrevivência

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. Mário José Filho

FRANCA

2008

Rezende, Cristiane Barbosa

A velhice na família : estratégias de sobrevivência.
Cristiane Barbosa Rezende. – Franca : UNESP, 2008.

Dissertação – Mestrado – Serviço Social – Faculdade de
História, Direito e Serviço Social – UNESP.

1. Idosos – Família. 2. Envelhecimento. 3. Velhice –
Franca (SP).

CDD – 362.6

CRISTIANE BARBOSA REZENDE

A VELHICE NA FAMÍLIA: estratégias de sobrevivência

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.
Área de Concentração: Serviço Social e Sociedade**

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Prof. Dr. Mário José Filho

1º Examinador: _____

2º Examinador: _____

Franca (SP), _____ de _____ de 2008.

Para meus pais
Waldemar Rezende e Joana
Darc Barbosa Rezende (in
memorian).

AGRADECIMENTOS

A todos aqueles que através de incentivos, apoio, questionamentos, compreensão, sorrisos e lágrimas ousaram sonhar comigo...

A Deus que em sua infinita bondade me iluminou durante essa trajetória me dotando de coragem e determinação.

Ao Prof. Dr. Mário José Filho por ter compartilhado seu saber ao me acompanhar durante o processo de execução deste trabalho.

Ao Gustavo pelo seu companheirismo, carinho, compreensão e principalmente pela sua disponibilidade e ajuda para a concretização deste sonho.

A minha querida amiga Edna de Oliveira que esteve presente, ora me incentivando, ora se entusiasmando com as minhas conquistas.

Aos meus familiares, amigos e todos aqueles que direta ou indiretamente me apoiaram.

Em especial às idosas, sujeitos desta pesquisa...

“Sonho que se sonha sozinho é só um sonho. Sonho que se sonha junto é uma realidade”. (Raul Seixas)

Muito obrigada!

“Gosto de descobrir o verdor num velho e sinais de velhice num adolescente. Aquele que compreende isso envelhece, talvez, em seu corpo, jamais em seu espírito”. Cícero (106 a.C. – 44 a. C.) Saber envelhecer

REZENDE, Cristiane Barbosa. **A velhice na família:** estratégias de sobrevivência. 2008. 154 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008.

RESUMO

Este trabalho discute a questão das estratégias de sobrevivência desenvolvidas pelos idosos em suas famílias. Apresenta o envelhecimento populacional como um fenômeno eminentemente contemporâneo, considerando que o aumento do número de idosos no Brasil trouxe consigo transformações demográficas, sociais, econômicas, biológicas e culturais, ao mesmo tempo em que foi resultado deste conjunto de determinantes. Também analisa as mudanças ocorridas nas famílias concebendo-a como uma instituição social, historicamente condicionada, dialeticamente articulada com a sociedade, tendo como tarefas primordiais o cuidado, a proteção e a garantia da sobrevivência dos seus membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como esteja estruturada. Dessa maneira este estudo teve como objetivo conhecer as estratégias de sobrevivência adotadas pelas famílias de idosos e com membros idosos, através de pesquisa de natureza qualitativa, com nove idosas usuárias do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do município de Franca-SP e alguns dos seus familiares, sendo que destas cinco têm renda própria e outras quatro não. Quanto à metodologia baseou-se em entrevista semi-estruturada com roteiro previamente elaborado e amostragem intencional aleatória. No que concerne à questão das estratégias de sobrevivência especificamente foi possível entendê-las como um conjunto de ações, comportamentos e atitudes adotadas na qual o sujeito idoso em certos momentos recebe auxílio, mas em outros também têm condições de oferecer apoio ao seu grupo familiar e comunitário, sendo então uma questão essencialmente dialética. Percebeu-se que há uma variação em relação aos recursos disponíveis e utilizados em face da conjuntura vivida por cada um, no entanto também existe um objetivo comum que é manter-se vivo e possibilitar o mesmo aos seus familiares, dessa maneira as idosas entrevistadas que têm renda desfrutam de maiores possibilidades de prestar auxílio material, já aquelas que são dependentes economicamente auxiliam através da prestação de serviços. Contudo não houve uma restrição sobre essa questão a uma perspectiva meramente econômica e não se estabeleceu uma sentença sobre a mesma, pois também há uma conjunção e alternância de formas de auxílio. Entretanto pode-se afirmar que as estratégias de sobrevivência são frutos da ausência de políticas sociais públicas e que elas servem como indicadores para medir o grau de acessibilidade aos direitos sociais. Em linhas gerais observou-se que a velhice tem sido uma fase da vida onde os indivíduos ainda lutam pela sua própria sobrevivência, assim como a de seus familiares.

Palavras-chave: estratégias de sobrevivência. família. idoso. direitos.

Rezende, Cristiane Barbosa. **La vejez en la familia:** estrategia de sobrevivencia. 2008. 154 h. Disertación (Maestría en Trabajo Social) – Facultad de Historia , Derecho y Trabajo Social, Universidad Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008.

RESUMEN

Este trabajo discute la cuestión sobre las estrategias de sobrevivencia desarrolladas por los ancianos en sus familias. Presenta, el envejecimiento de la población como un fenómeno eminentemente contemporáneo, considerando que el aumento del número de ancianos en Brasil trajo transformaciones demográficas, sociales, económicas, biológicas, y culturales, al mismo tiempo en que fue resultado de este conjunto de determinantes. También analiza los cambios ocurridos en las familias concebiéndolas como una institución social, historicamente condicionada, dialécticamente articulada con la sociedad, donde las tareas primordiales son el cuidado, la protección y la garantía de la sobrevivencia de sus miembros, independiente de la disposición familiar o de la forma como esté estructurada. De este modo este estudio tuvo como objetivo conocer las estrategias de sobrevivencia adoptadas por las familias de ancianos y con los miembros ancianos, a través de pesquisa de naturaleza cualitativa, con nueve ancianas usuarias del Centro de Referencia de Asistencia Social (CRAS) del municipio de Franca-Sp y algunos de sus familiares; de estas, cinco tienen renta propia y las otras cuatro no. Cuanto a la metodología fue hecha entrevista semiestructurada con itinerario previamente elaborado y muestra intencional aleatoria. En lo concerniente a la cuestión de las estrategias de sobrevivencia específicamente fue posible comprenderlas como un conjunto de acciones, conductas y actitudes adoptadas las cuales el sujeto anciano en determinados momentos recibe amparo, pero en otros también tiene condición de ofrecer apoyo a su grupo familiar y comunitario, es, entonces, una cuestión esencialmente dialéctica. Nota que hay una variación en relación a los recursos disponibles y utilizados delante de la conjuntura vivida por cada uno, sin embargo, también existe un objetivo común que es mantenerse vivo y posibilitar el mismo a sus familiares, de ese modo las ancianas entrevistadas que tienen renta disfrutan de mejores posibilidades de dar auxilio material, ya aquellas que son dependientes económicamente auxilian con prestación de servicios. Conque no hubo una restricción sobre esa cuestión a una perspectiva solamente económica y no se estableció una sentencia sobre la misma, pues también hay una conjunción y alternancia de formas de amparo. No obstante, se puede afirmar que las estrategias de sobrevivencia son frutos de la ausencia de políticas sociales públicas y que ellas sirven como indicadores para medir el grado de acceso a los derechos sociales. En general observó que la vejez es un periodo donde los individuos aún luchan por su propia sobrevivencia, así como la de sus familiares.

Palabras clave: estrategias de sobrevivência. família. anciano. derechos.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Vulnerabilidade de Franca X índice estadual.....	83
---	-----------

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidade e percentagem de beneficiários segundo a espécie do benefício.....	34
Tabela 2 – Quantidade, valor e percentagem dos benefícios, segundo a faixa de renda mensal.....	34
Tabela 3 – Quantidade de benefícios por sexo, segundo faixa etária do beneficiário.....	36
Tabela 4 – População e estatísticas vitais – População por faixa etária	76
Tabela 5 – População residente em Franca-SP, ano de referência 2007	77
Tabela 6 – População e estatísticas vitais.....	78
Tabela 7 – Projeção da população residente em Franca-SP em 01 de julho de 2020.....	79
Tabela 8 – Estrutura empresarial de Franca-SP/ 2004	81
Tabela 9 – Condições de vida – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) - Franca/ SP.....	84
Tabela 10 – Mudanças que o BPC traz na vida dos usuários segundo a sua avaliação pessoal.....	85
Tabela 11 – Prioridades no uso do dinheiro do BPC pelo beneficiário.....	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Leis do município de Franca/ SP referentes ao segmento idoso	87
Quadro 2 – Identidade das idosas entrevistadas.....	93
Quadro 3 – Trabalho e renda	95
Quadro 4 – Identidade dos filhos das idosas que participaram da pesquisa	97
Quadro 5 – Trabalho e renda	98
Quadro 6 – Configuração familiar dos sujeitos da pesquisa	99

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
 CAPÍTULO 1	
VELHICE.....	18
1.1 Breve Histórico	19
1.2 Em Busca de um Conceito: velho, idoso ou terceira idade?	22
1.3 Velhice e Envelhecimento	24
1.4 A velhice na Contemporaneidade.....	30
1.4.1 Velhice e Gênero.....	37
1.4.2 Velhice, Legislação e Política Pública	40
 CAPÍTULO 2	
AS RELAÇÕES FAMÍLIA E IDOSO	45
2.1 O que vem a ser Família?.....	46
2.1.1 Família: espaço de afeto e sobrevivência	51
2.2 Família e Políticas Públicas.....	56
2.3 Velhice, Família e Pobreza.....	59
2.4 Família de Idosos e com Idosos.....	62
2.5 Estratégias de Sobrevivência	69
 CAPÍTULO 3	
CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA	74
3.1 Caracterização do Município de Franca	75
3.1.1 Aspectos Demográficos.....	75
3.1.2 Aspectos Econômicos.....	80
3.1.3 Aspectos Sociais	82
3.1.4 Aposentadoria e Benefício de Prestação Continuada (BPC) no município.....	84
3.1.5 Legislação Municipal	86
3.1.6 Rede de Serviços Públicos e Privados.....	88
3.2 Pesquisa: considerações preliminares	90
3.2.1 Caracterização dos Sujeitos da Pesquisa	93
3.2.1.1 <i>Composição familiar</i>	99

CAPÍTULO 4

A VELHICE NA FAMÍLIA: ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA..... 101

4.1 Velhice 102

4.1.1 Velhice: a visão do idoso..... 102

4.1.2 Velhice: a visão dos familiares 106

4.2 Estratégias de Sobrevivência 109

4.2.1 Dinâmica Familiar..... 109

4.2.1.1 *Chefia familiar e Provisão econômica* 109

4.2.1.2 *Relação intergeracional: avós cuidadoras*..... 112

4.2.2 Rede de apoio..... 114

4.2.2.1 *Privações cotidianas e convivência familiar* 114

4.2.2.2 *Apoio intrafamiliar*..... 117

4.2.2.2.1 O idoso como prestador de auxílio 120

4.2.2.3 *Apoio público: o auxílio estatal em questão*..... 122

4.2.2.4 *Apoio comunitário*..... 125

4.2.3 Direitos Sociais 126

4.2.3.1 *Trabalho* 126

4.2.3.2 *Aposentadoria* 129

4.2.3.3 *Saúde* 131

CONSIDERAÇÕES FINAIS 133

REFERÊNCIAS..... 140

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA..... 153

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO 154

INTRODUÇÃO



Fonte: Blog Que Barato

O envelhecimento populacional é um fenômeno eminentemente contemporâneo, resultado da queda da taxa de natalidade associado ao aumento da expectativa de vida, conseguido graças às significativas transformações biológicas, sociais, econômicas e comportamentais.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2005 no Brasil havia 17,6 milhões de idosos, o que representava 9,7% da população brasileira. De acordo com os dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) o Brasil é o país, onde há o crescimento populacional mais acelerado do mundo.

Esse fenômeno suscita discussões desde a questão da terminologia a ser adotada (idoso X velho X terceira idade) até o fato de 62,4% dos idosos terem sido considerados responsáveis pelos domicílios do país, sendo que esse número equivaleria a 20% das residências brasileiras, segundo dados do Censo demográfico (2000).

Já que estamos falando sobre domicílios, é importante declararmos que consideramos como tarefa primordial da família: cuidar e proteger dos seus membros, no entanto, sabemos que ela vem sofrendo mudanças em sua estrutura e dinâmica cotidiana e que, sobretudo o Estado tem reduzido as suas funções e sobrecarregado a mesma. Dessa maneira ela não tem recebido a proteção e anteparos necessários para que possa proteger os seus membros.

Sabendo, ainda, que 54,5% dos idosos chefes de família viviam em 2000, de acordo com o Censo, com os seus filhos e os sustentavam, questionamo-nos quais seriam as estratégias de sobrevivência adotadas, sendo que este é o objetivo deste trabalho, ou seja, entender como as famílias de idosos e com idosos têm sobrevivido e identificar seus mecanismos para isso.

Adotamos como pressuposto a tese de que os idosos estariam sendo, em muitos casos, os elementos de proteção econômica de suas famílias, dada a situação de pauperização e vulnerabilidade das mesmas.

Esta dissertação apresenta a seguinte estrutura:

- No Capítulo 1 - realizamos um breve histórico sobre a velhice. Em seguida discutimos sobre a terminologia: velho X idoso e outros neologismos, dando continuidade abordamos a questão da velhice, entendendo-a como um fenômeno eminentemente cultural

e social, diferentemente do processo de envelhecimento que tem um elemento biológico. Ainda neste capítulo discutimos sobre a questão do envelhecimento na contemporaneidade, mais especificamente no caso do Brasil, onde nos servimos de dados estatísticos, obtidos através de consulta ao Censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), do Censo Previdenciário elaborado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social (2007) e textos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e abordamos, ainda, o fator do gênero relacionado à velhice, para por fim, discutir sobre o tema da legislação referente ao segmento idoso expressas na Constituição Federal (1998), Lei n. 8.842/94 (Política Nacional do Idoso), Decreto n. 1.948/96 e Lei n. 10.741/03 (Estatuto do Idoso), por entendermos que estes são marcos legais de extrema importância para a população idosa do país.

- Iniciamos o Capítulo 2 - apontando alguns conceitos de família defendidos por renomados autores que nos alicerçaram na construção do conceito defendido nesta pesquisa, ou seja, a família como uma instituição historicamente condicionada, dialeticamente articulada com a sociedade, que tem como tarefas primordiais o cuidado, a proteção e a garantia aos seus membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como esteja estruturada.

Aprofundamos a discussão sobre a família como espaço de afeto e sobrevivência, em um segundo momento, sendo que logo após apresentamos alguns dados referentes às questões do investimento governamental nas políticas públicas e passamos a refletir sobre a relação família x Estado, destacando o seu papel como responsável pela proteção social às famílias brasileiras e a sua desresponsabilização frente a atual conjuntura nacional.

Logo após discorreremos sobre as famílias de idosos e famílias com idosos. Também abordamos aspectos do envelhecimento associado ao empobrecimento, para, por fim, tratarmos da questão das estratégias de sobrevivência, quando apresentamos, inicialmente, as definições trazidas por alguns pesquisadores e concluimos pontuando alguns aspectos do apoio intergeracional.

- O Capítulo 3 - constitui-se da caracterização do município de Franca-SP, através dos aspectos demográficos, econômicos e sociais, sendo que neste último apresentamos a legislação municipal destinada ao segmento idoso, a rede de serviços públicos e privados oferecidos e ainda tratamos sobre a questão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) no município.

Na seqüência realizamos algumas considerações preliminares sobre o que é uma pesquisa, quando em seguida apresentamos o lócus da mesma, informamos à motivação que nos despertou o desejo de realizar esse estudo e fazemos a configuração do objeto de análise, além de explicarmos o processo de construção da metodologia adotada, ou seja, o campo empírico desta pesquisa foi o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) da cidade de Franca-SP, instalados nas regiões leste, oeste norte, sul e centro. Optamos por realizar a pesquisa neste equipamento social por tratar-se de uma unidade pública estatal, que atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e fortalecimento do convívio sócio-familiar e desempenhando a coordenação dos serviços de proteção básica.

Escolhemos a abordagem qualitativa e amostragem intencional aleatória, dessa maneira solicitamos a cada coordenador regional do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) que nos fornecessem nomes e endereços de dois usuários que estivessem dentro dos critérios estabelecidos: ser idoso (idade igual ou superior a 60 anos); residir com outros familiares, preferencialmente filho (a) por período não inferior a seis meses; 50% de famílias onde os idosos possuíssem rendimentos econômicos, através de aposentadoria, pensão, benefício de prestação continuada, trabalho remunerado ou outra fonte de renda e 50% que dependessem atualmente de recursos dos familiares com os quais reside, para podermos realizar um estudo comparativo.

Dessa maneira obtivemos um total de dez sujeitos, utilizamos como instrumental entrevista semi-estruturada, com roteiro pré-elaborado, aplicando-a as nove idosas e seus respectivos familiares que consentiram em participar, através da assinatura do termo de consentimento.

Ainda neste capítulo realizamos a caracterização dos sujeitos da pesquisa, sendo importante esclarecer que os dados obtidos através das entrevistas servirão de subsídios para refletirmos sobre a relação teoria X vivência dos sujeitos.

O Capítulo 4 - trata das análises das entrevistas. Adotamos três categorias de análise: família, que abordamos no capítulo anterior, velhice e estratégias de sobrevivência, sendo que esta se subdivide em: a) *dinâmica familiar* - que compreende: chefia familiar e provisão econômica e relação intergeracional: avós cuidadoras; b) *rede de apoio* - privações cotidianas e convivência familiar, apoio intrafamiliar – o idoso como prestador de auxílio, apoio público: o auxílio estatal em questão e apoio comunitário c) *direitos sociais* - trabalho, aposentadoria e saúde.

- Por último apresentamos as Considerações Finais, que são passíveis de outras informações e reflexões, mas que revelam nossas reflexões ao longo deste estudo.

CAPÍTULO 1

VELHICE



Fonte: Blog Os Atlânticos

Viver, envolve um trabalho, o processo de a gente se tornar aquilo que é potencialmente. Na arte de viver, o homem é simultaneamente o artista e o objeto de sua arte.

(Eric Fromm)

1.1 Breve Histórico

Vê-se que, no que toca à condição dos velhos nas sociedades primitivas, é preciso abster-se de simplificar. Não é verdade que em toda parte se faça o velho “cair de maduro”, também não é justo alimentar uma imagem idílica do destino dos idosos [...]. (Beauvoir)

Pretendemos apontar algumas características da velhice nas sociedades primitivas, no entanto, sem cair no erro de generalizações, já que houve muitas peculiaridades em relação a essa questão, até mesmo porque do antigo Egito ao Renascimento, vê-se que o tema da velhice foi quase sempre tratado de maneira estereotipada, ou seja, através das mesmas comparações e com os mesmos adjetivos.

O velho tinha mais condições de subsistir nas sociedades ricas do que nas pobres, nas sedentárias mais do que nas nômades, sendo que, no que diz respeito às sedentárias colocava-se apenas um problema de sustento; já no que se refere às nômades, além deste problema, havia ainda outro, de mais difícil resolução, ou seja, o transporte. Mesmo que gozassem de certa abundância, esta não era conseguida senão graças aos seus deslocamentos constantes. Dessa maneira, quando os idosos não conseguiam acompanhar os demais, eram abandonados.

Nas sociedades agrícolas, a mesma relativa abundância seria suficiente para alimentá-los. Entretanto, a situação econômica não era, absolutamente determinante: em geral, tratava-se de uma opção que a sociedade fazia, e que poderia ser influenciada por diferentes circunstâncias; porém, naquelas mais pobres, por exemplo, não era a idade em si, mas sim, a capacidade produtiva, o fator decisivo do destino do idoso. Entretanto, em outras sociedades também pobres eles eram respeitados.

Poder-se-ia supor que, nas sociedades desfavorecidas, a magia e a religião intervinham em favor dos velhos, contudo isso não era uma regra em absoluto. Devido o fato de se preocupar essencialmente com a sobrevivência, não desenvolviam quase nenhuma cultura religiosa. Os velhos até recebiam respeito, mas a velhice não lhes conferia nenhum poder mágico.

Em algumas sociedades caracterizadas como equilibradas e prósperas, o fato do indivíduo envelhecer não demandava nenhuma diferença de tratamento, nem mais prestígio ou desprezo e, em outras, observou-se, além da riqueza, um desenvolvimento cultural mais significativo, os conhecimentos dos idosos eram valorizados, oportunizando uma situação de vida mais adequada. No entanto, algumas sociedades agrícolas, mesmo dispondo de recursos, permitiam que idosos morressem de fome, encarando este fato de forma indiferente.

Em suma, pudemos inferir que nas sociedades primitivas a noção de velhice era relativa e imprecisa, uma vez que existiam variações em função de momentos e realidades históricas de cada sociedade, bem como das diferentes situações sociais que cada uma apresentava: um indivíduo podia ser considerado idoso aos 30, 40 ou 60 anos de idade, dependendo da sociedade em que vivia, demonstrando assim, o significado social da velhice, e que é improcedente a idéia romântica de que num passado impreciso todos os idosos eram respeitados por sua sabedoria. Isso foi verdade em apenas algumas sociedades. Em muitas delas eles desfrutaram de prestígio e conforto, enquanto que em outras levaram uma vida miserável. Contudo, fica claro que seu destino sempre foi decidido pela coletividade, conforme os interesses desta.

É imprescindível dizer que até o século XIX, nunca se fez menção aos “velhos pobres”, estes eram pouco numerosos e a longevidade só era possível nas classes privilegiadas. Os idosos pobres não representavam rigorosamente nada, e a condição de vida dos que sobreviviam era bastante difícil, haja vista passarem a depender da caridade pública, que nem sempre correspondia à demanda existente, fato comprovado através dos estudos de Beauvoir (1990) que afirmou que entre os primitivos, os que chegavam aos 65 anos eram raros, uma vez que seu número raramente ultrapassava 3% da população.

A classe dominante tratava com indiferença esse segmento, chegando a empreender poucos esforços para socorrer os velhos pobres, nessa época, mas a partir do século XIX, esses velhos tornaram-se numerosos, e ela não pôde ignorá-los mais. Para justificar sua selvagem indiferença, foi obrigada a desvalorizá-los. Mais do que o conflito das gerações foi a luta de classes que deu à noção de velhice sua ambivalência.

À falta de melhor explicação, uma longa e bem sucedida velhice eram atribuídas ao destino, à virtude, à posse de conhecimentos secretos e ao sobrenatural. O mais comum era a velhice ser vivida em meio à fragilidade, ao afastamento e a doenças, que a transformavam numa experiência temida pela maioria das pessoas.

Com o advento do capitalismo, na Inglaterra no século XIX, com a Revolução Industrial, teve início a distinção entre indivíduos produtores ou consumidores, ativos ou inativos, fomentando o processo de desigualdade, do ponto de vista econômico. Dessa maneira, a situação dos idosos tornou-se ainda mais difícil, assemelhando-se, muitas vezes, ao destino, dividido por um grande número de idosos nas sociedades primitivas, que foram abandonados, negligenciados e até mesmo assassinados clandestinamente.

Nas sociedades contemporâneas, em especial nas primeiras décadas do século XX, a questão da velhice teve realce, principalmente pelos aspectos negativos que apresentava. Na medida em que a força física e a capacidade de produção se constituíam como requisito fundamental do homem, a importância dos idosos e as funções a eles destinadas reduziam-se drasticamente.

A sociedade moderna reforçou a imagem do idoso como um ser improdutivo e decadente. Outra característica marcante da nossa sociedade é a cronologia, estabelecendo uma classificação cultural fragmentando as diferentes faixas etárias, em função, principalmente, das leis que determinam os direitos e os deveres do cidadão.

Ao estabelecer o tempo cronológico, demarcou-se a padronização da infância, da adolescência, da maturidade e da velhice, inaugurando uma nova ordem na qual o mundo econômico e o mundo do trabalho destacam-se pela centralidade. O trabalho passou a ser o ponto central da vida do homem, advindo daí uma supervalorização do indivíduo inserido no processo produtivo.

Até mesmo porque:

No âmbito da ciência, quer sejam as ciências naturais ou mesmo as sociais, que se desenvolveram no século XX, não havia lugar para a consideração da velhice como outra coisa senão um período de doenças, perdas e negação do desenvolvimento. Levando-se em conta o fato do arcabouço teórico das disciplinas comportamentais repousarem sobre essa noção, que se reflete nas teorias clássicas sobre o desenvolvimento humano. Durante mais de meio século, elas só contemplaram a infância e a adolescência e negaram à velhice possibilidade de crescimento (GUSMÃO, 2003, p. 7).

No Brasil, o marco inicial da construção da categoria social velhice remonta ao ano de 1890, quando foi fundado no Rio de Janeiro o Asilo São Luiz para a Velhice Desamparada, e ao ano de 1909, quando surgiu, nessa mesma instituição, um pavilhão para velhos não-desamparados.

1.2 Em Busca de um Conceito: velho, idoso ou terceira idade?

Indagamo-nos: qual seria a importância de se definir ou conceituar a velhice? Para Salgado (1980) o primeiro passo para reflexão de qualquer trabalhador que atue na área social seria esse; entendemos que toda e qualquer palavra tem um conteúdo ideológico, dessa maneira, procuraremos compreender qual ou quais os sentidos atribuídos aos termos comumente usados para designar o indivíduo envelhecido.

Peixoto (1998) em sua obra traçou uma trajetória da formulação pública dos termos, conceitos ou noções vinculadas ao envelhecimento, buscando entender as nuances das representações sociais na França e no Brasil a respeito dessas categorias.

Na França, no século XVIII os indivíduos que não possuíam *status* social eram tratados como velho (*vieux*) ou velhote (*vieillard*), enquanto os que o possuíam eram designados como idosos (*personne âgée*).

Entretanto, o termo velhote não possuía uma conotação tão pejorativa, pois ele também era empregado para os velhos abastados, cuja imagem estava associada a “bom cidadão” e “bom pai”.

Já o termo “velho”, até o final do século XIX esteve associado à decadência e incapacidade para o trabalho, no entanto, quando se começou a distinguir os velhos dos mendigos internados nos “depósitos de velhos” e nos asilos públicos, a velhice passou a receber um tratamento social.

Dessa maneira, a partir dos anos 1960, há uma transformação nos termos de tratamento, tendo em vista o prestígio alcançado pelos aposentados, ao receberem aumento em suas pensões, através da adoção de uma nova política social.

Retomou-se então o termo “idoso”, entendendo que este era menos estereotipado; no entanto, houve críticas por parte de alguns especialistas do tema, pois vislumbraram uma certa ambigüidade no termo, que serviria para caracterizar tanto a população envelhecida em geral, quanto os indivíduos originários das camadas sociais mais favorecidas.

Cabe ressaltar que a política de integração da velhice introduzida na França, a partir de 1962, almejava modificações político administrativas, assim como à transformação da imagem das pessoas envelhecidas.

Criou-se, então, um novo vocábulo para designar mais respeitosa a representação dos jovens aposentados – surge a “terceira idade”. Esse termo seria sinônimo de envelhecimento ativo e independente, convertendo-se em uma nova etapa da vida.

Desse modo, podemos entender que a expressão “terceira idade” não é um simples substituto do termo “velhice”, uma vez que o trabalho de classificação é indissociavelmente um exercício de eufemização, tendo como objetivo tornar como nominável, ou seja, público, tudo o que até o momento foi rejeitado e não pôde se exprimir.

No Brasil, até 1960, o termo empregado de maneira geral era sobretudo “velho”, porém, não possuía um caráter especificamente pejorativo, como o “*vieux*” ou o “*vieillard*” francês.

No final dessa década, a adoção da categoria idoso invade todos os domínios e passa-se a compreender que o termo até então usado – “velho” – é sinônimo de decadência, sendo banido dos textos oficiais, tudo isso influenciado pela mudança de concepção da velhice na Europa, que teve início na França, conforme dissemos anteriormente.

A etimologia da palavra “idoso” vem de “idade + oso”, sendo que ela sempre se relaciona objetivamente com o tempo em anos, meses e dias, decorridos a contar de uma data inicial determinada ou determinável. Idoso, em relação ao ser humano, tem esse significado, a partir do nascimento.

Para Di Gianni (2001) o termo idoso parece menos estigmatizante e considera a pessoa como um todo, em sua dimensão histórica, com necessidades físicas, sociais, psicológicas, mentais, econômicas, políticas, religiosas, buscando sempre a sua auto-satisfação e o seu desenvolvimento mais pleno, sendo este o termo que adotaremos neste trabalho por concordarmos com essa tese.

“Terceira idade” é uma expressão que recentemente, popularizou-se com muita rapidez no vocabulário brasileiro. Alguns autores acreditam que mais do que referência a uma idade cronológica é uma forma de tratamento das pessoas de mais idade, que ainda não adquiriu conotação depreciativa, entretanto entendemos que ela é simplesmente um decalque do vocábulo francês que foi adotado após a implantação das políticas sociais para a velhice na França.

Idoso simboliza, sobretudo as pessoas mais velhas, “os velhos respeitados”, enquanto terceira idade designa principalmente os “jovens velhos”, os aposentados dinâmicos, como a representação francesa (PEIXOTO, 1998, p. 81, destaque do autor).

No aspecto legal o termo idoso envolve três perspectivas: *cronológica* – define como idoso o indivíduo que tem mais idade do que um certo limite previamente estabelecido, ou seja, é objetivo; *psicobiológica* – há uma avaliação individualizada do indivíduo, uma vez que não é importante a sua faixa etária, mas sim suas condições físicas e

psíquicas, já este são subjetivas e por fim a *econômica-social* – que prima por uma visão abrangente do patamar social da pessoa.

Contudo Ceneviva (2004, p. 16) afirma que “percorrendo os vários dispositivos nos quais a lei faz referência à idade, como critério distintivo entre as pessoas, constata-se sua falta de uniformidade, por um lado, e a quase impossibilidade de compatibilizar critérios diversos, para dizer o que é ser idoso”.

No entanto, a Organização Mundial de Saúde (OMS) em seu Relatório do Grupo de Especialistas sobre Epidemiologia e Envelhecimento (1984) recomendou como ponto de coorte a idade de 60 anos para definir os idosos, sendo este o critério que também adotaremos nesta pesquisa.

1.3 Velhice e Envelhecimento

Definir uma categoria denominada velhice, que engloba as características em comum de todos os velhos em todas as épocas e culturas, é uma empreitada vazia de sentido, tendo em vista que ser velho não é uma condição natural e já dada, mas um processo construído social e culturalmente. E isso também engloba categorias como infância, adolescência e adultez. (GUSMÃO, 2003, p. 36).

Ainda que não seja possível definir a velhice, já que ela assume uma multiplicidade de aspectos, irredutíveis uns aos outros; podemos entendê-la como fato universal, quando analisada como parte do processo de desenvolvimento humano, mas também um fato individual, onde as características internas e a influência do meio são determinantes no processo de envelhecer.

Não existe **uma** velhice, mas maneiras singulares de envelhecer. Cada velhice é consequência de uma história de vida que, à medida que o tempo passa, vai acrescentando processos de desenvolvimento individual e da socialização junto ao grupo em que se insere: internalizando normas, regras, valores, cultura (GUSMÃO, 2003, p. 18, grifo do autor).

Contudo, é possível compreender a realidade e a significação da velhice, mas para tanto é indispensável examinar o lugar que é destinado aos idosos, que representação se faz deles em diferentes tempos e em diferentes lugares.

Dessa maneira, entendemos a velhice como o resultado de um conjunto de fatores dinâmicos, em constante movimento, em permanente mudança, que só pode ser visto dentro de um contexto histórico e cultural, dependendo ainda de fatores psicológicos, genéticos, emocionais e sociais.

Ela é representada de maneiras diversas em diferentes grupos, pois é um fenômeno cultural que implica uma dinâmica e se elabora tanto nos valores da cultura oficial, como se encontra, também, associada à maneira como é vivenciada. O que se depreende é que há um referencial simbólico específico de cada grupo, os quais constroem uma identidade coletiva, marcando as suas diferenças em relação uns aos outros.

É oportuno apresentarmos as idéias de alguns autores sobre essa questão. Braga (2005) também afirma que a velhice é plural e que o envelhecimento deve ser considerado como um processo tipicamente individual, existencial e subjetivo, cujas consequências ocorrem de forma diversas em cada sujeito, ou seja, cada indivíduo tem um tempo próprio para se sentir velho ou idoso.

Bosi (1995) encara a velhice como uma categoria social construída culturalmente e ainda, também, como um destino do indivíduo. Defende a idéia de que ser velho é continuar lutando para ser homem e que a sua função é lembrar e aconselhar, lembrando-nos acerca da desvalorização do idoso na sociedade.

Seguindo essa linha de raciocínio Valle (1998) declara que a velhice passou a ser uma condição social. Dessa maneira os idosos não são uma classe, nem tão só um mero segmento de uma população, no entanto o que é novo nessa questão é o fato de ter se tornado uma categoria social, já que idosos sempre existiram, ainda que em menor proporção.

Dessa maneira, percebemos que como categoria social, a velhice é definida e delimitada por dados de natureza sociológica, por condicionamentos sociológicos e econômicos, mas também por determinantes de cunho cultural e político.

Carvalho (1998) também compactua com essa idéia e acrescenta que a velhice representa um destino do ser, tendo um estatuto contingente, uma vez que cada sociedade vive e dá significados específicos ao declínio biológico do homem.

Já Veras (2003) envolve-se com a polêmica discussão sobre a imprecisão do termo velhice e questiona: uma pessoa se torna velha aos 55, 60, 70 ou 75 anos ? Uma pessoa é tão velha quanto as suas artérias, quanto seu cérebro, quanto seu coração, quanto seu moral ou quanto sua situação civil? Ou seria o jeito pelo qual outros indivíduos passam a encarar determinadas características que rotulariam as pessoas como velhas?

O autor concluiu que não é possível estabelecer conceitos universalmente aceitáveis e uma terminologia globalmente padronizada para o envelhecimento.

No entanto, isso não nos impede de refletir sobre o que significa ser velho em nossa cultura. Para tanto devemos, sem dúvida, levar em conta a análise do mundo

econômico, do trabalho, das idéias de produtividade e improdutividade e como esses mesmos elementos são simbolicamente constituídos para os sujeitos – velhos, jovens e adultos, homens, mulheres, classes sociais que vivem nesta sociedade.

Entendemos que na nossa sociedade, ser velho, significa, na maioria das vezes, estar excluído de vários lugares sociais. Estar alijado do sistema produtivo quase que inteiramente define o “ser velho”. Acreditamos que esse alijamento espalha-se, criando barreiras impeditivas de participação do idoso nas outras tantas e diversas dimensões da vida social.

Contudo, principalmente os trabalhadores da área social devem estar atentos para o fato de que é necessário:

Olhar devagar e profundamente as realidades de pessoas, grupos e sociedade, para observar-lhes as diferenças e assim, descobrir-lhes as propriedades.
Crianças e velhos são sujeitos de vivências individuais e coletivas que configuram as possibilidades de um patrimônio cultural e social, a um só tempo, particular e universal. São eles, também que evidenciam a natureza das sociedades modernas altamente estratificadas e classificadoras de coisas, de pessoas e de tudo o mais com que se defronte (GUSMÃO, 2003, p. 26 - 27).

Ainda que a idade cronológica nas sociedades ocidentais seja estabelecida por um aparato cultural, um sistema de datação, independente e neutro em relação à estrutura biológica e à incorporação dos estágios de maturidade, entendemos que quando se torna tema de pesquisa, a periodização da vida em categorias de idade, deve ser estudada levando-se em conta duas características fundamentais: a não-neutralidade das categorias de idade e a concepção de que elas são construções históricas e sociais. Nessa perspectiva, não há a negação do ciclo biológico da vida (nascimento, crescimento e morte), mas o respeito à maneira como cada momento desse ciclo é vivenciado simbolicamente nas diversas culturas e sociedades, pois entendemos a idade como tudo aquilo que levamos conosco, que herdamos ao nascer e que vamos criando enquanto vivemos, a partir do que o mundo nos diz e tal como se nos apresenta.

Edith Motta (1998) afirma que ao contrário do que poderíamos imaginar, as idades no capitalismo não estariam mais nítidas e demarcadas, isto porque há elementos fundamentais na organização e na cultura das sociedades; as idades fazem parte dessa dinâmica, construindo-se, reconstruindo-se e mudando de significado.

O velho e a velhice são concomitantemente referidos a um período cronológico e temporal e constituem uma adjetivação em si mesmos. Desse modo, ressalta-se algo de suma importância, ser velho não é só estar numa fase da vida, mas

representa uma propriedade, alguma coisa que se qualifica em si mesma e que, por esta razão, sofreu um processo de desqualificação no interior da modernidade (GUSMÃO, 2003, p. 28).

Acreditamos que é o sentido que os homens conferem à sua existência, é seu sistema global que define o sentido e o valor da velhice. Inversamente: através da maneira pela qual uma sociedade se comporta com seus idosos, ela desvela sem equívoco a verdade – muitas vezes cuidadosamente mascarada – de seus princípios e de seus fins.

Dessa maneira entendemos que o fim da vida do homem idoso, ou seja, a velhice, não poderá ser diferente da sua existência historicamente determinada pelo sistema capitalista; lembrando que é a luta de classe que determina a maneira pela qual um homem é surpreendido pela velhice. Sabendo disso defendemos que, tanto a emancipação dos idosos como a de toda a sociedade, não pode prescindir da participação dos mesmos, seja individualmente, seja através de um movimento organizado.

O idoso permanece integrado à coletividade e não se distingue dela enquanto conserva uma eficácia, podendo ser considerado um adulto macho de idade avançada. Ao perder as suas capacidades, torna-se um mero objeto, de forma mais acentuada até do que a mulher; já que ela é necessária à sociedade, enquanto ele não serve para nada: não tem valor de troca, pois não é reprodutor e tão pouco produtor não passando assim de uma carga social.

Haddad (1986) chama a atenção para o fato de que o conjunto de representações sobre a velhice é organizado segundo as determinações básicas do modo capitalista de produção.

A produção das relações capitalistas implica a reprodução de idéias, valores, princípios e doutrinas, sendo assim, a ideologia da velhice é elemento fundamental de sua reprodução.

A ideologia da velhice é uma dimensão da necessidade de se criar o velho tutelado. Para conseguir tal finalidade, o Estado propõe a transformação do velho em objeto de reeducação constante, o que é possível através do trabalho social, amparado pelo saber médico (HADDAD, 1986, p. 76).

Contudo, não podemos desconsiderar que sempre que falamos sobre velhice, estamos refletindo sobre a velhice do outro, tanto no resgate de nossas lembranças, quanto em nossos estudos, pesquisas, aulas, discussões e trabalhos com os idosos e sobre a velhice.

Percebemos que há conceituações em que a velhice apresenta-se muito relacionada com uma idéia de tempo de vida, em que se toma como base a expectativa

média de vida da população, desconsiderando-se todos os demais elementos que a envolvem. Desta forma, todos aqueles que se aproximam da idade estabelecida como limite médio de vida são considerados idosos, não nos esquecendo que a palavra “idoso” associa-se ao *status* de uma pessoa. Como ocorre com todas as minorias da população, o idoso tem um *status* diferente das demais faixas etárias.

Contudo, pudemos entender que não há uma unanimidade sobre o conceito “velhice”, uma vez que estudiosos sobre o assunto concebem-na de diferentes maneiras e que estamos tratando de um evento permeado pela cultura e que “Falar de cultura, de fatos culturais, imediatamente revela a idéia de fatos que se modificam. Assim, analisar a cultura implica simultaneamente analisá-la na sua constante dinâmica” (MERCADANTE, 1996, p. 74).

Em relação ao processo de envelhecimento, atualmente há um debate que é permeado por duas correntes de pensamento antagônicas. Na primeira delas aponta-se a situação de pauperização e abandono a que o idoso é relegado, em que ainda é, sobretudo, a família que arca com o peso dessa situação.

Esse pensamento é criticado porque estaria alimentando os estereótipos da velhice como um período de retraimento em face da doença e da pobreza, uma situação de dependência e passividade que legitima as políticas públicas, baseadas na visão do idoso como um ser doente, isolado, abandonado pela família e alimentado pelo Estado.

Já a segunda, apresenta os idosos como seres ativos, capazes de dar respostas originais aos desafios que enfrentam em seu cotidiano, redefinindo sua experiência de forma a se contrapor aos estereótipos ligados à velhice. Levado ao extremo, esse modelo rejeita a própria idéia de velhice ao considerar que a idade não é um marcador pertinente na definição das experiências vividas. A tendência, no limite, é concluir que as intervenções públicas, ao reiterarem o recorte etário da população e o fato de a palavra “velho” associar-se ao *status* de uma pessoa não têm reflexo nas experiências individuais.

Essa tese, também, acaba fazendo coro com os discursos interessados em transformar o envelhecimento em um novo mercado de consumo, prometendo que a velhice pode ser eternamente adiada através da adoção de estilos de vida e formas de consumo adequadas.

“Em uma sociedade onde tudo pode ser comprado e vendido, onde tudo tem um preço, também a velhice pode transformar-se em uma mercadoria como todas as outras” (BOBBIO, 1997, p. 26).

Em se tratando de consumo, não podemos nos esquecer que a mídia apresenta

a velhice, muitas vezes, em uma perspectiva atemporal e universal, não a considerando como concreta e diferente segundo contextos específicos como classes sociais, cultura, sistemas econômicos, épocas e lugares. É dada grande ênfase somente às mudanças ocorridas no corpo.

Podemos perceber que há uma ambivalência na questão da velhice e no processo de envelhecimento, uma vez que carrega consigo duas idéias complementares e antagônicas entre si: a primeira é a de desgaste, diminuição, enfraquecimento do indivíduo e a segunda de maturação, acréscimo e possibilidades.

Encaramos a longevidade como um ganho coletivo, temos uma visão otimista a esse respeito considerando-na como uma vitória e, diferentemente, do que muitos teóricos pregam não é esse fenômeno que poderá tornar-se um problema para as nações desenvolvidas e em desenvolvimento, mas sim a ausência de políticas e programas que promovam o envelhecimento digno e saudável; uma vez que há uma contradição no esforço pelo prolongamento da vida, se o que se oferece é um estado quase sem vida para os indivíduos, principalmente os idosos.

Passaremos agora a discorrer sobre as perspectivas de envelhecimento, vinculadas aos conceitos de velhice, envelhecimento e o termo idoso novamente.

O envelhecimento biológico é o que indica o tempo que resta de vida para um indivíduo, está vinculado à idade funcional que é definida em termos do grau de conservação do nível da capacidade adaptativa em comparação com a idade cronológica, que é a VELHICE, ou seja, a última fase do ciclo vital que é delimitada por eventos de múltipla natureza, incluindo perdas psicomotoras, afastamento social, restrição em papéis sociais e especialização cognitiva.

Podemos entender como envelhecimento psicológico, a relação existente entre a idade cronológica e as capacidades, tais como: percepção, aprendizagem e memória. É também o senso subjetivo da idade, a relação com as mudanças biológicas, sociais e psicológicas em comparação com outras pessoas de sua idade. Neste contexto o ENVELHECIMENTO é o processo de mudanças universais pautados geneticamente para a espécie e para cada indivíduo, que se traduz em diminuição da plasticidade comportamental, em aumento da vulnerabilidade, em acumulação de perdas evolutivas e o aumento da probabilidade de morte. O ritmo, a duração e os efeitos desse processo comportam diferenças individuais e de grupos etários, dependentes de eventos de natureza genético-biológica, sócio histórica e psicológica.

Por sua vez, o envelhecimento social é o que demarca as idades ou épocas certas para o desempenho de tarefas. É o processo de mudanças em papéis e comportamentos que é típico dos anos mais tardios da vida adulta e diz respeito à adequação dos papéis e dos comportamentos dos idosos ao que é normalmente esperado. São chamados IDOSOS, as pessoas com mais de 60 anos nos países em desenvolvimento e de mais de 65 anos, nos países desenvolvidos. As questões de gênero, classe social, saúde, educação, fatores de personalidade, história passada e contexto sócio histórico são importantes elementos que se mesclam com a idade cronológica para determinar diferenças entre os idosos.

O envelhecimento é assim, um processo permeado por falsas concepções e preconceitos e mitos, a saber: a diminuição da inteligência com o avançar da idade, impotência do idoso para a aprendizagem, a convivência exclusiva com pessoas da mesma faixa etária, a manutenção do aposentado pelo governo, dentre outros.

Juntamente com os preconceitos e mitos associados ao envelhecer, os estigmas se constituem em um dos participantes do conjunto de representações formado e atribuído a esse envelhecer, os quais exercem papel significativo na configuração da velhice como algo negativo.

A sociologia utiliza um conceito chamado: envelhecimento sociogênico, que é entendido como processo ideológico que cria estereótipos aceitos pelo senso comum. Esse processo associa outras conotações à velhice, como o idoso “gagá”, “caduco” e esclerosado, entretanto, não podemos ignorar a existência, nos próprios idosos, de um comportamento de auto-rejeição do processo e de todas as situações e circunstâncias decorrentes do envelhecimento.

Em linhas gerais, percebemos que a velhice se apresenta hoje como um fenômeno social criado pelos homens para o homem, ao contrário do envelhecimento, que é inerente a todos os seres vivos.

1.4 A Velhice na Contemporaneidade

A questão da modernidade, ao sucatear as vidas humanas dos considerados **outros** em função do capital, expõe crianças e velhos a viverem antecipadamente suas próprias vidas: a criança que se faz adulto antes da hora e o adulto que precocemente envelhece e é, assim, negado pelo sistema. Violência de uma sociedade ao estipular os limites de um e de outro, por meio de uma hierarquia etária, convencionada e ideologicamente produzida, que não vê o verdadeiro sentido de se ter uma idade, mais do que pertencer a uma idade (GUSMÃO, 2003, p. 27, grifo do autor).

O envelhecimento populacional é um fenômeno recente na história da humanidade, sendo acompanhado de significativas transformações demográficas, biológicas, sociais, econômicas e comportamentais.

Em demografia, entende-se por envelhecimento populacional o processo de crescimento da população considerada idosa em uma dimensão tal que, de forma sustentada, amplia-se a sua participação relativa no total da população. Um dos indicadores que melhor avaliam o envelhecimento demográfico é a razão entre a população idosa e a população jovem, ou seja, a proporção de pessoas de 60 anos ou mais por 100 pessoas de 0 a 14 anos.

Segundo Camarano e Pasinato (2007) a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) classifica os países em quatro grupos em função da intensidade de seu processo de envelhecimento populacional e da participação dos indivíduos de 60 anos e mais no total da população.

Os países cujas proporções de idosos variavam entre 5% e 7% do total da população e não apresentavam níveis de fecundidade tão reduzidos quanto os demais da região teriam um envelhecimento incipiente, na América latina, poderíamos adotar como exemplo a Bolívia.

Já os países cujas proporções de idosos variavam entre 6% e 8% e que apresentavam declínios acentuados na taxa de fecundidade, como o caso da Costa Rica, Peru e México, encontrar-se-iam em um processo de envelhecimento moderado.

O Brasil tem um envelhecimento moderado avançado, pois as suas proporções de idosos estão entre 8% e 10% e por fim, há o envelhecimento avançado, encontrado em países cuja estrutura etária apresentava-se envelhecida há mais tempo, como na Argentina.

De acordo com os estudos realizados pela Divisão de População da Organização das Nações Unidas (ONU) (2002a) – foram preceituados quatro considerações básicas sobre a transição demográfica mundial com objetivos de subsidiar os países para debates e promoção de ações contemplativas às necessidades dos idosos. São elas:

1. O envelhecimento da população mundial ocorre sem precedentes na história, conforme já dissemos.

2. O envelhecimento populacional é um fenômeno geral e afeta a todos – homens, mulheres e crianças, sendo que a solidariedade e a intergeracionalidade devem ser a base das ações da sociedade civil e dos estados.

3. O envelhecimento é importante e tem conseqüências em todos os setores da vida humana, tais como econômico, saúde, previdência, lazer e cultura.

4. E, o envelhecimento populacional está se processando de forma gradual, contínuo e irreversível e transcorrerá acentuadamente no século XXI.

Ainda, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU) divulgados na segunda Assembléia Mundial das Nações Unidas sobre o Envelhecimento, ocorrida também em 2002, em Madri, há um crescimento da população mundial na ordem de 66% (de 6 bilhões em 2000 para 10 bilhões em 2050), sendo que deve triplicar a quantidade de pessoas com mais de 60 anos (de 600 milhões para 2 bilhões).

Os idosos representarão, então, 25% da população do planeta, de acordo com as projeções feitas por aquele órgão, sendo que para a América Latina, a perspectiva é de que em 2025 haverá 93 milhões de pessoas com mais de 60 anos, significando um aumento de 3,5% do número de indivíduos nessa faixa etária.

Se antes, o envelhecimento populacional era uma característica dos países mais desenvolvidos, hoje o encontramos de forma disseminada entre as nações independentemente do seu nível de desenvolvimento. Em 1975, cerca de 52% da população mundial de idosos habitavam os países em desenvolvimento, segundo projeções da Organização das Nações Unidas (ONU), esse percentual seria de 60%, no ano 2000, e de 72% em 2025.

Em termos mundiais, a expectativa de vida no nascimento vem crescendo desde a antiguidade, entre os romanos, era de 18 anos; no século XVII, de 25 anos, e no século XVIII, na França, era de 30 anos. Em meados do século XIX, a expectativa de vida na Inglaterra era de 36 anos; nos EUA, no início do século XX, aproximava-se de 47 anos. Nos países subdesenvolvidos, a exemplo do Brasil, a expectativa não passava de 33 anos, no começo do século XX, passando para 43,2 anos, na década de 1950 e, para 68,5 anos, no ano 2000, com projeção de 75,3 anos, para o ano de 2025.

O envelhecimento populacional dos países desenvolvidos foi um processo que se deu de forma gradual, acompanhado do progresso econômico e a conseqüente melhoria das condições de vida da população. Por exemplo, na França foram necessários 115 anos, de 1865 a 1980, para que a proporção de idosos passasse de 7% do total da população para 17%. O Brasil, por exemplo, levará 20 anos (de 1996 a 2016) para passar de 7% para 14%.

Esta progressão, inicialmente nos países desenvolvidos, decorreu de modificações nas condições de vida das populações, tais como: melhorias na alimentação, no saneamento básico, na urbanização, nas condições de trabalho, e nas décadas de 1940 e 1950, em decorrência dos avanços tecnológicos na área da medicina e na descoberta de novos medicamentos. Os mesmos fatores não concorreram integralmente para a expansão do número de idosos nos países subdesenvolvidos, uma vez que o aumento constatado, a partir da década de 1950, ocorreu mais em função das conquistas na área da medicina e da farmacologia recebidas dos países desenvolvidos, do que propriamente das melhorias nas condições de vida.

Atualmente, cerca de 360 milhões desta população reside nos países em desenvolvimento, com maior concentração no continente asiático. A distribuição de idosos por continentes segundo as Nações Unidas é a seguinte: 53% Ásia; 24% Europa; 8% América do Norte; 7% América Latina e Caribe e 7% África.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) afirma que na atualidade, o Brasil tem o crescimento populacional mais acelerado do mundo, só comparável ao México, Bangladesh e Nigéria. De acordo com as projeções em 2025 haverá 32 milhões de idosos no país, ou seja, 15% da população, representando a mesma proporção dos países europeus; dessa maneira teremos a sexta população de idosos em todo o mundo.

Cabe relatar que o decréscimo nas taxas de mortalidade e de fecundidade em nosso país teve início a partir das décadas de 1940 e 1960, respectivamente. A adoção de diferentes métodos contraceptivos contribuiu significativamente para a redução da taxa de fecundidade/natalidade, uma vez que a queda da natalidade verificada no início dos anos 1970 até hoje, é sem precedentes.

De modo geral, a taxa de crescimento anual da população vem caindo continuamente: em 1960, houve um crescimento de 2,89%, em 1970, cresceu 2,48%, em 1980 cresceu 1,93%, e, de acordo com a contagem da população realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1996, referente ao período 1991-1996, o crescimento atingiu o patamar de 1,38%. No que se refere à queda da mortalidade, esta vem ocorrendo, principalmente, pelas descobertas científicas nas áreas das ciências biológicas, possibilidade de aposentadoria remunerada e outros serviços disponibilizados à população, aumentando, conseqüentemente, a expectativa de vida.

Já que nos referimos à questão da aposentadoria é oportuno apresentarmos alguns dados do Censo Previdenciário realizado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social em duas etapas:

1. No período entre outubro de 2005 a março de 2006.
2. Março de 2006 a julho de 2007.

Tabela 1 - Quantidade e percentagem de beneficiários segundo a espécie do benefício

Espécie de Benefícios	Quantidade	Percentagem
Aposentadorias	10.004.357	68,06%
Pensões	3.935.480	26,77%
Benefícios Assistenciais	455.842	3,10%
Auxílios	300.519	2,04%
Outros	5	0,00%
Totais	14.689.446	100 %

Fonte: Censo Previdenciário – Ministério da Previdência e Assistência Social, 2007.

Podemos observar que os aposentados são os maiores demandatários da Previdência Social, seguidos pelos pensionistas, posteriormente visualizamos os indivíduos que usufruem um benefício social e aqueles que recebem auxílios, sendo que, por fim encontramos um número insignificante que foi denominado como “outros”, não constando maiores esclarecimentos sobre esse dado.

Tabela 2 – Quantidade, valor e percentagem dos benefícios, segundo a faixa de renda mensal

Faixa de renda (em R\$)	Quantidade	Percentagem
Até R\$ 300,00	9.551.243	64,98%
Entre R\$ 300,00 e 600,00	1.752.936	11,93%
Entre R\$ 600,00 e 900,00	1.055.880	7,18%
Entre R\$ 900,00 e 1200,00	786.885	5,35%
Entre R\$ 1200,00 e 1500,00	777.456	5,29%
Acima de R\$ 1500,00	774.046	5,27%
Totais	14.698.446	100,00%

Fonte: Censo Previdenciário – Ministério da Previdência e Assistência Social, 2007.

O salário mínimo vigente no país, à época da elaboração da tabela acima era R\$ 300,00. O fato de 64,98% dos segurados da Previdência Social serem indivíduos que recebem apenas um salário mínimo pode ser um dos motivos para explicar o porquê havia em 2000, 4,7 milhões de idosos trabalhando, sendo que destes 3 milhões eram aposentados ou pensionistas, segundo dados do IBGE (2000).

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) estima que em 2020 aproximadamente 11% da População Econômica Brasileira será constituída de idosos, esse é mais um dado importante, pois nos faz refletir sobre as condições de vida dos idosos em nosso país. Dessa maneira nos questionamos se um idoso aposentado que continua exercendo uma atividade remunerada teve condições de optar ou se essa seria uma necessidade essencial para a sua sobrevivência que não deixa escolhas dadas à conjuntura econômica do nosso país e o fato da aposentadoria não conseguir suprir as necessidades básicas dos idosos.

Se pensarmos naqueles idosos que sequer estão aposentados, ainda podemos inferir que, provavelmente, estão sendo vivendo em condições indignas em nosso país. Contudo, não queremos incorrer no erro de generalizações e, por isso, também devemos falar a respeito daqueles idosos que têm opção de escolhas continuar exercendo uma atividade remunerada durante a velhice, mas acreditamos que essa seja uma pequena parcela privilegiada dentre desse segmento.

Tabela 3 – Quantidade de benefícios por sexo, segundo faixa etária do beneficiário

Idade	Masculino	Feminino	Ignorado	Total	% Faixa etária
Até 19 anos	58.115	58.101	29.512	145.728	1,0 %
De 20 a 24 anos	12.055	16.720	282	29.057	0,2%
De 25 a 29 anos	14.007	23.498	109	37.614	0,3%
De 30 a 34 anos	35.564	51.424	462	87.450	0,6%
De 35 a 39 anos	68.820	102.467	3.958	176.245	1,2%
De 40 a 44 anos	112.517	178.164	10.450	301.131	2,0%
De 45 a 49 anos	216.788	299.344	16.514	532.646	3,6%
De 50 a 54 anos	442.618	487.703	21.020	951.341	6,5%
De 55 a 59 anos	656.524	733.682	26.670	1.416.876	9,6%
De 60 a 64 anos	810.853	1.158.804	32.340	2.001.997	13,6%
De 65 a 69 anos	1.106.547	1.404.692	42.883	2.554.122	17,4%
A partir de 70 anos	2.179.052	3.397.170	888.017	6.464.239	44,00%
Totais	5.714.460	7.911.769	1.072.217	14.698.446	100,00%

Fonte: Censo Previdenciário – Ministério da Previdência e Assistência Social, 2007.

No que se refere à faixa etária e sexo dos segurados da Previdência Social podemos perceber que as mulheres são as maiores demandatárias dos benefícios previdenciários, em todas as faixas etárias, com exceção apenas na adolescência, ou seja, até os 19 anos.

Independentemente do sexo notamos que há uma acentuação de beneficiários a partir da faixa etária dos 50 anos, tendo um aumento muito elevado a partir dos 70 anos, que representa 44% da faixa etária atendida pelo Instituto Nacional do Seguro Social.

Dessa maneira é importante nos atentarmos para o fato de que em 1991 a população idosa era de 10,7 milhões de indivíduos correspondendo a 7,3% da população total, de 2002 para 2003 esse número passou de 16 milhões de idosos (9,3%) para 16,7% milhões (9,6%). De acordo com a Síntese dos Indicadores Sociais de 2005, publicada em 2006 pelo IBGE, o número de idosos hoje é de 17,6 milhões, o que representa 9,7% da

população brasileira. Se continuarmos nesse ritmo superaremos as projeções elaboradas pela Organização das Nações Unidas (ONU).

No Brasil, o número de pessoas com mais de sessenta anos, passou de 3 milhões em 1960, para 7 milhões em 1975 e 14 milhões em 2002, apresentando um aumento de 500% em quarenta anos. A esperança de vida média para homens e mulheres brasileiros, que em 1940 era de 38,5 anos, em 2000 alcançou 68,6 anos e no ano 2025 está projetado para 75,3 anos de idade. A cada ano que passa, mais de 650 mil idosos são incorporados à população brasileira, segundo dados do Censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000).

A análise da pirâmide populacional do interior paulista também aponta a tendência de elevação da participação da população idosa. A análise por agrupamentos urbanos na “Pesquisa de Condições de Vida – Interior” PCV/1998 realizada pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), apontou uma crescente participação dos grupos mais idosos, na pirâmide habitacional, e um aumento de 4,4% de crescimento nas idades superiores a 70 anos; sendo que em 1998, os homens com mais de 70 anos representavam 1,95% da população e as mulheres, 2,6% Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE, 1998).

A situação do município de Franca não é diferente do panorama nacional ou estadual. Dados da mesma Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) sobre o Perfil dos Municípios – Franca/SP apontam que a população de idosos em 2006 era de 30.541 pessoas, tendo crescido para 32.232 no ano de 2007. Em 2010, será de aproximadamente, 37.197 pessoas. Em 2015, de 47.103, chegando a 59.557 em 2020 onde 24.666 terão mais de 70 anos.

Aprofundaremos essa questão no Capítulo 3 quando discorreremos sobre a caracterização do município de Franca-SP.

1.4.1 Velhice e Gênero

Ao considerarmos os aspectos da velhice não podemos deixar de contemplar o recorte de gênero que é determinante inclusive do lugar que os idosos e idosas ocupam na vida social.

Entendemos que há uma especificidade de gênero na situação da velhice, já que esta é uma experiência que se processa de forma diferente para homens e para mulheres,

tanto nos aspectos sociais como nos econômicos, nas condições de vida, nas doenças e até mesmo na subjetividade.

As mulheres constituem a maioria da população idosa em todas as regiões do mundo, sendo que em 2002 existiam 678 homens para cada mil mulheres idosas no mundo. É bem maior o número de mulheres idosas e este índice aumenta nas últimas faixas etárias da vida. Ou seja, quanto mais alta a faixa etária, maior será a proporção de mulheres.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) divulgada através da Síntese dos Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006) a população do país era composta por cerca de 91 milhões de homens e 96 milhões de mulheres, sendo que enquanto na Região Norte 51,5% das pessoas com 60 anos de idade ou mais eram mulheres, nas demais regiões, estas proporções foram mais elevadas: Sudeste (57,2%), Sul (55,9%), Nordeste (55,2%) e Centro-Oeste (52,5%).

Ainda de acordo com Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006), as mudanças verificadas na estrutura etária ocorreram em direção ao envelhecimento, indiscriminadamente para homens e mulheres. Contudo, foi possível perceber que a população feminina de 0 a 4 anos de idade era, em 2006, 6,7 % inferior à população masculina nesta mesma faixa etária, enquanto na faixa de 60 anos ou mais de idade a população de mulheres superava a dos homens em 21,2%, ou seja: nascem mais homens, mas as mulheres vivem mais, resultando num estreitamento mais intenso da base da pirâmide etária para mulheres do que para homens.

Mas o que faz com que as mulheres vivam mais?

Mediante alguns estudos realizados descobriu-se que há alguns fatores que contribuem para a longevidade feminina em detrimento da masculina, sendo eles:

- * *Diferenças na exposição a riscos* – acidentes domésticos e de trabalho, acidentes de trânsito, homicídios e suicídios são, em conjunto, quatro vezes mais frequentes para os homens do que para as mulheres nas áreas urbanas.

- * *Diferenças no consumo de tabaco e álcool.*

- * *Diferenças na atitude em relação às doenças* – as mulheres têm, de modo geral, melhor percepção da doença e fazem uso mais constante dos serviços de saúde do que os homens.

- * *Atendimento médico-obstétrico* – a mortalidade materna, antes uma das causas principais de morte prematura entre mulheres, é hoje bem reduzida.

Na última década a esperança de vida ao nascer da população teve um ganho de 2,6 anos, ao passar de 66 anos, em 1991, para 68,6 anos, em 2000. A população feminina teve um incremento mais expressivo do que o da população masculina. Em 1991, as mulheres possuíam em média 7,2 anos a mais do que os homens e em 2000 chegou a 7,8 anos, de acordo com os dados do IBGE (2000).

Entretanto, viver mais não é sinônimo de viver melhor, já que as mulheres acumulam no decorrer da vida desvantagens (violência, discriminação, salários inferiores aos dos homens, dupla jornada e outros) e ainda têm mais probabilidade de serem mais pobres do que os homens e dependerem mais de recursos externos, pois segundo Veras (2003) a tríade pobreza, solidão e doença ocorrem freqüentemente entre as mulheres idosas, no entanto, tomamos cuidado para não realizar generalizações.

Acreditamos que as desigualdades por sexo promovidas pelas condições estruturais e socioeconômicas em muitas situações alteram inclusive as condições de saúde, renda e a dinâmica familiar e têm forte impacto nas demandas por políticas públicas e prestação de serviços de proteção social.

Apresentaremos alguns dados que comprovam a exclusão da mulher idosa no Brasil. Apesar do avanço do crescimento que houve no percentual de idosos alfabetizados no país, em 2000, ainda existiam, no Brasil, 5,1 milhões de idosos analfabetos, sendo que houve 64,8% de indivíduos que declararam saber ler e escrever, no entanto, essa atividade se restringia há apenas um bilhete simples. Se compararmos com o índice nacional de alfabetização, que era de 87,2% naquela época, podemos observar quanto os idosos estão em desvantagem.

Em relação ao gênero, os homens são, proporcionalmente, mais alfabetizados que as mulheres (67,7 % contra 62,6%, respectivamente), segundo perfil de Idosos Responsáveis pelo Domicílio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Não podemos nos esquecer que acesso ao ensino fundamental era restrito às classes sociais mais altas e particularmente aos homens até o início dos anos 1960.

Em relação à renda, sabemos que a aposentadoria e a pensão são as principais fontes de renda dos idosos responsáveis pelo domicílio; entretanto, na população masculina, 36% do total de rendimento ainda vêm do trabalho, sendo esta a sua segunda principal fonte de renda. Para as mulheres, o percentual é de apenas 10%, já que a sua principal fonte de renda é a pensão, uma vez que 45% das idosas são viúvas.

No Brasil, 81,2% da população reside em área urbana. No que se refere ao segmento idoso, há um evidente aumento do número tanto de idosos quanto de idosas

morando sozinhos, uma vez que as condições da vida urbana, a oferta de serviços favorece ou reforça o desejo e as possibilidades dos idosos morarem sozinhos.

Em 1991, a proporção de idosos brasileiros que residiam sozinhos era de 15,4%, no último Censo, a proporção subiu para 17,9%. A grande maioria, ou seja, 67% são mulheres.

As mulheres vivem mais tempo: são os grandes velhos solitários que constituem a camada mais desfavorecida da população. Mas no conjunto, a mulher idosa adapta-se melhor que seu marido à sua condição. Dona-de-casa, mulher doméstica, sua situação é a mesma que a dos camponeses e dos artesãos de outrora: para ela, trabalho e existência se confundem. Nenhum decreto exterior interrompe brutalmente suas atividades. Estas últimas diminuem no momento em que os filhos tornados adultos deixam a casa. Essa crise, que se produz, geralmente muito cedo, muitas vezes a perturba. De qualquer modo, entretanto, não fica inteiramente ociosa, e seu papel de avó lhe traz novas possibilidades [...] E têm, na casa e na família, papéis que lhes permitem encontrar ocupação e manter a própria identidade. São elas que têm as responsabilidades domésticas, e que mantêm relações ativas com a família, sobretudo com os filhos e netos. A mulher toma, então, a dianteira do marido, e muitas vezes tira dessa superioridade a impressão de uma desforra. Algumas se empenham então, agressivamente, em humilhar o homem em sua virilidade. Os idosos têm consciência dessa troca de papéis (BEAUVOIR, 1990, p. 324).

Abordaremos novamente a questão dos papéis femininos vinculados ao processo de envelhecimento no Capítulo 4, seção onde realizamos a análise das entrevistas.

1.4.2 Velhice, Legislação e Política Pública

O tema da velhice ainda é despolitizado. É necessário que se busque caminhos para politizá-lo. A conquista de um novo lugar e significado na sociedade, bem como a marca de uma nova presença do segmento idoso passam pelo exercício pleno da cidadania, exercício da dimensão do ser político do homem (BRUNO, 2003, p. 77).

Procuraremos reconstruir sucintamente a trajetória da Assistência Social à pessoa idosa no Brasil, destacando o Programa de Apoio ao Idoso, o advento da Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica da Assistência Social, a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso.

Em 1974, houve a implantação de dois tipos de atendimento para os idosos:

1. Benefício da Renda Mensal Vitalícia (extinto em 01/01/1996 pela Lei n. 8.742/93, que deixou de ser responsabilidade do Instituto Nacional do Seguro Nacional (INSS) e foi transferido para a área da Assistência Social).

2. E, Programa de Assistência ao Idoso, desenvolvido pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, voltado para os idosos, que visava à promoção humana através de um conjunto de ações que desencadeassem um processo de desenvolvimento humano e social, criando condições necessárias para satisfação econômica e cultural dessa população. Esse programa era excludente, uma vez que adotava como critérios para acesso: condição de pobreza, estar apto a ir e vir, sendo preteridos os que não tinham condições de locomoção, temporária ou permanente, por questões de saúde física ou mental.

Com o advento da Constituição da República Federativa do Brasil no ano de 1988, o idoso foi contemplado nas pautas legais: art. 1, II, III, art. 6, art. 194, art. 229 e art. 230, I e II.

Em 1993 houve a instituição da Lei n. 8.742/93 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) - que regulamentou os artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 1988 e reconheceu a assistência social como política pública, direito do cidadão e dever do Estado, além de garantir a universalização dos direitos sociais.

Nela a velhice é lembrada através dos art. 2, IV, art. 20, art. 38 e art. 39. Houve ainda o decreto n. 1.605 de 25/08/1995 que regulamentou o Fundo Nacional de Assistência Social, onde os art. 5, I, art. 6, parágrafo único e art. 12, também são referentes à política para o idoso.

Já em 1994 houve a instituição da Política Nacional do Idoso – Lei n. 8.842/94 que foi pautada em dois eixos básicos:

1. Proteção social – que inclui as questões de saúde, moradia, transporte, renda mínima.

2. E, inclusão social – trata da inserção ou reinserção social dos idosos por meio da participação em atividades educativas, socioculturais, organizativas, de saúde preventiva, desportivas e de ação comunitária.

Trouxe ainda, como objetivo impedir omissões e introduzir novos padrões de atenção ao idoso, pautados nos princípios: idosos como ser total, o reconhecimento das múltiplas dimensões do envelhecimento e da velhice e a não segregação e marginalização do idoso com manutenção dos vínculos relacionais.

O Decreto n. 1.948 de 03/07/1996 regulamentou a Política Nacional do Idoso e criou o Conselho Nacional do Idoso. Ele elegeu o Ministério Público como seu órgão de aplicação e execução perante o Poder Judiciário tendo como objetivo: assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade, considerando idosa a pessoa maior de sessenta anos.

Teoricamente essa política atende à moderna concepção de política de assistência social como política de direito, o que implica não apenas a garantia de uma renda, mas também vínculos relacionais e de pertencimento que assegurem mínimos de proteção social, visando à participação, a emancipação e a construção da cidadania dos idosos. Para alcançar os objetivos atinentes, foi proposto um plano interministerial de ação conjunta das áreas de trabalho, educação, assistência e previdência social, justiça, saúde, cultura, esporte e lazer, habitação e urbanismo, denominado Plano Integrado de Ação Governamental (1997).

A Lei n. 10.741/03 foi aprovada em 01/10/2003 e dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Passaremos agora a apresentar a estrutura desse instrumento legal que conta com 118 artigos dispostos em sete títulos, a saber:

Título I - disposições preliminares: define quem é idoso, reafirma o seu status de cidadão, estabelece a condição de prioridade de seus direitos civis e também as competências para seu atendimento.

Título II - trata dos direitos fundamentais: à vida, à liberdade, ao respeito e à dignidade, dos alimentos, à saúde, educação, cultura, esporte e lazer, profissionalização e do trabalho, previdência social, assistência social, habitação e transporte.

Título III - dispõe sobre as medidas de proteção: define quando e por quem devem ser aplicadas.

Título IV - da política de atendimento ao idoso: determina a corresponsabilidade das instâncias públicas e privadas no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; estabelece linhas de ação e regula a ação das entidades de atendimento, por meio de normas e sanções.

Título V - do acesso à justiça: reafirma a prioridade de atendimento aos idosos e dispõe sobre as competências do Ministério Público para atendê-los.

Título VI - dos crimes: identifica os tipos de crimes contra idosos, classificando-os como de ação penal pública incondicionada e estabelece sanções.

Título VII - disposições finais e transitórias: descreve inclusões no Código Penal relativo aos idosos, estabelece as fontes de recursos públicos para o atendimento aos programas e ações voltadas aos idosos; prescreve a inclusão de dados sobre os idosos nos censos demográficos do país; condiciona a concessão do Benefício de Prestação Continuada, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social, ao nível de desenvolvimento sócio-econômico.

Neri (2005) faz uma crítica ao Estatuto do Idoso afirmando que ele reflete a vigência da ideologia de velhice como problema médico-social, ou seja, que os idosos devem ser tutelados porque são doentes, dependentes, incapazes e vulneráveis.

Afirma que há a crença generalizada no poder da medicina para definir, compreender e controlar a questão da velhice nos âmbitos individual e social, oferecendo parâmetros para a designação do normal e do patológico e para a alocação de recursos e ao mesmo tempo, credita-se a atitudes negativas, a preconceitos e estereótipos existentes na sociedade, os problemas sociais dos idosos.

Esse pensamento influenciou sobremaneira a constituição da legislação referente ao segmento idoso, especificamente a Política Nacional do Idoso e Estatuto do Idoso, sendo que o último está baseado em 11 princípios: 1. os indivíduos de mais de 60 anos formam um grupo heterogêneo; 2. associação de velhice com dependência física; 3. associação incondicional entre velhice e doença; 4. crença que a adoção de medidas individuais é garantia de velhice bem-sucedida; 5. defesa da qualidade do envelhecimento como uma questão de responsabilidade pessoal; 6. associação de velhice com declínio intelectual; 7. associação de velhice com dependência econômica; 8. aumento do número de idosos como gerador de ônus social e familiar, que recai sobre os mais jovens; 9. entendimento do envelhecimento populacional como um risco iminente à saúde econômica das famílias e da sociedade; 10. a falta de solidariedade e as atitudes negativas dos mais jovens são a causa de práticas sociais que prejudicam, discriminam e rejeitam os idosos e 11) os asilos são um mal necessário para os idosos que não têm família (NERI, 2005, p. 22).

A autora, (NERI, 2005), afirma ainda que o artigo 70 “O Poder Público poderá criar varas especializadas e exclusivas do idoso” em todo o Estatuto do Idoso é a disposição mais reveladora da destinação desta lei ao tratamento dos direitos dos idosos pobres e não de todos os cidadãos idosos. Ela revela a noção de que os idosos formam uma categoria a ser tutelada pelo poder público, a confusão de velhice com pobreza, doença e dependência econômica e, finalmente, a noção de que os ricos e poderosos não têm idade.

Lembra que a consideração dos direitos dos idosos deve ocorrer no âmbito da noção da universalidade do direito de cidadãos de todas as idades à proteção social, quando se encontrarem em situação de vulnerabilidade.

Refletimos se a própria existência de uma legislação específica voltada ao idoso não é um fator de reconhecimento do desrespeito a sua cidadania e dignidade ou, ao invés, é um instrumento necessário para que o segmento idoso consiga reivindicar a efetivação dos seus direitos, ou seja, o direito de ter direitos.

Embora a Lei Orgânica da Assistência Social, a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso tenham a pretensão de viabilizar uma nova caminhada histórica fundamentada no direito e na cidadania, sua efetivação deve ser concretizada em espaços tanto da sociedade civil quanto do Estado, inclusive com uma redefinição de critérios e ações mais incisivas. Caso contrário, a assistência se perpetuará nos mesmos patamares que a história já demonstrou.

Carvalho (1998, p. 7) afirma que “As políticas públicas avançaram no reconhecimento dos direitos ao acesso a bens e serviços, porém, na prática, pouco fizeram na efetivação e destinação de serviços de qualidade”.

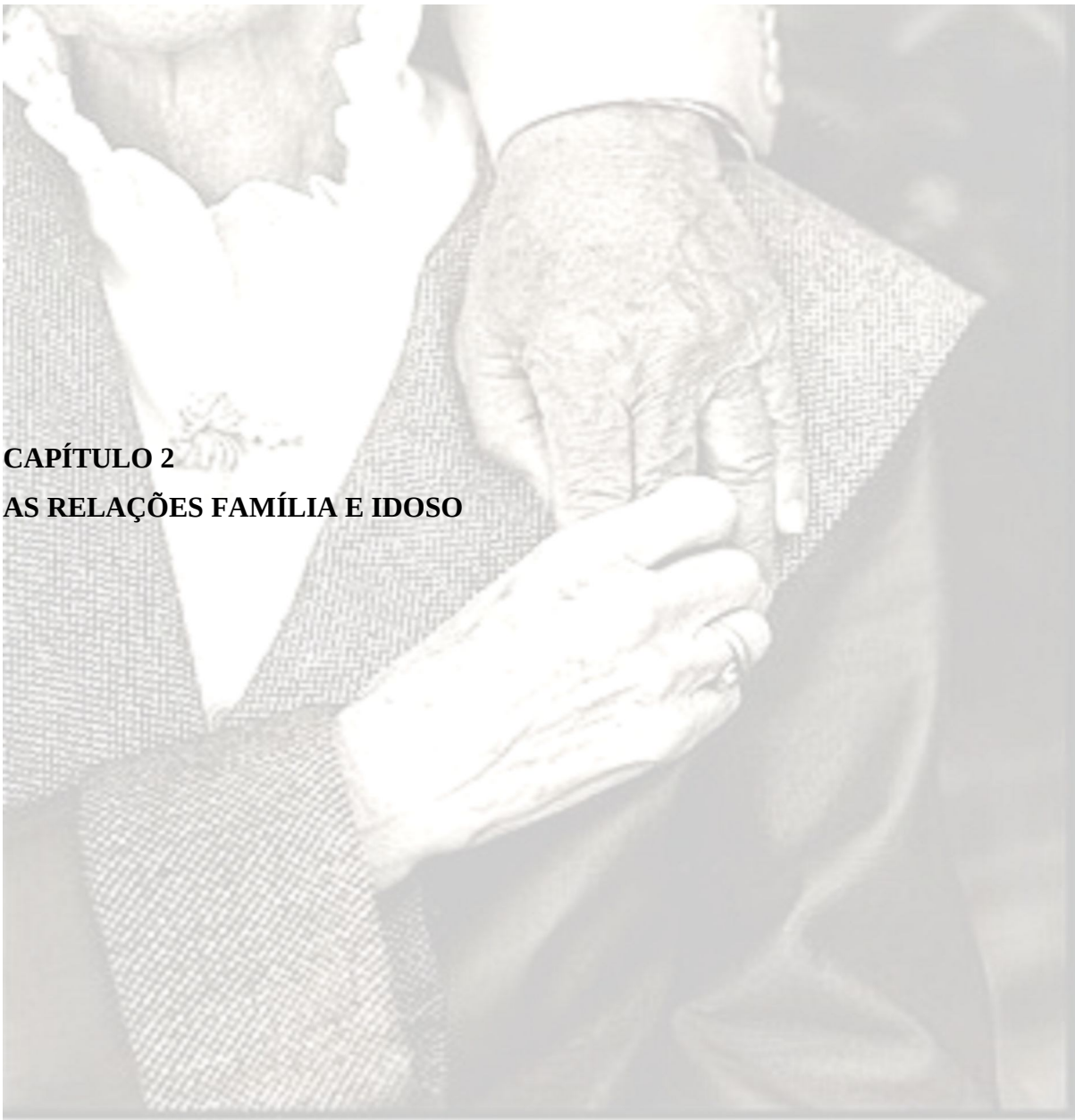
Acreditamos que a velhice só será adequadamente contemplada através de programas orientados pelo princípio da totalidade, sendo que os serviços de atenção ao idoso devem compor uma rede que reúne dois blocos de ações: ações de referência, informação, orientação e encaminhamento e ações voltadas à inclusão/proteção social. Nesse sentido os serviços de inclusão e proteção social devem se transformar num sistema de prevenção e satisfação de necessidades e ainda devem mobilizar e articular-se às múltiplas práticas de proteção social existentes ou demandada.

Valle (1998) em sua obra examina a intervenção de seis variáveis (demográfica, biogenética, tecnológica, macroeconômica e família e grupos sociais) sobre o fenômeno da velhice e delinea três possíveis cenários para esse segmento no Brasil: 1. o cenário mais provável parece ser o que dará continuidade ao que existe hoje. Em 2027, socialmente nosso país vai continuar mais ou menos como está; 2. o grupo idoso não será uma prioridade, mas terá peso. Tudo dependerá da força política do próprio grupo idoso e das organizações de apoio, além dos indivíduos com inteligência sócio-política e 3. podemos piorar como país, como sociedade e como organização política.

Contudo acreditamos que:

Um novo cenário para a velhice poderá ser construído levando-se em conta duas atitudes fundamentais: cultivar uma cultura da tolerância, onde o respeito às diferenças seja o valor fundamental; e considerar o ser humano como prioridade absoluta, independente de sua faixa etária na efetivação de políticas públicas que busquem garantir a inclusão social para todos (BRUNO, 2003, p. 81).

No segundo capítulo trataremos sobre a questão da família e as estratégias de sobrevivência.



CAPÍTULO 2

AS RELAÇÕES FAMÍLIA E IDOSO

Fonte: Portal Saúde

2.1 O que vem a ser Família?

Não existe um único modelo familiar. A família, pela perspectiva histórica, tem se apresentado em diversas composições e características. Inclusive, num mesmo espaço histórico, têm coexistido, e ainda coexistem, diversos modelos familiares, embora sempre haja um que predomine, isto é, que seja hegemônico. (CALDÉRON; GUIMARÃES, 1994, p. 23).

Até o século X a família não tinha expressão, inclusive em termos de patrimônio. A partir de então, em decorrência das oscilações do Estado, a concepção de linhagem ganha força tendo como uma das preocupações a não-divisão do patrimônio.

Somente no século XV as crianças (especificamente os meninos) passam, gradativamente, a ser educadas em escolas e a família começa a se concentrar em torno delas.

No século XIV, começam a se operar mudanças na família medieval, que vão se processar até o século XVII. Já no século XVIII há a separação entre família e sociedade, ou seja, público e privado.

Cabe enfatizar que as mudanças da família medieval para a família do século XVIII e para a família moderna se limitavam às classes abastadas, entretanto, a partir do século XVIII, essas mudanças passam a abranger todas as camadas sociais.

Mudanças importantes ocorreram a partir da segunda metade do século XIX levando a um questionamento do modelo patriarcal e desencadeando-se, então, o que se chamou de família conjugal moderna. Entretanto, a existência de traços da família patriarcal na família conjugal moderna persiste até o século XX, pois o processo de modernização se realizou de forma não-linear.

Para além dos dados meramente históricos, sabemos que inúmeros estudiosos realizaram trabalhos sobre a família, alguns abordaram-na pelo aspecto da sua evolução histórica propriamente e sociológica (Lévi-Strauss, Engels, Ariès), outros realizaram uma leitura interdisciplinar (Canevacci) e houve aqueles que se preocuparam com sua etimologia (Prado) e mesmo assim não se chegou a um consenso sobre a sua definição, sendo que ainda hoje há um debate onde alguns pensadores defendem-na como um grupo natural, calcado na essência biológica do homem, ou seja, na consangüinidade e na filiação.

Sobre a caracterização da família enquanto instituição existem duas correntes de pensamento: há autores da sociologia tradicional que concebem a família como uma instituição funcional para o desenvolvimento da sociedade e entendem que ela deve ser fortalecida uma vez que sua manutenção está intimamente ligada à manutenção do sistema social. Entretanto, há outros que situam a família como uma instituição repressiva e burguesa cuja ação está voltada para a manutenção do sistema capitalista, isto porque a família é mantenedora do *status quo*, cuja ação, está voltada para a alienação principalmente das mulheres e jovens e acreditam que ela tende a dissolução progressiva ou radical junto com o sistema social vigente.

No entanto Miotto (1997) afirma que ela é um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas ou não, por laços consanguíneos, tendo como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros.

Kaloustian (1985) também vê a família como o local indispensável para a garantia de sobrevivência, do desenvolvimento e da proteção integral de todos os seus membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como esteja estruturada.

Para Reis (1985) ela não é algo natural, ratificando dessa maneira seu caráter histórico, mas sim uma instituição criada pelos homens em relação para responder às necessidades sociais, tendo ainda como papel ser agente de formação do cidadão, desenvolvendo duas importantes funções: econômica – no que se refere à produção de mão-de-obra e ideológica – que diz respeito à reprodução da ideologia dominante. Ressaltamos que a ideologia age na família apresentando uma noção idealizada dessa própria instituição, condicionando o sujeito a vê-la como algo natural e imutável.

Ainda em relação aos seus papéis é importante destacar que dependendo do período histórico e temporal em que ela esteja sendo analisada poderá modificar-se; no entanto José Filho (2002) entende que ela possui as seguintes funções: de ordem biológica e demográfica – que garantem a reprodução e a sobrevivência do ser humano; educadora e socializadora – transmitem conhecimentos, valores, afetos através de uma comunicação verbal e corpórea; econômica – unidade produtora e consumidora que se relacionam ao campo do trabalho; seguridade – cuida da seguridade física, moral, afetiva, criando uma dimensão de tranquilidade; recreativa – se traduz em atividades diversas que rompem com o tédio, as tensões, como festas em família (aniversário, casamento e outras).

Acreditamos que o desempenho dos papéis da família em relação aos seus membros traga uma importante contribuição para a sociedade, uma vez que, quando a

família deixa de cumprir parcial ou totalmente suas responsabilidades essenciais, o custo social e financeiro de substituí-la por outras instituições, públicas ou privadas, é bastante alto. Nessa perspectiva, a capacidade das famílias de cumprir um papel complementar aos organismos públicos é um recurso muito significativo para o crescimento econômico dos países e para o bem-estar dos indivíduos.

Dessa maneira entendemos que é possível ver a família em três perspectivas:

1. como unidade de reprodução da força de trabalho – é indispensável à “lógica” do sistema capitalista de maneira que, para sua manutenção, necessita da reprodução – e aqui está embutido o componente força de trabalho e das relações sociais de produção, cujo fator ideológico é indispensável; 2. como unidade de formação de renda – realiza uma série de atividades ocupacionais denominadas como mercado informal de trabalho, sabendo-se que há três tipos básicos de trabalho: assalariado, informal e doméstico e 3. como unidade social de consumo – para a reprodução da força de trabalho depende do salário como preço da força de trabalho, destinado ao trabalhador para adquirir os meios materiais necessários à sua manutenção e a de sua família; dos bens e serviços domésticos que envolvem uma série de atividades “não pagas” realizadas no lar, para transformar os valores de uso adquiridos no mercado em produtos consumíveis e dos bens e serviços estatais.

Contudo, não nos esquecemos que há também uma perspectiva jurídica, pois de acordo com Fachin (2003) o lugar da família no direito está exposto em três dimensões: o valor jurídico do afeto, os novos conceitos de família e a vigência do Código Civil Brasileiro; dessa maneira podemos entender que a Constituição Federal de 1988 migrou para uma postura que privilegia a subjetividade, o desenvolvimento humano e a dignidade da pessoa humana, tendo o afeto como pressuposto da base das relações familiares.

Contudo, ainda que a Constituição Federal de 1988, conhecida como constituição cidadã, tenha trazido um conceito de família diferenciado, ao ter desconsiderado o casamento como eixo exclusivo e fundamental da família, não contemplou as unidades familiares nas quais não existam laços de aliança e ou consangüinidade e as famílias compostas por homossexuais.

Concordamos com Goffman (1982) que afirmou que são as diferenças entre a família idealizada e a real, que constituem o estigma da família desorganizada, sendo que esse termo surgiu, originalmente, para rotular as famílias que fugiam ao modelo padrão descrito pela escola estrutural-funcionalista.

Dessa maneira, sobretudo nas famílias empobrecidas, surge um conflito ao comparar a família na qual se vive no cotidiano com a família ideal, verificando-se assim, uma frustração pelo fato da família não ser como supostamente deveria ser.

Sabemos que não existe um único modelo familiar, embora sempre exista um que seja hegemônico sobre os demais, sendo que Carvalho (1998) nos chama atenção para a necessidade de olharmos a família como uma instituição em permanente movimento de organização-reorganização.

Entender que as inúmeras transformações da família, principalmente na sua estrutura, são decorrência das mudanças ocorridas nas condições econômicas, nos processos de trabalho e nas relações sociais em geral, nos permite inferir que a propaganda “desorganização familiar”, é apenas aparente, pois na verdade estes são alguns dos aspectos da reestruturação pela qual ela vem passando.

Em suma, entendemos que não há família desorganizada, mas sim organizada de uma maneira diferente, segundo as suas peculiaridades e que é necessário procurar compreendê-la pelas relações afetivas e os valores que estão impregnados em sua estrutura e não com base em sua composição meramente.

É oportuno abordarmos alguns fatores relevantes que propiciaram o surgimento de tantos arranjos familiares, segundo Pereira (1995): mudanças na condição feminina com a inserção da mulher no mercado de trabalho; queda da taxa de fecundidade; declínio do número de casamentos; aumento da propensão à dissolução dos vínculos matrimoniais constituídos; alteração na organização e composição da unidade familiar; variação dos períodos em que as pessoas solteiras ou descasadas permanecem sozinhas; redefinição dos papéis desenvolvidos pelo homem e pela mulher, não nos esquecendo que a família também reflete sempre o estado de cultura do sistema social durante suas transformações.

Com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) divulgada através da Síntese de Indicadores Sociais 2006 (IBGE) foi possível saber que: foram registradas 59 milhões de famílias residentes em domicílios particulares permanentes, das quais 40 milhões (68,6%) informaram que a pessoa de referência da família era do sexo masculino.

A taxa de fecundidade, em 2006, estimada em 2,0 nascimentos por mulher, confirmou a tendência de queda, uma vez que, em 2005, esta taxa foi de 2,1 nascimentos por mulher. Sendo que o movimento foi ainda mais acentuado nas regiões sudeste e sul do que o observado para o país.

Em relação ao número médio de pessoas por domicílio e por família foi menor nas residências em que a pessoa de referência era do sexo feminino, sendo que as regiões sul e sudeste apresentaram as médias mais baixas (ambas com 3,2 pessoas por domicílio e 3,0 pessoas por família).

Entretanto a mesma tendência não se verifica junto às camadas mais pobres da população, pois de acordo com os dados da pesquisa do Sistema Estadual de Análise de dados e Estatística (SEADE), na região metropolitana de São Paulo, enquanto 66% das classes mais abastadas apresentam famílias reduzidas com até quatro componentes, 46,3% das famílias mais empobrecidas eram compostas por cinco, seis ou mais componentes.

Devemos questionar se essa não seria uma estratégia de sobrevivência, pois um número maior de integrantes tem maior possibilidade de manter um domicílio, principalmente em momentos de crise, já que as famílias menores são mais vulneráveis às situações de crises, como mortes, desemprego, doenças e outros; lembrando que esse é o nosso objeto de pesquisa, ou seja, as estratégias de sobrevivência desenvolvidas por famílias com pessoas idosas.

Há ainda outras características das famílias na contemporaneidade que são importantes citar: concentração da vida reprodutiva das mulheres mais jovens (até 30 anos); aumento da concepção precoce; aumento da co-habitação e da união consensual; predomínio das famílias nucleares, embora se registre uma queda desse tipo de organização familiar; aumento significativo das famílias monoparentais, com o predomínio da chefia feminina; aumento das famílias recompostas; aumento das pessoas que vivem sós e população proporcionalmente mais velha.

Em linhas gerais entendemos que o conceito de família é polissêmico, tendo várias acepções. No sentido mais restrito, ele se refere ao núcleo familiar básico. No mais amplo, ao grupo de indivíduos vinculados entre si por laços consangüíneos, consensuais ou jurídicos, que constituem complexas redes de parentesco atualizadas de forma episódica por meio de intercâmbios, cooperação e solidariedade, com limites que variam de cultura, de uma região e classe social a outra.

Dessa maneira concebemos a família como uma instituição social, historicamente condicionada, dialeticamente articulada com a sociedade, tendo como tarefas primordiais o cuidado, a proteção e a garantia da sobrevivência dos seus membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como esteja estruturada e se definindo de acordo com a classe social na qual esteja inserida.

Por fim, parafraseamos José Filho (2002) que defende a superação da forma de referência da família nuclear declarando que para tanto é necessário adotar um conceito de família abrangente, de forma que compreenda e apreenda as várias formas de família que existiram e ainda existem em diferentes estruturas sociais em nossa história.

2.1.1 Família: espaço de afeto e sobrevivência

A conceituação de família tem importância política imediata no trato dos problemas do cotidiano da população.
(Brioschi)

Alencar (2004) afirma que a família é a centralidade no âmbito da sobrevivência material, uma vez que há a ausência de direitos sociais, é nessa instituição que os indivíduos tendem a buscar recursos para lidar com as situações adversas, tais como: desemprego, doença e velhice.

Dessa maneira, podemos perceber que há uma privatização dos problemas sociais para a esfera privada, ou seja, para as famílias, deixando implícito que ela, independentemente de suas condições objetivas de vida e das próprias vicissitudes da convivência familiar, deve ser capaz de proteger e cuidar de seus membros, pois “A família é uma espécie de garantia ética, moral e material, caracterizada pela lógica da destituição e privação de direitos” (ALENCAR, 2004, p. 62).

Sabemos que há uma classificação social das famílias como capazes ou incapazes. Aquelas que, via mercado, trabalho e organização interna, conseguem desempenhar com êxito as funções que lhes são atribuídas pela sociedade, estariam incluídas na categoria das capazes. Já as incapazes seriam aquelas que, não conseguindo atender às expectativas sociais relacionadas ao desempenho das funções atribuídas, solicitariam a interferência externa, a princípio do Estado, para a proteção de seus membros. De acordo com essa perspectiva, seriam merecedoras da ajuda pública as famílias que falharam na responsabilidade do cuidado e proteção de seus membros.

Sobre a questão da relação entre Estado e família Miotto (2004) compreende que há três interpretações: 1. vê a família numa perspectiva de perda de autonomia, de funções e da própria capacidade de ação. Em contrapartida vê um Estado cada vez mais intrusivo, cada vez mais regulador da vida privada; 2. pensa que a invasão do Estado na família tem se realizado através não de uma redução de funções, mas, ao contrário, de uma sobrecarga de funções e 3. vê o Estado como um recurso para a autonomia da família em

referência à parentela e à comunidade, e autonomia dos indivíduos em relação à autoridade da família.

Contudo, não podemos nos esquecer que as formas de relação que ele assume com as famílias dependem, sobretudo, da história política e social dos diferentes países e que no Brasil há, ainda hoje, um ranço da cultura assistencialista.

Concordamos com a afirmação de que:

A complementaridade família – Estado parece cada vez mais tênue, depositando-se nas famílias uma sobrecarga que na maioria das vezes não conseguem suportar, tendo em vista as precárias condições socioeconômicas em que parcela considerável da população está submetida. Isso se acentua ainda mais quando se trata de configurações familiares que não contam com reconhecimento social e legal, pois, além de todas as questões vividas pelas demais famílias, a elas cabem fazer frente a preconceitos expressos nas relações com amigos, com a vizinhança, com a escola dos filhos e no trabalho, além de não poderem contar, em certos casos, com o amparo legal e previdenciário disponível para as configurações familiares reconhecidas social e legalmente (GUEIROS, 2002, p. 117).

Sarti (1996) acredita que a família não é apenas o elo afetivo mais forte dos pobres, o núcleo da sua sobrevivência material e espiritual, o instrumento através do qual viabilizam seu modo de vida, mas é o próprio substrato de sua identidade social, ou seja, a família é uma questão ontológica para os pobres.

Afirma que ainda que noção de família, para os pobres, seria estabelecida através da sua rede de obrigações, ou seja, sua delimitação não se vincula à pertinência a um grupo genealógico, uma vez que a extensão vertical do parentesco restringe-se àqueles com quem convivem ou conviveram, raramente passando dos avós. Para eles, a extensão da família corresponde à da rede de obrigações.

A autora brilhantemente concluiu que a família pobre não se constitui como um núcleo, mas como uma rede, uma vez que, há ramificações que envolvem a rede de parentesco como um todo, configurando uma trama de obrigações morais que enreda seus membros, num duplo sentido, ao dificultar sua individualização e, ao mesmo tempo, viabilizar sua existência como apoio e sustentação básicos. Dessa forma, consideram como membros de sua família aqueles indivíduos com quem se pode contar, ou melhor, dizendo aqueles em quem se pode confiar. A noção de família define-se, assim, em torno de um eixo moral.

A importância da família para os pobres está relacionada às características de nossas instituições públicas, incapazes de substituir as funções privadas da família. Num país onde os recursos de sobrevivência são privados, dada a precariedade de serviços públicos de educação, saúde, previdência, amparo à velhice e à infância, somados à fragilidade dos sindicatos e partidos políticos. (SARTI, 1996, p. 32).

Poderíamos dizer, de acordo com Szymanski (1992), que numa definição ampla, teríamos uma família quando pessoas convivem assumindo o compromisso de uma ligação duradoura entre si, incluindo uma relação de cuidado entre os adultos e deles para com as crianças e idosos que aparecerem nesse contexto. Sendo assim, nos deparamos com o fato de que há família e famílias, cada uma com sua especificidade.

Acreditamos que a estrutura familiar não é um determinante da forma como se dá à solicitude, ou do modo das pessoas cuidarem de sua relação numa família. O que tem relevância, nesse caso, são suas histórias, a classe social de pertencimento, a cultura familiar e sua organização significativa do mundo.

Kaloustian (1985) nos esclarece que a família, enquanto forma específica de agregação, tem uma dinâmica de vida própria, afetada pelo processo de desenvolvimento sócio-econômico e pelo impacto da ação do Estado através de suas políticas econômicas e sociais. Por esta razão, ela demanda políticas e programas próprios, que dêem conta de suas especificidades, quais sejam, a divisão sexual do trabalho, os trabalhos produtivos, improdutivos e reprodutivos, a família enquanto unidade de renda e consumo e forma de prestação de serviços em seu espaço peculiar que é o doméstico.

Não podemos nos esquecer que as famílias não se distinguem apenas por suas variadas formas de organização, mas, também, pelo fato de se encontrarem em distintas etapas do ciclo da vida familiar. A percepção dessas duas diferenciações é de grande importância para o adequado desenho e para a satisfatória implementação das políticas voltadas para as famílias, sendo que há uma classificação dos grupos familiares segundo o seu ciclo de vida (de acordo com a idade dos filhos). Podemos encontrar quatro fases:

1. Fase de formação da família – período em que os filhos têm menos de 14 anos (dependendo de sua idade, casais sem filhos também podem ser percebidos como vivenciando essa fase de constituição da família).
2. Uma fase intermediária – onde há filhos maiores e menores de 14 anos.
3. Fase de maturidade – todos os filhos têm 14 anos ou mais.
4. E, fase de envelhecimento – quando os filhos deixaram a unidade doméstica, ciclo que nos interessa em nossa pesquisa.

Entretanto, precisamos declarar que estudaremos famílias onde os filhos ainda estão vivendo com os seus pais, contrariando a característica adotada para tal ciclo.

Percebemos que, dependendo da etapa do ciclo de vida na qual se encontra o grupo familiar, de seu tamanho e organização, diferentes estratégias podem ser adotadas para a obtenção e utilização dos recursos necessários à sua sobrevivência e a seu bem-estar. Assim, terão comportamentos variados e adaptados à satisfação das necessidades que se expressam em diferentes esferas da vida cotidiana.

Acreditamos que o tamanho da família em cada fase do ciclo de vida doméstica não pode ser considerado apenas como o resultado dos padrões de fecundidade e mortalidade, bem como da interação recíproca entre eles, pois ele resulta também do modo como se articulam no tempo, expansão e dispersão dos fatores que as condicionam e do modo como estas fases podem e, provavelmente, são manipuladas dentro de certos limites.

Ele não depende apenas do crescimento de seu núcleo, já que pode ser afetado também pela agregação de parentes remanescentes de núcleos em dispersão ou pela agregação de núcleos em formação. Nesse caso, não é só o tamanho que se altera, mas a própria organização interna da família, que de nuclear se transforma em ampliada.

Podemos entender a família ampliada como momentos transitórios e possíveis da vida de uma família nuclear, que se contrai ou se amplia, em diversas fases do seu ciclo vital diferentemente da família extensa.

Independentemente do seu tamanho ou forma de organização, pensamos que a família e não apenas os seus membros de “per si” deve merecer uma atenção competente. Para tanto, são preciso um pacto interpolíticas setoriais de forma a garantir a totalização das atenções hoje setorizadas e fragmentadas, isto porque a família é o ponto de confluência das realidades da criança, do adolescente, do jovem, da mulher, do homem, do deficiente e do idoso.

Dessa maneira acreditamos que seja preciso retomar as unidades família e comunidade como pontos de partida de práticas sociais alterativas e não simplesmente alternativas, considerando que tanto Barg (2003) quanto Carvalho (2000) afirmam que devemos conhecer qual o conceito de família que o grupo familiar com o qual trabalhamos possui, a distância ou a proximidade do conceito dentro da representação social, como se estruturam as relações de poder, como são os modos de interação e comunicação, quais são seus interesses, seus desejos e as posições ocupadas pelos membros dentro do grupo familiar e, principalmente, qual o seu capital cultural, simbólico e social. Sendo

imprescindível observação, pesquisa e abandono de conceitos ou preconceitos para tal intento.

En cada familia se tejen relaciones de interacción, de comunicación y de poder, y producto de la necesidad de sobrevivencia y de la inclusión em el mercado laboral pueden tener gran significación em la representación y la constitución de identidad personas que no estén relacionadas consanguíneamente pero que cumplan funciones de protección y de contención (BARG, 2003, p. 66).

Lembrando que a dinâmica relacional estabelecida em cada família não é dada, mas é construída a partir de sua história e de negociações cotidianas que ocorrem internamente entre seus membros e externamente com o meio social mais amplo, de acordo com Mioto (1997).

Para Allen e Krmpotic (2003) refletir sobre a organização doméstica implica pensar na distribuição das responsabilidades entre seus membros para a geração de rendimentos e a realização das tarefas relativas a reprodução geracional e cotidiana. Ressaltando que a primeira distinção de papéis que se coloca no interior da família é a distinção entre provedores e consumidores.

Por sua vez, a modalidade particular que assuma a organização doméstica está relacionada com o momento do ciclo de vida, assim como com sua composição em termos da existência ou não do casal.

Define como capital social o recurso que reside nas relações sociais: aquelas de parentesco, vizinhança e identidade que servem de base para a confiança e cooperação, e ainda, aquelas que se encontram nos sistemas mercantis simples, ou seja, de intercâmbios não mercantis baseados no princípio de reciprocidade.

A família vive em um determinado contexto que pode ser formador ou esfacelador de suas possibilidades e potencialidades e, por isso, importante se faz compreendermos a família como um grupo social em movimento, que é afetado pelas condições macro-sociais, ao mesmo tempo em que também é produtora de tais condições evitando, dessa forma, sua naturalização.

Pesquisa realizada pela Unicef em 2002, com parcela representativa da população jovem de diferentes condições sociais e de todas as regiões do Brasil, indica que 95% percebem a família como a mais importante das instituições; 70% declararam mesmo que a convivência familiar é motivo de alegria (SAWAIA, 2005, p. 42).

2.2 Família e Políticas Públicas

Tanto a família quanto o Estado são instituições imprescindíveis ao bom funcionamento das sociedades capitalistas. Os indivíduos que vivem em sociedade necessitam consumir, além de bens e mercadorias, serviços que não podem ser obtidos pela via do mercado. Para alguns destes, dependem dos serviços públicos ofertados pelo Estado; outros bens e serviços dependem da família, pela via de sua condição de provedora de afeto, socialização, apoio mútuo e proteção (CARVALHO, 2005, p. 268).

Como as famílias estão vivenciando a questão da velhice em seu interior?

Esta foi a questão que deu origem a este estudo.

Sabemos que a capacidade de cuidado e proteção dos grupos familiares depende diretamente da qualidade de vida que eles têm no contexto social nos quais estão inseridos.

Essa qualidade de vida das famílias depende da articulação que cada uma consegue fazer entre as demandas internas (necessidades de seus membros nos diferentes estágios de desenvolvimento), as demandas advindas do seu espaço social e as formas de lidar com as transformações ocorridas no âmbito das relações humanas e familiares.

Não podemos nos esquecer que a participação de alguns membros na força de trabalho implica na existência de outros, fora desta, e envolvidos em atividades que se destinam a tornar aptos para o consumo final os bens adquiridos no mercado. Assim, para que alguns possam participar da produção social, outros deverão lavar, cozinhar, passar. Estas atividades não deixam de ser uma produção de valores de uso, uma forma de economia doméstica, indispensável à reposição da força de trabalho consumida no processo de produção, nos moldes capitalistas de constituição da sociedade.

Já que tocamos no assunto do trabalho é oportuno apresentarmos os dados de Mattoso (1999) sobre a situação da classe trabalhadora que é muito grave, pois daqueles que ainda conseguem alguma remuneração via trabalho, 21% recebem apenas um salário mínimo e 18,7% entre um e dois salários mínimos, concentrando-se nos seguintes setores: prestação de serviços – 32,6%, agricultura – 30,9%, autônomos – 32,9% e domésticos – 20,2%.

Em se tratando da questão das políticas sociais é importante deixar claro a desresponsabilização do Estado nesse setor, após o advento do neoliberalismo, através da análise dos investimentos que lhes foram destinados, lembrando que elas são de crucial relevância para os trabalhadores e suas famílias.

Na área educacional houve nos últimos anos uma evolução negativa.

Segundo estudos de Carlos Eduardo Baldijão citado por Netto (1998, p. 158) de 19,57% de investimento em 1995 este foi decrescendo e chegou em 1998 com 7,78% na dotação orçamentária, o que deixa entrever que não corresponde ao que efetivamente foi aplicado.

Na saúde registrou-se uma redução entre 1995 e 1996 de 6,9% e uma elevação em 1997 (15,6% em relação ao ano anterior), com a nova redução em 1998 (11%).

Na área do trabalho os investimentos do Ministério do Trabalho também foram sistematicamente reduzidos de 0.80% em 1995 para 0.44% em 1998.

Os gastos federais com a assistência e a previdência social também não escaparam das reduções, sendo que em 1995 o gasto público federal nestas áreas equivaleu a 43,4% da receita; em 1996 caiu para 40,1% e em 1997, o gasto autorizado chegou em 39,9% e, na proposta orçamentária de 1998 ficou nos 39,1%.

Mesmo com a elevação da assistência social ao *status* de política social por meio da Lei n. 8.742/93 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), e o consequente entendimento da família como segmento prioritário de atenção governamental, não houve a efetivação do atendimento às suas necessidades mediante as políticas sociais.

É notório que o estado brasileiro, legalmente, deveria oferecer suporte às famílias, principalmente àquelas que têm crianças, idosos e pessoas com deficiência, por serem consideradas mais vulneráveis, através de programas sociais que ajudassem a aliviar as pressões econômicas e pessoais dessas famílias. Entretanto, o que se observa, atualmente, é uma crescente deterioração dos serviços públicos, uma vez que o Estado diminuiu ao máximo os seus investimentos na esfera social e solicitou ajuda da comunidade e da família para tratar das questões sociais.

Brant (1993) afirma que o Estado passa por um déficit e realmente convoca a família e a comunidade para partilhar com elas as responsabilidades e os custos das políticas públicas, mesmo que contraditoriamente tenha elegido o indivíduo como portador de direitos e passível de proteção, e não a família ou a comunidade, enquanto grupos ampliados, ainda que a Política Nacional da Assistência Social (PNAS) tenha como cerne o foco das ações voltadas para família, isso ainda é muito incipiente, abordaremos essa questão novamente no Capítulo 3 ao tratarmos do lócus da pesquisa.

Dessa maneira, percebemos que o Estado transformou a sociedade em protagonista das atenções e serviços destinados às camadas populares, passando essa a ser a “Sociedade Providência”, que por sua vez adota como base a solidariedade e não o direito.

Ela conta com uma complexa rede, mas não há a efetivação da mesma devido às condições objetivas de grande parte da população.

Para Pereira (1995) há uma oscilação em relação às respostas políticas às questões da família, ora privilegiando a responsabilidade pública, ora a familiar. Critica esse mecanismo, pois acredita que dessa forma há o perigo de se reforçar a dualização das políticas sociais.

Em relação à parceria com a família, declara que devolver os cuidados com crianças, idosos e pessoas com deficiência em nome da descentralização estatal seria um retrocesso anulando as conquistas sociais e destituindo os direitos arduamente conquistados.

E por fim, também declara que já não se pode contar tanto com a solidariedade do antigo modelo de comunidade local e contatos primários, pois essa tende a ser cada vez mais rara, quando não inexistentes, voltaremos a tratar desse assunto posteriormente.

Entendemos que a família não deva substituir o Estado nas suas responsabilidades, mas que o Estado e a Sociedade também não podem ignorar as transformações sofridas pela família.

Segundo Carvalho (2000) a família retoma um lugar de destaque na política social. Ela é ao mesmo tempo beneficiária, parceira e pode-se dizer uma “mini-prestadora” de serviços de proteção e inclusão social. Entretanto alerta que a revalorização da família não pode significar um recuo da proteção social destinada pelo Estado.

Podemos constatar a mudança de perspectiva do papel da família na ideologia do novo sistema que se firmou no contexto mundial (neoliberalismo) onde aponta a necessidade de fortalecimento das instituições nacionais para que essas assumam a responsabilidade com as políticas direcionadas à família. Embora, inicialmente refira-se ao governo e setores privados, o Estado não é enfatizado como responsável pelo fortalecimento da instituição familiar. No entanto, são reforçadas as instituições privadas, as organizações não-governamentais (ONG's) para assumir a questão, ou seja, assistimos então o repasse da responsabilidade com a proteção social para a sociedade civil e dentro dela a família.

No que concerne à elaboração de políticas públicas Faria (2001) nos esclarece que há analistas que optam pela distinção entre política para família “indiretas” e “diretas”, sendo que estas podem ser encontradas em três áreas principais:

1. A regulamentação legal do comportamento familiar – as leis referentes ao casamento e ao divórcio, ao comportamento sexual, à contracepção e ao aborto, aos direitos e obrigações dos pais, à proteção da criança.

2. Política de garantia da renda familiar – deduções nos impostos, benefícios para os pais quando do nascimento ou doença dos filhos, obrigatoriedade de concessão de pensões alimentícias.

3. E, a provisão de serviços para a família – provisão de creches e demais serviços correlatos, subsídio público para o pagamento do aluguel ou para a aquisição da casa própria, serviços sociais públicos e/ou comunitários.

Es necesario distinguir entre políticas que afectan a la familia y política familiar. En la mayoría de los países no existe una política familiar explícita, pero si existe un conjunto de programas y políticas que afectan a las familias directamente, y que constituyen de hecho medidas de política familiar, si bien se dan en forma tácita y descoordinada, como se señaló [...].

Se entiende por política familiar un conjunto coherente de principios, objetivos, programas y recursos orientados a fortalecer y desarrollar la vida familiar y a facilitar el desempeño de la función social de la familia.

[...] Una de las principales dificultades para diseñar una política familiar surge del acuerdo sobre lo que se va a entender por familia, ya que de lo que se defina por familia para estos efectos, va a depender todo el proceso posterior [...]

La segunda dificultad que enfrenta el diseño de una política familiar se relaciona con los efectos no esperados que tal política puede tener, tanto a corto como a largo plazo (BARROS, 1995, p. 122 - 123).

Podemos dizer que as atenções hoje prestadas à família são ainda conservadoras e pouco eficientes porque estão presas a uma cultura tutelar de relação com as classes populares. Cuida-se, tomando conta e criando estratégias que cerquem os possíveis desvios do caminho considerando correto, não aceitando, assim, a autonomia da família pobre por não confiar em sua capacidade.

2.3 Velhice, Família e Pobreza

Sarti (1996) nos diz que a pobreza é uma categoria relativa e que qualquer tentativa de classificá-la reduziria o seu significado social e simbólico e ainda que, a família é o locus onde se combinam e socializam os seus efeitos.

Barros, Mendonça e Santos (1999) realizou uma análise descritiva da estrutura da pobreza entre os idosos no Brasil em 1997, investigando a incidência e a natureza desta pobreza e o impacto que a presença e a renda dos idosos têm sobre a pobreza dos demais membros da sociedade.

Adotou como pressuposto o fato de que pela origem dos rendimentos dos idosos ser distinta dos demais cidadãos é possível que também seja distinta a natureza de sua pobreza.

Acreditava que a relação entre idosos e pobreza pudesse ser pensada de duas formas: primeiramente, os idosos constituem um grupo sócio econômico. O universo de pobres pode ser decomposto em A – idosos e B – não-idosos. A incidência da pobreza entre idosos pode ser medida pela percentagem de pobres ou pela insuficiência de renda que se deve aos idosos. A contribuição dos idosos para a pobreza será tão maior quanto maior for o grau de pobreza entre os idosos em relação à média, e quanto maior for à percentagem de idosos na população. Caso o grau de pobreza entre idosos seja maior que a média, a sua contribuição para a pobreza será maior que a sua participação na população.

Em segundo lugar, os idosos influenciam a renda per capita da família a que pertencem e, portanto, o seu grau de pobreza. Esta influência é exercida de duas formas. Por um lado, os idosos representam membros adicionais na família e, portanto, reduzem a sua renda per capita. Por outro lado, e na medida em que tem a sua própria renda, contribuem para a renda familiar elevando a renda per capita e reduzindo o grau de pobreza. Em suma, em que medida os idosos contribuem para aumentar ou reduzir a pobreza depende, em última instância, da relação entre a renda dos idosos e a dos demais membros da família.

Como a renda média dos idosos é em geral mais elevada que a renda per capita dos domicílios a que pertencem, a sua presença tem um impacto positivo na redução da pobreza de seus domicílios. Dito de outra forma, os domicílios com idosos seriam mais pobres caso estes idosos constituíssem domicílios separados. (BARROS; MENDONÇA; SANTOS, 1999, p. 24).

O autor constatou que: aos 40% de idosos mais pobres cabem 9,55% da renda total dos idosos, ao passo que aos 40% de não-idosos pobres cabem somente 7,95% da renda total dos não-idosos.

A participação da renda do trabalho na renda domiciliar total é aproximadamente a mesma para todos não-idosos (cerca de 87%), sendo estes pobres ou não. Já entre os idosos, os rendimentos do trabalho constituem uma fração menor da renda domiciliar total para os pobres (37%) do que para os não-pobres (42%). O oposto ocorre com a participação dos rendimentos provenientes da aposentadoria.

Os idosos demonstram sofrer menos os efeitos da pobreza que os não-idosos, pois: para os maiores de 60 anos, a percentagem de pobres oscila entre 20% e 25%, em relação à quase todas as idades.

Constatou também que: 23% dos idosos são pobres, contra mais de 30% de não-idosos; tanto entre os idosos quanto entre os não-idosos a incidência e magnitude da pobreza são maiores entre pretos e pardos do que entre brancos, amarelos ou indígenas; a

posição no domicílio varia intensamente ao longo do ciclo da vida e é particularmente afetada pela mudança da situação de não-idosos para idosos; a forma de inserção no mercado de trabalho afeta pouco a probabilidade de um indivíduo ser pobre, ao passo que afeta sensivelmente a de um indivíduo não-idoso ser pobre; as mulheres constituem a maioria dos pobres, tanto entre os idosos quanto entre os não-idosos. No entanto, a percentagem dos pobres formada por mulheres é menor entre os idosos do que entre os não-idosos, apesar de a frequência de mulheres na população ser maior entre os idosos; pardos estão menos presentes na população idosa; 61% dos idosos pobres não chegaram a completar sequer o primeiro ano de estudo, ao passo que este percentual é de aproximadamente 30% entre os não-idosos; entre os pobres não-idosos, aqueles com menor níveis educacionais tendem a ser mais pobre do que os de maior escolaridade. O mesmo fenômeno não se observa entre os idosos pobres; entre os idosos com 60 anos ou mais, quase 65% são chefes, contra apenas 48,6% entre os pobres não-idosos; a distribuição geográfica dos pobres idosos é muito semelhante à dos pobres não-idosos; o grau de pobreza entre os idosos é bem inferior ao dos não-idosos; idosos representavam cerca de 8,6% da população total e apenas 5,3% da população pobre.

“Sem sua própria renda, a percentagem de idosos pobres passaria de 23% para 72%, isto é, a pobreza, tanto dos idosos como daqueles que vivem em domicílios com idosos, depende fundamentalmente da renda destes” (BARROS; MENDONÇA; SANTOS, 1999, p. 23).

Assim, fica claro que a baixa incidência da pobreza entre os idosos é muito mais um resultado do seu próprio nível de renda do que pelo fato de pertencerem a domicílios que, independentemente deles, poderiam ser (e muitos são) pobres.

Camarano e Pasinato (2007) analisou as condições de geração de renda dos idosos latino-americanos e procurou inferir sobre as perspectivas futuras. Aplicou a pesquisa nos seguintes países: Argentina, Brasil, Bolívia, Costa Rica, México e Peru.

Cientificou-se de que as principais fontes de renda do idoso são a seguridade social e o trabalho. No entanto, foi no Brasil, tanto entre os homens quanto entre as mulheres, onde se observou a mais baixa contribuição da renda do trabalho. Contudo, ela foi de aproximadamente 30% entre os homens, sabendo-se que 34,1% de idosos são beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), já nos demais países pesquisados a principal fonte é o trabalho.

A inter-relação entre participação no mercado de trabalho e bem-estar na idade avançada apresenta uma dicotomia intrínseca. Se, por um lado, essa participação sugere melhores condições de saúde e maior integração social dos idosos, por outro, no processo de desenvolvimento dos sistemas de proteção social, a idade avançada foi consensuada como um risco social a ser coberto, o que implica uma menor participação no mercado de trabalho (CAMARANO; PASINATO, 2007, p.14).

A constatação de que a pobreza é maior entre os idosos do que entre os não-idosos têm sido objeto de várias controvérsias no Brasil. Por um lado, alguns autores apontam para a existência de um viés intergeracional nas políticas públicas que privilegia os idosos em detrimento dos demais grupos etários na partilha dos recursos e transferências do Estado. Por outro lado, há autores que apontam que esse é um falso debate, pois as análises econômicas convencionais consideram apenas os gastos com idosos incorridos pelo Estado, mas não se preocupam em comparar esses custos com os incorridos pelas famílias. Na verdade, assumem como garantida a solidariedade entre os membros da família em um modelo de família idealizado. Já outros autores apontam para a importância que o benefício da seguridade social tem desempenhado na redução da pobreza da população como um todo. Isso está associado não só a uma cobertura maior da seguridade social, mas, também, às dificuldades de inserção no mercado de trabalho que a população adulta jovem vem enfrentando dessa maneira entendemos que há um desafio para os países que é adaptar sua rede de proteção social às mudanças na estrutura etária, nos arranjos familiares e no mercado de trabalho.

2.4 Família de Idosos e com Idosos

Pode-se, todavia, experimentar um caminho alternativo: em vez de ir às famílias com uma teoria pronta, chegar até elas para, conjuntamente, ir descobrindo como é sua família vivida e pensada.

(Szymanski)

Apesar de termos discutido sobre a desresponsabilização do Estado perante as famílias, ainda não conseguimos responder completamente ao nosso problema, portanto, precisamos abordar mais especificamente as questões das famílias que têm membros idosos.

Goldani (1994) nos diz que a família brasileira é uma tradicional fonte de suporte econômico e afetivo dos seus idosos. Entretanto, no que se refere ao fator econômico houve transformações, pois de acordo com o Censo (2000) 62,4% dos idosos

eram os responsáveis pelos domicílios brasileiros e que esses números equivaleriam a 20% das residências brasileiras.

Já foi também muito divulgado pelos telejornais, revistas e jornais que no Nordeste há cidades onde o montante recebido pelos idosos é superior ao recurso do Fundo de Participação Municipal (FPM), recurso destinado pelo governo federal, e que gozam de *status* e prestígio, tendo crédito no comércio local.

Sabemos, também, que há muitos filhos casados que têm voltado a morar com seus pais, por não terem condições de arcar com as despesas do seu próprio orçamento familiar, como resultado dessa crise econômica os pais/avôs têm se responsabilizado pelo orçamento ou auxílio aos filhos e netos, participando com uma elevada contribuição no orçamento familiar.

A primeira vista poderíamos nos iludir com esses dados, mas realizando uma reflexão mais aprofundada, percebemos que eles são mais um indicador do nível de pobreza que se encontra a população e que em meio às incertezas do mundo do trabalho e do sistema econômico, aqueles que têm uns rendimentos fixos, constantes, ainda que pequeno, como são as aposentadorias, pensões ou benefícios de prestação continuada, tornam-se elementos importantes para a sobrevivência do grupo familiar, ou seja, muitas vezes o idoso tem sido o elemento de proteção familiar.

Contudo, compreendemos que a vulnerabilidade à pobreza está relacionada, além dos fatores da conjuntura econômica e das qualificações específicas dos indivíduos, às tipologias ou arranjos familiares e ao ciclo de vida das famílias.

Lopes (2003) diz que o idoso aposentado ganha status na família por uma via tão perversa quanto aquela que lhe rouba o status, qual seja, a saída do sistema produtivo. E ainda segundo Camarano e Pasinato (2007) em 2000 os idosos participavam com 53% do orçamento familiar.

Estamos falando dos idosos que têm rendimentos, mas e aqueles que não têm? Não que uma parca aposentadoria, por exemplo, seja suficiente para a manutenção do indivíduo, quanto mais de uma família, mas contribui muito como demonstramos acima.

Porém esse recurso econômico não pode ser todo empregado no sustento familiar, pois podemos tomar como exemplo a questão dos gastos com a saúde, ainda que a legislação disponha que:

Art. 196 - A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1998).

Sabemos que os idosos, muitas vezes, não são atendidos pelo serviço público conforme suas necessidades e acabam em momentos de emergência tendo que arcar com consultas, exames e o que é mais comumente, com medicamentos.

Além da questão da saúde, há outros direitos e necessidades peculiares à fase do desenvolvimento que estão vivendo, tais como: alimentação diferenciada (em função dos problemas ósseos), adaptações na residência (para evitar quedas e outros tipos de acidentes), cuidados de enfermagem (quando estão doentes ou acamados) e outros que eles também precisam satisfazer, como todo ser humano.

É interessante notar que o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03) em seu art. 3º ratifica que é obrigação da família – colocando-a em primeiro lugar – e do Poder Público – ficando este em 4º lugar – garantir com absoluta prioridade a efetivação ao direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Entendemos que a família está sendo incitada a proteger socialmente seus membros idosos em lugar do Estado e sem condições para isso, pois há a propagação da ideologia de que as famílias, independentemente de suas condições objetivas de vida e das próprias vicissitudes da convivência familiar, devem ser capazes de proteger e cuidar de seus membros, como já dissemos anteriormente.

Queremos esclarecer que nossa intenção não é eximir a família das suas responsabilidades, mas demonstrar que o grupo familiar não tem recebido do Poder Público o necessário suporte emocional, financeiro e social que necessita e ao contrário tem sido muito cobrado por não conseguir responder às demandas dos seus idosos.

Em relação a essa questão Goldani (1994) diz que a demanda por serviços e atendimento na família, aos seus idosos, é uma sobrecarga, pois é a mulher na condição de filha, nora, neta ou sobrinha que, geralmente, se encarrega dos cuidados com os idosos na família e está havendo uma diminuição do número de membros potencialmente disponíveis para o atendimento daqueles, não só porque o tamanho da família vem diminuindo, mas também porque aumenta a participação deles no mercado de trabalho, em especial das mulheres, ainda que seja no mercado informal.

Portanto, a demanda por serviços especializados de atendimento ao idoso tende a crescer e acompanhar as transformações na família, bem como as necessárias redefinições de responsabilidades e dependência familiar.

A Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842/94) traz como entidades de atendimento específicas aos idosos: instituições de longa permanência, centro de convivência, casa lar, oficina abrigada de trabalho, hospital dia, centro de cuidados diurnos. Sabemos que com exceção das duas primeiras, as demais são praticamente inexistentes. Se essas fossem efetivamente criadas evitariam mendicância, melhores cuidados médicos e de higiene, negligência, vitimização e, principalmente, abandono familiar.

Contudo, percebemos em nosso exercício profissional que os governantes preocupam-se em proporcionar quase que exclusivamente, lazer e recreação aos idosos – não que esses não sejam de extrema importância, em detrimento dos demais direitos, que seriam mais onerosos, mas há outros que também são fundamentais.

Sobre o significado da velhice no contexto familiar, entendemos que possa ter um duplo sentido: utilidade social – os idosos ao terem tempo disponível e por falta de atenção governamental, muitas vezes, passam a exercer atividades como cuidar de netos, de outros idosos ou pessoas com deficiência ou acometidas de problemas de saúde, sendo que estas não deveriam ser função de um indivíduo idoso, pois seria uma responsabilidade do Estado e ainda prestação de serviços diversos (fazer compras, pagar contas, administração da casa, dentre outros) para outros familiares e também aqueles que possuem renda, colaboração econômica para o sustento do lar.

Já aqueles que não possuem rendimentos próprios e/ou não gozam de boa saúde, necessitando assim, de cuidados e não podendo realizar atividades que favorecessem diretamente a família, trariam uma sobrecarga familiar, devido à falta de auxílio estatal. Entretanto, como concebemos as relações sociais em uma perspectiva dialética acreditamos que possa haver uma conjunção dessas duas questões, ou seja, em alguns momentos o idoso pode auxiliar sua família e em outros pode ser auxiliado.

Sobre a questão da dependência econômica dos idosos em relação aos seus familiares acreditamos que o ideal seria a independência desses indivíduos, pois:

Depender economicamente da família leva os idosos ao retraimento, pois nos relatam que a maioria das famílias vai dando pequenas quantias em dinheiro quando se faz necessário. Desta maneira, muitos idosos só apresentam sua necessidade monetária quando se trata de problema de saúde ou moradia (CANÔAS, 1983, p. 39).

Entretanto, não estamos relativizando a importância das relações familiares para o bem-estar na velhice, mas apenas fazendo algumas ponderações, pois acreditamos

que elas são fundamentais na assistência ao idoso e nas expectativas em relação ao processo de envelhecimento.

Camarano e El Ghaouri (2003) procurou entender como as famílias com idosos estão se organizando no Brasil para fazer face ao envelhecimento populacional, à maior dependência econômica dos jovens e ao próprio enxugamento do papel do Estado.

Em seu estudo aponta dois tipos de grupo familiar entre a população idosa, ou seja, família de idosos - onde o idoso é chefe do domicílio ou cônjuge e família com idosos – onde os idosos moram na condição de parentes do chefe.

Mostrou também, alguns dados relevantes, sendo que: 86% das famílias onde residem idosos, estes são chefes ou cônjuges; as famílias de idosos são responsáveis por 22% das famílias brasileiras, sendo que houve uma diminuição das famílias com idosos; as famílias de idosos são relativamente menos pobres, tem renda per capita ligeiramente mais elevada; tem número médio de indivíduos que trabalham mais baixo; maior número de beneficiários da seguridade social.

Em 1999 as famílias de idosos apresentavam uma proporção de pobres menos elevada do que as famílias com idosos, diferentemente do que ocorria em 1981, nos faz pensar sobre a conjuntura econômica do país.

Entretanto precisamos nos atentar para o fato de que:

Não se pode falar de uma estrutura domiciliar composta basicamente de idosos, mesmo nas famílias de idosos.

Os idosos residindo nas famílias de idosos são mais jovens do que os das famílias com idosos – em média, 4,6 anos em 1999 (CAMARANO; EL GHAOURI, 2003, p. 16).

A literatura dos anos 1980 mostrou que uma das estratégias familiares de enfrentamento da pobreza na América Latina foi aumentar ou diminuir de tamanho. Todavia, isso não está expresso nos indicadores, já que as respostas sociais aos processos de crises e ajustes se produziram no interior das famílias.

No entanto, acreditamos que esta possa ser uma das maiores estratégias de sobrevivência nos dias atuais, principalmente em se tratando de famílias que tenham membros idosos, quer estejam como chefes ou membros, já que segundo o Censo 2000, “62,4% dos idosos e 37,6% das idosas são chefes de família, somando 8,9 milhões de pessoas. Além disso, 54,5% dos idosos chefes de família vivem com os seus filhos e os sustentam” (IBGE, 2000).

A pesquisa Perfil dos Idosos Responsáveis por Domicílio no Brasil (IBGE – Censo 2000) aponta que as pessoas com 60 anos ou mais constituem 8,6% da população. O estudo revela que os idosos chefes de família passaram de 60,4% em 1991, para 62,4%, em 2000. No entanto, sua renda é menor que a dos chefes de família do resto do país.

Há um crescimento de netos e bisnetos que vivem com avós e bisavós. De 2,5 milhões em 1991, passou-se a 4,2 milhões em 2000 – são 8,8% de netos ou bisnetos do total de pessoas que vivem com os responsáveis.

A economista Viviam Herrero Lemos, realizou pesquisa na cidade de São Paulo em 2003 sobre atividades desenvolvidas por idosos no âmbito privado (familiar), intitulada “*O valor das atividades não remuneradas realizadas por pessoas maiores de 60 anos*” e constatou que os idosos, diferentemente do que é declarado pelo senso comum não são improdutivos, pois ainda que muitos idosos não sejam considerados produtivos pelo sistema previdenciário ou não sejam geradores de renda de acordo com o sistema econômico fortemente baseado no capital, aportam com uma grande contribuição social mediante a realização de atividades não remuneradas prestadas às respectivas famílias ou comunidades. Suas contribuições vão além das proporcionadas por aqueles que vivem o trabalho como simples produtores de mercadorias, valendo aferi-las inclusive sob critérios que evidenciam ganhos econômicos, buscando responder a necessidade que o homem tem de vincular todos os aspectos da vida humana a valores, avaliações e validações.

La contribución económica y social de las personas mayores va más allá de sus actividades económicas. A menudo desempeñan papeles cruciales en las familias y en la comunidad. Hacen muchas aportaciones valiosas que no se miden en términos económicos: cuidado de miembros de la familia, trabajo productivo de subsistencia, mantenimiento del hogar y actividades voluntarias en la comunidad. Además, estos papeles contribuyen a la preparación de la población activa futura. Es necesario una nueva definición de “productividad” para reconocer la contribución mediante actividades no retribuidas de personas de todas las edades [...] (BARG, 2003, p. 174 – 175, destaque do autor).

Questionamos então:

Quanto custa levar os netos à escola?

Cuidar deles quando estão doentes?

Distraí-los no período de férias?

Dividir a casa com a família do filho desempregado, ser voluntário na creche, ir ao banco e pagar as contas de toda a família, aproveitando o direito de atendimento especial?

Cuidar dos parentes doentes, ser cuidador ou cuidadora do cônjuge vítima de derrame cerebral (AVC)?

Os idosos são realmente improdutivos?

Todavia no modelo de organização social predominantemente no mundo ocidental, o advento do capitalismo acaba por diminuir a importância das pessoas, na medida em que valoriza coisas, métodos e processos como foco para medir resultados de alcance econômico-financeiro que interessam ao sistema. Sendo assim, a atividade não remunerada realizada por idosos não é reconhecida como produção social.

Não há o entendimento desse indivíduo como contribuinte social, haja vista que o processo que valoriza o capital acaba por desvalorizar o trabalho e aponta para a coerção do indivíduo, revelando a submissão do homem ao trabalho como meio e não como fim.

Ao pensar no aspecto privado, mais especificamente na família, aparentemente parece que a única forma que esta analisa a situação do idoso é através da perspectiva econômica, com o olhar do sistema capitalista, em que realmente a pessoa só é vista como produtor ou consumidor.

Como a criança não tem autonomia para sobreviver, tampouco o idoso, a sobrevivência das sucessivas gerações, no passado, dependia vitalmente da solidariedade familiar, e depende ainda em grande parte nas sociedades modernas. Vista pelo ângulo da economia, a reprodução de gerações numa família se constrói através de laços de solidariedade (DOWBOR, 2005, p. 293).

Acima de tudo acreditamos que o membro idoso da família e na família tem muito a contribuir aos demais membros da comunidade familiar, principalmente por ter uma história pessoal a oferecer ao ambiente, representando ainda a “história”, da estrutura familiar em si, como grupo social. Dessa maneira ele é tão importante quanto todos os outros membros do seu grupo familiar.

2.5 Estratégias de Sobrevivência

Após termos discutido sobre a pobreza e o envelhecimento passaremos a tratar sobre a questão da estratégia de sobrevivência, uma vez que esse é o cerne dessa pesquisa.

A expressão “luta pela sobrevivência” refere-se à luta travada por uma ou mais pessoas, no dia-a-dia, de maneira a garantir o mínimo necessário à subsistência ou de um grupo doméstico. É crucial mantermos viva a consciência de estarmos lidando com a concretude da vida humana, e não com alguma coisa abstrata, como o linguajar acadêmico pode induzir-nos a pensar (CARVALHO, 2000, p. 65, destaque do autor).

De acordo com Kaloustian (1985) as expressões estratégia familiar e estratégia de sobrevivência foram cunhadas nos estudos e abordagens antropológicas, que surgiram em fins dos anos 1970, dos comportamentos de famílias pobres, para dar conta do modo integrado com que agem, visando otimizar tanto o acesso quanto a distribuição dos recursos que logram alcançar. Ancorados na organização e prioridades internas que, na prática estabelecem, estes comportamentos definem, a cada momento do ciclo familiar, o lugar de cada um dos seus membros na unidade doméstica. A economia familiar ganha assim concreção, seja pelos seus aspectos imediatamente econômicos (integração de renda e de consumo), seja pela racionalidade específica que aí se constrói e passa a presidir os esforços de acesso e distribuição a bens simbólicos e materiais.

Almeida (2003) acredita que a utilização das expressões “estratégias familiares” ou “estratégias de sobrevivência”, procuram expressar um conjunto de práticas de trabalho, não trabalho, consumo e reivindicações, sendo que por meio dessas, rendas seriam obtidas e reunidas em um orçamento comum a toda unidade familiar, com o objetivo de atender da melhor forma possível às necessidades de seus diversos membros. Essas estratégias teriam como elemento central o recurso ao trabalho complementar do cônjuge e dos filhos para compensar os baixos rendimentos do principal provedor, ocasionando ampliação do número de membros ativos da família, uma redução da proporção daquelas em que uma só pessoa trabalha e um conseqüente aumento da participação de mulheres e de jovens na População Econômica Ativa (PEA).

A análise das famílias a partir de suas “estratégias de sobrevivência” nas pesquisas acabou situando-as dentro do paradigma da produção, entendida como processo amplo, enquanto que uma dimensão simbólica, incorporada à análise, continuou tendo um

estatuto teórico subordinado, na medida em que foi analisada na perspectiva de sua funcionalidade para a família, segundo a concepção crítica de Sarti (1996).

Autores como Sposati (1985) ampliaram a reflexão sobre o tema, uma vez que o analisou e apresentou três tendências fundamentais:

- * As estratégias de sobrevivência entendidas e desenvolvidas como formas de cooptar os esforços populares na solução ou redução dos problemas de subsistência agudizados pela crise.

- * As estratégias de sobrevivência entendidas e desenvolvidas como ações solidárias dos setores populares, tendo como saldo sua organização enquanto classe.

- * As estratégias de sobrevivência entendidas como manifestação dos interesses populares e forma de enfrentamento das soluções tradicionais das políticas sociais mantidas pelo Estado.

Entretanto Martín (1985) afirma que o que convencionamos chamar de “estratégia de sobrevivência”, muitas vezes é uma iniciativa que surge à margem da institucionalidade, para enfrentar as necessidades mínimas materiais, que às vezes se pretendem enfrentar basicamente no âmbito familiar.

Cartaxo (1995) em sua obra abordou a problemática das estratégias de sobrevivência que a população de baixa renda tem desenvolvido ao longo dos últimos anos no Brasil, em especial os beneficiários do auxílio-doença do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), chegando ao entendimento de que as estratégias consistem em alternativas de enfrentamento da situação de privação humana pela redução do orçamento familiar, como ainda pela necessidade de atendimento de serviços demandados por essa população, por meio de políticas sociais eficientes.

Ao analisarmos os mecanismos de distorção do sistema enquanto conformismo e resistência, entendemos que as estratégias de sobrevivência do segurado em “auxílio-doença” não se reduzem às diversas formas ou alternativas materiais para o enfrentamento da diminuição de sua renda. Existem ainda mecanismos que se traduzem em atitudes, comportamentos e práticas sociais que têm como objetivo e obtenção do “benefício” ou sua renovação (CARTAXO, 1995, p.122, destaque do autor).

Em suma o autor nos atenta para o fato de não moralizar e/ou criticar as estratégias de sobrevivência, tomando como exemplo a inadimplência de um pagamento para conseguir dinheiro para transporte, por exemplo.

Em família se possui uma estratégia de sobrevivência para o presente, se constrói um projeto para o futuro e se avalia o que foi o passado. Assim, a valorização da família, tão forte nas classes populares, é resultado do modo como os trabalhadores vivem sua condição de classe, com seus desejos, projetos e limites e não produto da imposição de valores próprios de outras categorias e classes sociais (VASCONCELOS, 1999, p.163).

Entendemos que, nos dias atuais, as estratégias de sobrevivência utilizadas pelas famílias, são criadas e recriadas num contexto muito desfavorável. Se por um lado constatamos que a família, apesar de ter que enfrentar inúmeras dificuldades – independentemente de como está organizada hoje – continua sendo o melhor lugar para a garantia da sobrevivência, da proteção de seus membros e que é ela que proporciona aos seus componentes, suporte emocional, afetivo e material para que os mesmos possam desenvolver suas potencialidades, por outro, as possibilidades que a família tem de efetivar tal amparo são limitadas pela realidade social, que é estruturalmente marcada pela desigualdade e pela existência de classes sociais, sendo que muitas vezes o próprio modo de organização familiar configura-se também como uma estratégia de sobrevivência familiar.

Sposati (1985) declarou que através de pesquisas foi possível identificar formas de ação grupal de apoio à sobrevivência, em que as famílias pobres passam pelo processo gradativo de transição entre o plano doméstico de satisfação das necessidades para o plano coletivo de objetivos externos ampliados.

A solidariedade contrerrânea e parental é entendida pela autora como condição primeira para a sobrevivência e a existência de famílias em situação de pobreza e discriminação, já que a família nuclear é quase subsumida pela família ampla, formada por contrerrâneos. Dessa maneira entendemos que a convivência familiar entre os pobres é garantida a duras penas como estratégia indispensável à sobrevivência material e afetiva.

Entretanto nos dias atuais sabemos que:

Os mecanismos de solidariedade familiar, considerados elementos básicos de proteção dos indivíduos e anteparo primário contra agressões externas e a exclusão social [...] restringem-se, agora, a uma interação limitada e precária entre poucos membros da família (PEREIRA, 1995, p. 105).

Observou-se outro fator importante na sobrevivência cotidiana destas famílias: uma dependência estratégica da chamada solidariedade apadrinhada.

Um ou mais membros da família do trabalhador mantém laços mais próximos com as classes média e alta, seja como empregados domésticos, porteiros de prédios, jardineiros, dentre outras ocupações. Este vínculo assegura um canal de doação de roupas,

remédios, eletrodomésticos, muito importantes na composição do consumo das famílias em situação de pobreza.

Por fim identificou-se a solidariedade missionária, terceiro componente na difícil e precária sobrevivência das famílias empobrecidas. A Igreja Católica, Protestante, Espírita ou seitas afro-brasileiras compõem o projeto de reprodução das famílias empobrecidas.

Falaríamos, ainda, em uma outra estratégia de sobrevivência, que seria desenvolvida através de recursos próprios, como exemplo: cultivar ervas medicinais para utilização em momentos de enfermidade, em detrimento da aquisição de medicamentos farmacológicos.

Contudo, reafirmamos a importância que as políticas sociais, particularmente as públicas, têm no cotidiano da vida familiar, sendo que Miotto (1997) acredita que são elas que num contexto de pobreza como o brasileiro, podem garantir condições objetivas de sobrevivência, porém acreditamos que elas não têm atingido a eficácia necessária.

É oportuno apresentarmos os dados obtidos por Lopes (2003) em sua obra, já que debateu sobre a qualidade de vida e o envelhecimento, discutindo as relações de dependência entre os idosos e as gerações mais jovens e ainda o fluxo de apoio intergeracional.

Considera como indivíduo dependente, aquele que é incapaz de prover, por seus próprios meios, suas necessidades de consumo ou o exercício dessas atividades e entende que a família é o primeiro núcleo de dependência do idoso brasileiro.

Afirma que hoje, a transferência de apoio entre as gerações assume uma via de mão dupla, pois o intercâmbio entre pais e filhos se estende ao longo do ciclo de vida familiar e, a cada nova fase ou desafio, o contrato intergeracional estipula os papéis de cada um, jovem ou adulto, papéis esses que representam a internalização dos valores culturais vigentes e o peso das pressões sociais.

Pontua alguns aspectos do apoio intergeracional: os idosos viúvos recebem mais apoio e os casados dão mais; quanto maior o número de filhos, maior a chance de receber apoio por parte dos idosos; os pais apóiam mais os filhos enquanto estes têm filhos pequenos; o apoio às e das filhas é mais intenso e diversificado do que aos e dos filhos; quanto menor a renda e saúde do idoso, maior a chance de receber apoio; a distância geográfica entre pais e filhos idosos e adultos determinam o tipo e a frequência de apoio.

Em relação ao tipo de apoio especificamente, identificou: material – apoio envolvendo dinheiro (doação, empréstimo, pagamento de contas, seguro médico-hospitalar,

escola, dentre outros) ou artigos de necessidades, tais como comida, roupas e utensílios domésticos; instrumental – aquele envolvendo atividades instrumentais da vida diária, como: tarefas domésticas leves, fazer compras, tomar conta do negócio, preparar refeições; funcional – aquele que envolve atividades funcionais da vida diária, como: tomar banho, comer, sentar ou levantar, caminhar, usar o banheiro.

Conclui expressando que há novas imagens sobre o envelhecimento e que as relações que se estabelecem ao longo desse processo, apresentam mudanças sociais, através da redefinição de identidades, das relações familiares, do próprio curso de vida e, sobretudo, a dialética dependência/interdependência entre as gerações.

Ferrigno (1991) lembra que quando se fala em família como suporte ao idoso, freqüentemente cai em uma visão paternalista do problema. Enxergamos a família como necessária à sobrevivência dos idosos e ponto final. Um questionamento mais profundo sobre a imagem da velhice que cada familiar possui, certamente conduziria a uma reflexão sobre a própria família e o conjunto social.

No próximo capítulo realizaremos uma caracterização do município de Franca-SP e do locus da pesquisa, sendo que ainda abordaremos os seus aspectos metodológicos.

CAPÍTULO 3
CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA

Fonte: Blog Meus Livros

3.1 Caracterização do Município de Franca

Conforme informações da enciclopédia eletrônica Wikipédia, a cidade de Franca, localizada na região nordeste do estado de São Paulo, sedia a 14ª Região Administrativa do Estado. Faz fronteira com cidades paulistas como Batatais, Cristais Paulista, Patrocínio Paulista, e cidades mineiras como Ibiraci e Claraval. Na hidrografia, destaca-se a bacia do Rio Canoas, maior manancial de abastecimento de água da cidade.

O município de Franca-SP é uma região administrativa reconhecida como grande pólo industrial e comercial.

As indústrias que compõem grande parte do setor produtivo local são as de calçados e acessórios, integradas com uma ampla indústria de componentes e curtumes, o que possibilita uma estratégia geográfica de produção eficiente.

O comércio na cidade também é um grande marco regional, visto que, um considerável número de pessoas, que residem nas cidades da região, compõem o quadro de consumidores da cidade.

A área total do município de Franca é de 609 Km², onde a parte urbanizada é de 84 Km² e o clima é tropical de altitude com inverno seco e verão úmido.

Estas características geográficas dão sustentabilidade a um outro setor que também atua fortemente na economia local, a agricultura de café.

3.1.1 Aspectos Demográficos

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Franca possuía uma população estimada em 2006 de 328.221 habitantes, enquanto em 2005 foi de 321.969 habitantes e de 2004 de 315.770 habitantes, ou seja, nos últimos anos o aumento no número de habitantes vem se mantendo constante e em termos percentuais, 1,90%, porém com pequenas alterações nas casas decimais de 2004 para 2005 de 1,96% e de 2005 para 2006 de 1,91%. Enfim, manteve um padrão de crescimento populacional baixo em todo este período.

A taxa geométrica de crescimento anual da população mostra uma projeção efetiva de quanto à população de Franca cresceu no período de 2000 a 2006, ou seja, 2,13% ao ano.

Tabela 4 - População e estatísticas vitais – População por faixa etária

Anos	2001	2002	2003	2004	2005	2006
00 a 04	26.153	26.495	26.833	27.167	27.497	27.633
05 a 09	26.279	26.292	26.296	26.295	26.285	26.625
10 a 14	27.052	27.073	27.088	27.095	27.093	27.102
15 a 19	27.418	27.601	27.774	27.942	28.104	28.121
20 a 24	26.748	27.299	27.852	28.411	28.973	29.158
25 a 29	25.102	25.903	26.724	27.560	28.417	28.979
30 a 34	24.240	24.663	25.087	25.511	25.934	26.738
35 a 39	23.289	23.625	23.961	24.293	24.623	25.055
40 a 44	20.685	21.336	22.001	22.681	23.376	23.721
45 a 49	17.127	17.874	18.647	19.448	20.278	20.921
50 a 54	13.948	14.567	15.177	15.809	16.462	17.186
55 a 59	10.240	10.926	11.655	12.431	13.253	13.823
60 a 64	8.325	8.559	8.798	9.041	9.289	9.919
65 a 69	6.396	6.679	6.976	7.283	7.602	7.830
70 a 74	4.652	4.859	5.075	5.298	5.529	5.783
75 ou +	5.687	5.963	6.250	6.549	6.863	7.189

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), 2007.

Há uma variação nas informações dos números acima, com relação ao número de habitantes entre um órgão e outro, este fato é devido ao Seade (2007) trabalhar com dados extraídos diretamente dos municípios, enquanto o Ibge (2006) realiza uma estimativa.

Mesmo assim não poderíamos deixar de informar que Franca tem em media 18 novos habitantes a cada dia, sendo que quatro vem de outros municípios, estados ou países.

Tabela 5 - População residente em Franca-SP, ano de referência 2007

Faixa Etária - Quinquenal	Homem	Mulher	Total
00 a 04 anos	14.197	13.565	27.762
05 a 09 anos	13.780	13.182	26.962
10 a 14 anos	13.858	13.249	27.107
15 a 19 anos	14.422	13.707	28.129
20 a 24 anos	14.978	14.352	29.330
25 a 29 anos	14.921	14.620	29.541
30 a 34 anos	13.733	13.827	27.560
35 a 39 anos	12.563	12.926	25.489
40 a 44 anos	11.862	12.205	24.067
45 a 49 anos	10.444	11.135	21.579
50 a 54 anos	8.586	9.351	17.937
55 a 59 anos	6.819	7.595	14.414
60 a 64 anos	4.907	5.684	10.591
65 a 69 anos	3.627	4.437	8.064
70 a 74 anos	2.615	3.431	6.046
75 anos e mais	2.933	4.598	7.531
Total da Seleção	164.245	167.864	332.109
Total Geral da População	164.245	167.864	332.109

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), 2007.

Segundo esses dados havia 32.232 habitantes com idade a partir de 60 anos, representando 9,7% da população, dessa maneira entendemos que a cidade teve sua estrutura etária da população bastante semelhante à estadual.

A exemplo do que vem ocorrendo com todo o Estado de São Paulo, existe uma tendência de envelhecimento da população, com a diminuição da participação do número de jovens na pirâmide etária, além da dinâmica populacional regional que apresentou adensamento do espaço urbano.

Quanto à taxa de natalidade e mortalidade, no período de 2001 a 2005 apresentou uma queda de 4%, esta se refere à natalidade com a população existente, ou seja, os indivíduos nascidos e existentes naquele determinado ano.

Com relação à taxa de mortalidade neste período, não apresentou alteração. Salienta-se que para o ano de 2006 e 2007 não havia dados disponíveis.

Tabela 6 – População e Estatísticas Vitais
Taxa de Natalidade e Mortalidade

Franca	2001	2002	2003	2004	2005
Natalidade	17,58	16,86	15,85	15,82	15,60
Mortalidade	5,27	5,53	5,57	5,51	5,46

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), 2006.

É oportuno apresentarmos alguns dados do SEADE sobre a esperança de vida ao nascer, sendo que em Franca é de 73,03 anos.

Já no que se refere à população paulista em quatro anos ela teve um acréscimo de 1,6 ano: de 71,5 anos, em 2000, passou para 73,1 anos, em 2004.

O ganho foi mais significativo para a população masculina, que de 67,1 avançou para 69,1 anos, resultando num aumento de dois anos na vida média do homem paulista.

Para as mulheres, o acréscimo foi de 1,2 ano, tendo o indicador passado de 76,0 para 77,2 anos.

Com isso, a diferença na esperança de vida entre homens e mulheres no período diminuiu de 8,9 para 8,1anos. Tal evolução é devida à redução dos índices de sobremortalidade masculina (razão entre as taxas de mortalidade masculina e feminina por faixa etária) no Estado de São Paulo.

**Tabela 7 – Projeção de população residente em Franca-SP em
1 de julho de 2020**

Faixa Etária - Quinquenal	Homem	Mulher	Total
00 a 04 anos	13.715	13.102	26.817
05 a 09 anos	14.395	13.758	28.153
10 a 14 anos	14.939	14.295	29.234
15 a 19 anos	15.092	14.496	29.588
20 a 24 anos	15.064	14.410	29.474
25 a 29 anos	16.339	15.357	31.696
30 a 34 anos	17.452	16.162	33.614
35 a 39 anos	17.307	16.555	33.862
40 a 44 anos	15.749	15.784	31.533
45 a 49 anos	13.524	14.075	27.599
50 a 54 anos	12.344	13.166	25.510
55 a 59 anos	11.344	12.228	23.572
60 a 64 anos	9.046	10.684	19.730
65 a 69 anos	6.818	8.343	15.161
70 a 74 anos	4.800	6.440	11.240
75 anos e mais	5.040	8.386	13.426
Total da Seleção	202.968	207.241	410.209
Total Geral da População	202.968	207.241	410.209

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), 2007.

Dessa maneira contaremos com 59.557 habitantes com idade igual ou superior a 60 anos em 2020, o que representará 14,51% da população, sendo que o Seade estima um índice de envelhecimento de 36,21%.

3.1.2 Aspectos Econômicos

O município de Franca é pólo de desenvolvimento e seu dinamismo influencia o desempenho econômico de toda a região.

Além de suas principais atividades econômicas terem efeitos sobre os demais municípios, em decorrência de sua proximidade com Ribeirão Preto e cidades de Minas Gerais, Franca é um importante centro de redistribuição da produção beneficiada da região e também de produtos industrializados para os principais centros consumidores de São Paulo e Minas Gerais.

O Município de Franca tem atraído trabalhadores que, apesar de residirem em cidades vizinhas, encontram postos de trabalho em Franca, tornando-a uma sede regional, especialmente nos setores industrial e terciário.

Além disso, suas atividades nos setores de calçados, café, comércio e serviços têm efeito direto sobre os demais municípios, seja porque estes fazem parte do processo econômico, ou porque seus cidadãos realizam compras, comercializam seus produtos, utilizam serviços bancários e de saúde, no município.

Franca também é um dos maiores pólos de lapidação de diamantes do mundo, no município encontra-se o único escritório do país especializado em diamantes.

A tabela a seguir, apresenta a relação das áreas que compõem o sistema empresarial da cidade, juntamente com algumas referências que indicam as dimensões de cada setor, podendo demonstrar a vida economicamente ativa no município, também nos mostra o quanto cada segmento dentro de seu setor tem instalado em Franca, a quantidade de trabalhadores que estão trabalhando dentro dos mesmos, e por fim o quanto cada segmento gera de renda.

Tabela 8 - Estrutura empresarial de Franca-SP / 2004

Tipo de sistemas empresariais	Número de unidades locais	Pessoal ocupado	(pessoas)	Salários a.a. (Mil reais)
		Total	Assalariado	
Agriculturapecuária, silvicultura e exploração Floresta	33	75	29	242
Pesca	2	-	-	-
Indústrias extrativas	10	26	16	207
Indústrias de Transformação	4.829	41.025	35.047	296.944
Produção e distribuição eletricidade, gás e água	8	442	442	13.391
Construção	123	1.399	1.151	9.361
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	7.978	21.577	12.667	96.649
Alojamento e alimentação	1.143	2.550	1.379	7.518
Transporte, armazenagem e comunicações	371	2.162	1.738	21.059
Intermediação financeira	156	1.154	953	25.052
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	1.037	3.855	2.328	23.149
Administração pública, defesa e seguridade social	13	3.047	3.047	54.155
Educação	205	1.561	1.242	22.800
Saúde e serviços sociais	271	3.198	2.806	26.156
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	766	3.544	2.869	36.221
Serviços domésticos	-	-	-	-
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-	-	-

Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas 2004 – Malha municipal digital do Brasil, 2004.

Analisando a tabela podemos confirmar que a indústria de transformação, no caso da cidade de Franca, há um destaque para o setor calçadista, concentrando-se nela o maior número de trabalhadores, isto por se tratar de uma indústria de mão-de-obra intensiva.

Se compararmos o total de pessoas ocupadas com a quantidade de pessoas assalariadas, é possível verificar os sistemas empresariais com maior informalidade, ou seja, dentro dos segmentos apresentados são aquelas pessoas que não estão registradas nas empresas.

Com isso o maior percentual de pessoas não assalariadas foi o da agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal que aparece com 60%.

Se considerarmos como ramo econômico sazonal, voltado como agricultura de subsistência familiar ou de pequenos e médios fazendeiros, talvez esta discrepância em termos percentuais não fosse diferente em outras cidades.

Por outro lado há outros sistemas econômicos que se destacam como: alojamento e alimentação, comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos, atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas, com um alto percentual de trabalhadores não assalariados, ou seja, valores acima de 40% dos trabalhadores nestes ramos são de atividades informais.

A tabela mostra ainda os tipos de sistemas empresariais que estão com maior acumulação de pagamento de salários, ou seja, se dividirmos o total de pessoas ocupadas pelo total de salários, iremos ter o total de salários médio por trabalhador.

Fazendo isso, obtivemos um resultado de que o setor de produção e distribuição de eletricidade, gás e água, é o mais rentável dentre todos os outros setores empresariais na cidade de Franca, ou seja, os trabalhadores recebem cerca de R\$ 2.500,00 em média por mês.

Estes são seguidos por intermediação financeira cujos trabalhadores recebem cerca de R\$ 1.809,00 em média por mês, e a administração pública, defesa e seguridade social com cerca de R\$ 1.480,00 em média por mês.

Dentre os setores que mais empregam o que apresentou menor média salarial foi o do comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos com média salarial de R\$ 373,00 por mês.

Já na indústria calçadista a média salarial para os trabalhadores do ramo foi de R\$ 600,00 por mês e o valor de salário mais baixo encontrado foi no setor de alojamento e alimentação com média de R\$ 245,00 por mês

3.1.3 Aspectos Sociais

Consideramos de suma importância apresentar os dados referentes aos aspectos de vulnerabilidade social do município de Franca, segundo o Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) em 2002.

Comparado a estimativa estadual, podemos considerar o município como em uma baixa vulnerabilidade social, entretanto há outros dados que nos fazem questionar e refletir sobre essa afirmação.

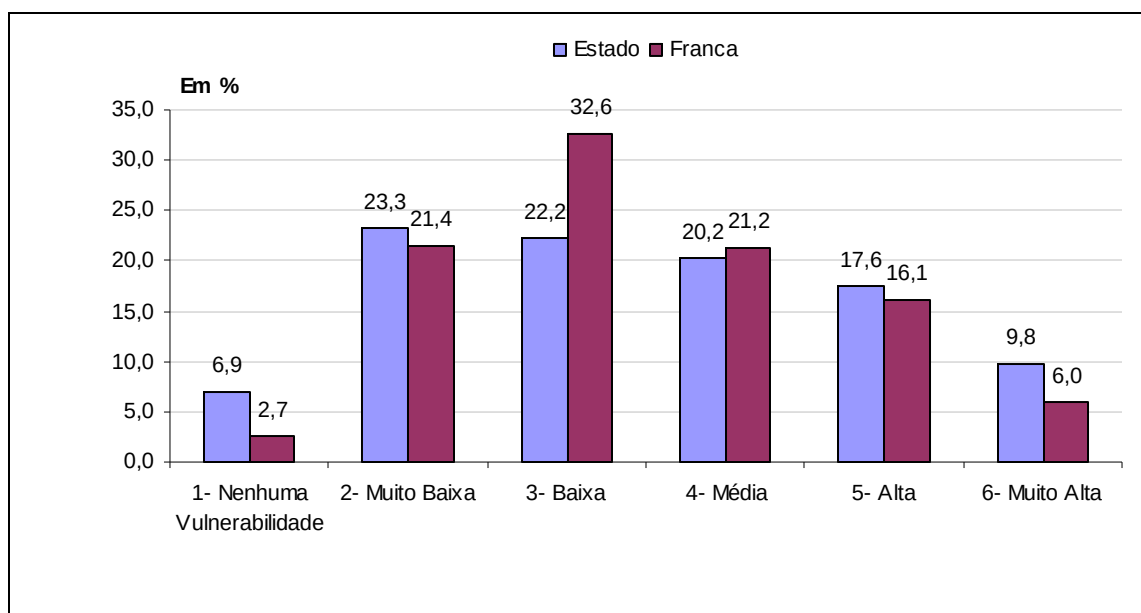


Gráfico 1 - Vulnerabilidade de Franca X índice estadual.

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), 2006.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um instrumento utilizado para verificar os resultados das políticas sociais e das condições estruturais de determinada região, nele são levados em consideração vários fatores, tais como: alfabetização, acesso à saúde pública, infra-estrutura, dentre outros.

Os dados apresentados na tabela 9 estão fora do período de realização deste trabalho, porque não encontramos dados recentes para uma análise atual, entretanto, pensamos ser pertinente apresentá-los, pois eles demonstram que o índice de desenvolvimento humano no município de Franca vem melhorando, uma vez que passou da classificação de médio desenvolvimento humano para alto desenvolvimento humano.

Tabela 9 – Condições de vida – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal IDHM – Franca – SP

Variáveis	1991	2000
IDHM	0,78	0,82
IDHM - Ranking	30	59

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), 2001.

Contudo, em uma recente matéria intitulada “*Mais de 62 mil francanos na linha da pobreza*” veiculada no Jornal Comércio da Franca (26 fev. 2008, p. A-10) baseada em dados do cadastro único da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Ação Social da Prefeitura Municipal de Franca-SP, pudemos saber que em maio de 2006 havia 10.000 núcleos familiares pobres na cidade, hoje são 12.477, ou seja mais de 500 novas famílias passam a ser classificadas como pobres por ano.

Ainda de acordo com a matéria, de cada 5 famílias francanas, uma vive na linha da pobreza, apesar de não existirem dados exatos, estima-se que 20% da população sobreviva com R\$ 120,00 mensais ou menos por mês.

A maioria destes núcleos familiares, formados normalmente por mais de três filhos, são chefiados por mães solteiras, pelas avós ou pais desempregados. A renda com que sobrevivem é de até R\$ 4,00 por pessoa por dia, valor considerado insuficiente pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome para suprir as necessidades básicas do ser humano.

Dessa maneira entendemos que houve uma disseminação e aprofundamento da pobreza, uma vez que o cadastro único inclui moradores de todas as regiões da cidade, inclusive a região central, que a primeira vista poderia ser considerada uma região privilegiada economicamente.

3.1.4 Aposentadoria e Benefício de Prestação Continuada (BPC) no Município

Segundo relatório de dados quantitativos de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) disposto no art. 20 da Lei n. 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social) no município de Franca-SP, referentes a agosto de 2007, elaborado pela técnica Márcia Helena Vieira da Secretaria de Desenvolvimento Humano e Ação Social da

Prefeitura Municipal de Franca, soubemos que no município havia 3.840 beneficiários, sendo que destes 1.624 são idosos.

É importante atentarmos para o fato de que a região centro tem a maior concentração de número de beneficiários idosos do município, com 512 usuários, em seguida conta com 358 beneficiários à região norte, 340 a região leste, 237 usuários a região oeste e por fim a região sul com 177 beneficiários.

Sposati (2004) nos faz refletir que para ser incluído, o requerente precisa mostrar a miserabilidade da família, além de sua própria miserabilidade. Ele necessita ser duplamente vitimizado, não bastando uma exclusão pelo fato de ser idoso ou deficiente. São necessárias duas exclusões, ou seja, além da sua, a da família.

De modo desconexo, portanto, o beneficiário vira dependente da família para ser aceito, embora seu benefício seja pessoal e intransferível. Ele é dependente para ser aceito, mas torna-se imediatamente independente para cuidar de si, pois seu benefício é intransferível.

Acreditamos ser de grande importância fazermos um parêntese e apresentarmos dados sobre o benefício em nosso país. No Brasil, no período de 1996 a 2003, quintuplicou a inclusão no total de beneficiários, com maior intensidade entre os idosos, sendo que cresceu na proporção de quinze vezes em sete anos.

Em 2002 o Ministério da Assistência Social realizou uma avaliação junto aos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e chegou aos seguintes resultados:

Tabela 10 - Mudanças que o BPC traz na vida dos usuários de acordo com sua avaliação pessoal

Contribuiu para o sustento da família	44%
Freqüentou atendimentos	19%
Melhor qualidade de vida	27%
Adquiriu bens	4%
Participou de atividades sociais	4%
Atividades ocupacionais	2%

Fonte: SPOSATI, 2004, p. 27.

A avaliação do impacto da renda mensal do BPC na vida das famílias mostra que o benefício é em quase 50% das famílias a única renda regular que possuem, tornando-se, com isto, fundamental para o sustento dela.

Quanto à prioridade no uso do benefício, a pesquisa apontou os seguintes dados:

Tabela 11 – Prioridades no uso do dinheiro do BPC pelo beneficiário

Alimentação	32%
Medicamento	25%
Vestuário	17%
Tratamento/reabilitação	15%
Despesas com moradia	11%
Atividade geral de renda	1%

Fonte: SPOSATI, 2004, p. 27.

Esses dados não deixam dúvidas sobre a importância do benefício para a manutenção das necessidades básicas dos beneficiários e de seus familiares.

Em se tratando de dados referentes à aposentadoria e pensão por morte, pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) não conseguimos dados específicos do município de Franca-SP, mas apenas do Estado de São Paulo. Ainda assim, acreditamos ser oportuno apresentá-los.

De acordo com os dados do Censo Previdenciário realizado pelo Ministério da Previdência Social no período de março de 2006 a janeiro de 2007, o Estado de São Paulo é o que detêm o maior percentual de beneficiários, ou seja, 3.449.324, dentro da unidade da federação, significando 23,74% do universo total e movimentando R\$ 2.204.112.869,05 mensalmente.

3.1.5 Legislação Municipal

Realizamos um levantamento sobre a legislação municipal que se destina ao segmento idoso e apresentaremos aquelas leis que acreditamos ser de maior relevância, uma vez que concebemos o direito como protetor da pessoa humana.

Lei	Disposição
2.921 de 15/08/1984	“Isenta o pagamento da tarifa de transporte coletivo urbano as pessoas com idade igual ou superior a 65 anos”.
Orgânica do Município de Franca promulgada: 05/04/1990	Dispõe no Art. 268 “As pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos, bem como os aposentados com rendimentos até três salários mínimos, terão acesso livre e gratuito aos recintos públicos municipais em que se realizem eventos ou promoções de qualquer natureza”.
5.102 de 23/11/1998	“Isenta do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano – IPTU, o imóvel único de contribuinte aposentado ou pensionista, que nele resida e comprove renda pessoal e conjugal, quando for o caso, não superior a 700 UFIR’S por mês”.
5.249 de 25/10/1999	“Cria o Conselho Municipal da Terceira Idade de Franca e dá outras providências”.
5.803 de 25/10/2002	“Institui, no âmbito do Município, passeios turístico – culturais gratuitos para pessoas com mais de sessenta anos de idade, e que residam em Franca.
5.914 de 14/04/2003	“Institui atendimento preferencial às mulheres grávidas, mulheres com bebês no colo, aos idosos e às pessoas portadoras de necessidades especiais, nos supermercados do Município de Franca e dá outras providências”.
5.916 de 14/04/2003	“É dever de todo agente público ou particular, a defesa dos direitos dos idosos, devendo os casos de violência ou maus-tratos ser comunicados ao Conselho Municipal da Terceira Idade” e “Cria o Sistema Municipal de informações sobre a violência contra idoso, composto de dados, informações e estatísticas colhidas conforme o disposto na presente Lei, cuja finalidade é orientar e informar as políticas públicas de atendimento ao idoso”.
5.925 de 22/04/2003	“Institui a Semana Municipal de Vacinação do Idoso, no município de Franca”.
6.069 de 07/11/2003	<i>“Estabelece que as consultas médicas e exames de saúde na Rede Municipal tenham atendimento preferencial e imediato quando os pacientes tiverem idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos e dá outras providências”.</i>
6.130 de 27/02/2004	“Estabelece a obrigatoriedade de hospitais que atendem a rede pública municipal de saúde, manterem à disposição de acompanhantes, em caso de internação de idosos, acomodações apropriadas”.
6.209 de 02/06/2004	“Cria no município de Franca o serviço Disque Idoso e dá outras providências”.

Quadro 1 – Leis do município de Franca/SP referentes ao segmento idoso.

Fonte: Cristiane Barbosa Rezende, 2008.

Percebemos um avanço na legislação municipal que antes mesmo da aprovação da Política Nacional do Idoso (Lei n. 8.742/93) e até mesmo do Estatuto do Idoso

(Lei n. 10.741/03), em alguns casos, já havia declarado como direito dos idosos o acesso ao transporte público gratuito, o atendimento prioritário em comércios e repartições públicas, a vacinação contra gripe gratuitamente, além da prioridade para a realização de exames e consultas e ainda o direito a acompanhantes em caso de internação, dentre outros.

Contudo, também podemos notar deficiências legislativas, pois se adotou muitas vezes a idade de 65 anos como corte, excluindo os indivíduos com idade entre 60 e 64 anos e estabeleceu-se como critério o recebimento de aposentadoria ou pensão, nos fazendo perceber que muitos legisladores automaticamente associam velhice com o gozo do direito previdenciário, o que não acontece para inúmeros idosos.

3.1.6 Rede de Serviços Públicos e Privados

No que se refere aos serviços destinados à população idosa, na área da saúde, podemos destacar por sua expressividade, o Centro de Convivência do Idoso (CCI), vinculado à Secretaria Municipal de Saúde de Franca.

Ele foi criado em junho de 1991, inicialmente, apenas como Ambulatório de Geriatria, visando atendimento integral à saúde do idoso, segundo preceitos do Programa de Assistência Integral a Saúde do Idoso na Secretaria da Saúde-SUDS-SP. Em maio de 1998 o serviço passou a chamar Centro de Convivência do Idoso, em razão das reflexões realizadas pela equipe de geriatria, preocupada com a atuação multiprofissional e não centralizada na área médica, como é de costume nos serviços dessa natureza.

Atualmente, a equipe técnica do serviço é composta por: cardiologista, enfermeiro, fisioterapeuta, fisiatra, geriatra, ginecologista, psicólogo, terapeuta ocupacional, psiquiatra e assistente social, que realizam atendimento individual e em grupo, através de consultas, entrevistas, reuniões e palestras.

Desde aquela data até dezembro de 2007 foram abertos 6.572 prontuários, o que significa uma média de 750 novos usuários por ano, levando-se em conta que o início da numeração dos prontuários ocorreu na inauguração do CCI, na data referida.

Já na área da Assistência Social, podemos destacar o desenvolvimento de reuniões quinzenalmente com idosos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e outros, pelos técnicos dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) da cidade, equipamento vinculado a Secretaria de Desenvolvimento Humano e Ação Social.

Através de consulta ao Conselho Municipal de Assistência Social de Franca, pudemos saber que há 7 instituições cadastradas que prestam atendimento ao segmento, sendo 5

Instituições de Longa Permanência: Fundação Espírita Judas Iscariotes, Instituição Espírita Nosso Lar, Lar de Idosos Eurípedes Barsanulfo, Departamento de Promoção Vicentina e Casa São Camilo de Lélis e 2 entidades em regime de meio aberto: Clube da Velha Guarda, que realiza atividades culturais e Associação dos Idosos de Franca, que desenvolve grupos de convivência, alfabetização para idosos e participa na organização da Semana da Terceira Idade, promovida anualmente pelo Conselho Municipal do Idoso de Franca, órgão também imprescindível pois atua na defesa dos direitos do segmento no município.

Há ainda serviços oferecidos por instituições que não são cadastradas junto ao Conselho Municipal de Assistência Social, mas que atendem o segmento idoso, tais como: Pastoral do Idoso – oferece apoio espiritual e cursos, Serviço Social da Indústria (SESI) – desenvolve oficinas com cunho artístico, cultural e atividades recreativas e Liga Espírita D'Oeste – disponibiliza residências para idosos morarem.

Em se tratando da educação pública, soubemos que a Secretaria Municipal de Educação desenvolve um Projeto de Alfabetização de Idosos. São vinte núcleos de alfabetização que funcionam em escolas municipais, igrejas e centros comunitários, sendo que são ministradas aulas três vezes por semana. Atualmente, o projeto atende cerca de 600 alunos, com idade não especificada, mas com predominância de alunos com mais de 60 anos.

Também há a Universidade Aberta da Terceira Idade (UNATI) que é um programa de extensão da Universidade Estadual Paulista (UNESP), criado em 15 ago. 1996 e que atende indivíduos a partir de 45 anos possibilitando-lhes a participação em disciplinas oferecidas aos cursos de graduação da instituição, bem como a sua inserção em outras atividades educativas e culturais (curso de idiomas, biodança, coral, dentre vários outros).

Acreditamos que os serviços de atenção aos idosos devem compor uma rede que reúne dois blocos de ações: ações de referência, informação, orientação e encaminhamento, sendo que a atividade de encaminhamento implica também na realização de um diagnóstico situacional quanto aos déficits de atendimento existentes no próprio município. Este dado deve ser sistematizado e apresentado ao poder local para as providências possíveis, principalmente quanto sua freqüente ocorrência indica a necessidade de serviço a ser prestado no próprio município e sinaliza igualmente para as alternativas de atendimento.

Ações voltadas à inclusão e proteção social dos idosos, que precisam se transformar em um sistema de prevenção e satisfação de necessidades e ainda mobilizar e articular-se às múltiplas práticas de proteção social existentes ou demandadas.

Dessa maneira percebemos que na cidade de Franca há uma lacuna no que diz respeito aos serviços oferecidos ao segmento idoso, uma vez que não há ainda casa lar,

centro abrigado de trabalho, centro dia, ou outros equipamentos e serviços destinados há um atendimento sistemático aos usuários, conforme preconiza a Lei n. 8.842/94 Política Nacional do Idoso.

3.2 Pesquisa: considerações preliminares

Uma abordagem da família que dê conta da complexidade desse objeto, em nossos dias, deveria ser, necessariamente, uma construção interdisciplinar.

(Bilac)

Minayo (1995) esclarece-nos que a pesquisa é uma atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade e que é ela que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática.

Nesse sentido, entendemos que é no universo do cotidiano que nascem as inquietações que nos levam ao desenvolvimento de uma pesquisa. Podemos dizer que a existência do desconhecido, o sentido da novidade e o confronto com o que nos é estranho são os elementos que nos atraem para o desenvolvimento da produção do conhecimento.

O fato de termos trabalhado com o segmento idoso, através do desenvolvimento de projeto sócio-educativo, nos possibilitou uma aproximação à realidade desses sujeitos e desencadeou em nosso interior um processo de reflexão e questionamentos sobre o envelhecimento em nosso país e mais especificamente sobre como os idosos sobreviviam, quais eram as estratégias adotadas pelos mesmos e seus familiares.

O campo empírico desta pesquisa foi o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) da cidade de Franca-SP, instalados nas regiões leste, oeste norte, sul e centro. De acordo com as novas diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) publicadas por intermédio da Resolução n. 145, de 15 de outubro de 2004, o CRAS é uma unidade pública estatal, que atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e fortalecimento do convívio sócio-familiar, por esse motivo optamos por esse campo. Ele ainda é responsável por desempenhar a coordenação dos serviços de proteção básica.

Cabe esclarecer que a proteção social básica tem por objetivo contribuir para a prevenção de situações de risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e

aquisições e o fortalecimento de vínculos, destinando-se à população que se encontra em situação vulnerável em decorrência da pobreza, privação (ausência de renda e precário acesso aos serviços públicos) e da fragilidade dos vínculos afetivos e de pertencimento social (discriminações etárias, por deficiência, entre outras).

Ela prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos. Os benefícios, tanto de prestação continuada, como os eventuais, integram a proteção social básica e devem ser articulados aos demais programas e serviços ofertados pelas três esferas de governo dentro do Sistema Único de Assistência Social.

O CRAS é responsável pela oferta e desenvolvimento de: Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF); Programas de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza; Centros de Convivência para Idosos; Serviços para crianças de 0 a 6 anos que visem o fortalecimento do vínculo familiar, com ações que favoreçam a socialização, a valorização do brincar e a defesa dos direitos da criança; Serviços socioeducativos para crianças e adolescentes na faixa de 6 a 14 anos, visando a sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares comunitários; Programas de incentivo ao protagonismo juvenil, com fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; Centros de Informação e de Educação para o Trabalho para jovens e adultos.

Dessa maneira optamos por realizar pesquisa de natureza qualitativa considerando que:

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (MINAYO, 1995, p. 79).

No entanto, também buscamos a aproximação do tema através da pesquisa com dados quantitativos, pois “O conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia” (MINAYO, 1995, p. 22).

Trabalhamos com uma amostragem intencional simples, sabendo que: “A amostragem é um processo de determinação de um todo (população) e das unidades (elementos)

que compõem um agregado (universo) em que uma parte (população estudada) será tomada como representativa de todo o agregado.” (MINAYO, 1995, p. 45-46, destaque do autor).

Solicitamos a cada coordenador regional do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) que nos fornecessem nomes e endereços de dois usuários que estivessem dentro dos critérios estabelecidos: ser idoso (idade igual ou superior a 60 anos); residir com outros familiares, preferencialmente filho (a) por período não inferior a seis meses; 50% de famílias onde os idosos possuísem rendimentos econômicos, seja através de aposentadoria, pensão, benefício de prestação continuada, trabalho remunerado ou outra fonte de renda e 50% que dependessem atualmente de recursos dos familiares com os quais reside, para podermos realizar um estudo comparativo. Dessa maneira obtivemos um total de 10 sujeitos.

Utilizamos como instrumental entrevista semi-estruturada, com roteiro pré-elaborado, aplicando-a aos usuários e familiares que consentiram em participar, através da assinatura do termo de consentimento.

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreocupada e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos – objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Suas formas de realização podem ser de natureza individual e/ou coletiva (MINAYO, 1995, p. 57).

Em geral, as entrevistas podem ser estruturadas e não-estruturadas, correspondendo ao fato de serem mais ou menos dirigidas. Assim, torna-se possível trabalhar com a entrevista aberta ou não-estruturada, onde o informante aborda livremente o tema proposto; bem como com as estruturadas que pressupõem perguntas previamente formuladas. Há formas, no entanto, que articulam essas duas modalidades caracterizando-se como entrevistas semi-estruturadas (MINAYO, 1995, p. 58).

Elas foram gravadas em fita eletromagnética, com autorização prévia dos sujeitos e posteriormente transcritas. Além da pesquisa de campo, realizamos também pesquisa documental e bibliográfica. Contudo, não nos esquecemos que “O investigador não é um observador neutro, pois, independentemente da postura adotada, leva para a situação de entrevista determinantes de classe, formação cultural, profissional, sexo e idade” (BRIOSCHI, 1989, p. 27).

Acreditamos que a subjetividade do pesquisador está presente em cada momento do processo de investigação e é preciso estar ciente desse fato para saber conhecer e lidar com essas “interferências”. Portanto, por mais que procure captar dados “reais” e

“objetivos”, o resultado é uma interpretação, uma versão dos fatos que poderá ser confrontada com outras.

Dessa maneira os resultados de uma pesquisa em ciências sociais constituem-se sempre numa aproximação da realidade social, que não pode ser reduzida a nenhum dado de pesquisa.

Sendo assim, podemos dizer que todo trabalho científico, na medida em que contribui para o desenvolvimento do conhecimento geral, tem sempre um valor político positivo.

3.2.1 Caracterização dos Sujeitos da Pesquisa

Inicialmente, é necessário esclarecer que obtivemos um total de dez nomes e endereços de idosas usuárias dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) conforme solicitamos, entretanto, entrevistamos apenas nove, haja vista uma não ter concordado em conceder entrevista. Cabe relatar, também, que nossa intenção era realizar entrevista com todos os membros da família conjuntamente, mas não foi possível devido a não concordância de grande parte destes.

Realizaremos uma breve apresentação das idosas, sujeitos dessa pesquisa.

Nome	Idade	Cor ou raça	Estado civil	Escolaridade
Alice	68 anos	branca	divorciada	analfabeta
Anastácia	71 anos	negra	separada	analfabeta
Anália	61 anos	branca	viúva	sabe assinar o nome
Agnes	67 anos	branca	separada	sabe assinar o nome
Abadia	60 anos	negra	viúva	2ª série (ensino fundamental)
Acácia	60 anos	branca	separada	sabe assinar o nome
América	62 anos	branca	viúva	sabe assinar o nome
Albertina	64 anos	negra	viúva	analfabeta
Augusta	77 anos	branca	separada	2ª série (ensino fundamental)

Quadro 2 – Identidade das idosas entrevistadas¹

Fonte: Cristiane Barbosa Rezende, 2008.

¹ Os nomes são fictícios, visando preservar a identidade dos sujeitos da pesquisa.

Não estabelecemos como critério o sexo dos sujeitos, sendo que foi uma escolha espontânea dos técnicos dos CRAS. Dessa maneira obtivemos 100% de entrevistadas do sexo feminino, dado muito importante, pois os estudos e estatísticas dizem que a velhice é um fenômeno eminentemente feminino, haja vista o fato de que as mulheres constituem a maioria da população idosa em todas as regiões do mundo.

A idade dos sujeitos da pesquisa compreende desde 60 anos (22,22%) até 77 anos, sendo que podemos observar que cinco (55,55%) entrevistadas não chegaram ainda aos 65 anos de idade, demonstrando que legalmente adentraram a velhice há pouco tempo, entretanto não nos esquecemos dos outros fatores que compõem essa fase, sendo que falamos sobre os mesmos no Capítulo 1.

Em relação a cor ou raça das idosas tivemos seis brancas, o que representa 66,66% e três de cor negra, que significa 33,33% do universo. O fato de termos entrevistado menos sujeitos da cor negra não pode ser visto como um fator de melhores condições de vida entre essa raça, haja vista o preconceito existente em nosso país e o nível de pauperização da população.

Já no que se refere ao estado civil nos deparamos com quatro mulheres que declararam ser viúvas (44,44%) e outras quatro que são separadas (44,44%) e ainda uma que é divorciada (11,11%). Esses dados confirmam o que alguns teóricos já declararam, ou seja, que há uma grande possibilidade da mulher envelhecer sem um companheiro, considerando-se que todas as entrevistadas não tem um companheiro, atualmente.

Sobre o nível educacional das idosas constatamos que quatro, ou seja 44,44%, declararam saber apenas “assinar o nome” o que poderíamos caracterizar como analfabetismo funcional e outras três, representando 33,33%, que afirmaram ser analfabetas e apenas duas, expressando 22,22% do universo, que cursaram até a 2ª série do ensino fundamental. Esses números nos remetem há uma reflexão sobre o papel da mulher na sociedade brasileira das décadas iniciais e até a metade do século XIX, lembrando que as mesmas nasceram e viveram ‘um longo período na zona rural e eram preparadas para se tornarem esposas e donas-de-casa, não tendo segundo essa ideologia, que obter conhecimento formal.

Considerando-se os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2006 divulgada através da Síntese dos Indicadores Sociais do Ibge que constatou que para as pessoas de 15 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo, em 2006, era de 10,4%, ou seja, 0,6 ponto percentual inferior à registrada em 2005. Quanto ao número

médio de anos de estudo completos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, em 2006, este valor era de 6,8 anos, 3% superior ao de 2005.

O indicador definido para dar uma mensuração aproximada dessa característica é a taxa de analfabetismo funcional que representa a proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade com menos de 4 anos de estudo completos; sendo que em 2006, existiam no Brasil 23,6% de pessoas de 10 anos ou mais de idade 2005.

Nome	Profissão	Ocupação	Fonte de renda	Recurso financeiro	Outros recursos
Alice	Lavradora	Desempregada	Trabalhos eventuais	R\$ 94,00	Renda mínima
Anastácia	Doméstica	Beneficiária	BPC	R\$ 474,00	Renda mínima
Anália	Doméstica	Desempregada	Trabalhos eventuais	—	—
Agnes	Zeladora	Aposentada	Aposentadoria	R\$ 380,00	—
Abadia	Doméstica	Aposentada	Aposentadoria	R\$ 380,00	—
Acácia	Doméstica	Desempregada	Inexistente	—	—
América	Copeira	Pensionista	Pensão por morte	R\$ 380,00	—
Albertina	Lavradora	Desempregada	Inexistente	—	—
Augusta	Doméstica	Aposentada	Aposentadoria	R\$ 380,00 ²	—

Quadro 3 – Trabalho e renda

Fonte: Cristiane Barbosa Rezende, 2008.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2005 possibilitaram observar que a participação, na população ocupada, dos ocupados de 40 anos ou mais de idade aumentou 1,1 ponto percentual em relação a 2005, alcançando 40,1% da população ocupada total. O grupo de 50 a 59 anos de idade foi o que apresentou maior elevação de participação na população ocupada (de 12,2% para 12,7%). Ainda que esses indivíduos estejam em uma faixa etária abaixo da estipulada nesta pesquisa, não devemos desconsiderar esse dado, pois ele nos permite inferir que a velhice, nos dias atuais, pode não ser necessariamente um período de inatividade.

Sobre a questão da profissão cinco idosas (55,55%) declararam exercerem a profissão de empregada doméstica, duas (22,22%) trabalharam como lavradoras, uma (11,11%) como zeladora e uma (11,11%) era copeira, dessa maneira verificamos que sete idosas, ou seja, 77,77% exerceram atividades laborais do setor secundário, compreendidas

² Salário mínimo vigente em fevereiro/2008.

como atividades domésticas, que são culturalmente desvalorizadas e portanto mal remuneradas, assim como as atividades do meio rural.

Já no aspecto da ocupação identificamos que quatro idosas (44,44%) estão desempregadas, sendo que estas são aquelas que não possuem renda fixa, no entanto, cabe registrar que duas delas fazem trabalhos eventuais, tais como: costura manual de calçados, venda de produtos de limpeza, serviço rural, faxina, dentre outros, já as outras duas não têm essa possibilidade devido grave enfermidades.

Há três (33,33%) que são aposentadas, uma (11,11%) é pensionista e uma (11,11%) beneficiária do BPC.

Quanto à fonte de renda, intencionalmente adotamos como critérios sujeitos que detinham a mesma e outros que não, sendo assim abordamos quatro usuárias (44,44%) que não possuem renda fixa e três (33,33%) que são aposentadas e respectivamente uma (11,11%) que recebe pensão por morte e outra (11,11%) que é beneficiária de benefício de prestação continuada (BPC), que mesmo não sendo considerado renda legalmente, aqui o adotaremos como tal, por ser a fonte econômica de onde provem o sustento da idosa e também pelo fato dela mesma a considerar como “aposentadoria”.

Constatamos, também, uma outra questão, duas das idosas entrevistadas recebem benefício de transferência de renda do governo municipal denominado “Renda Mínima”. Esse benefício repassa às famílias R\$ 94,00 mensais pelo período de um ano apenas, dessa maneira é um recurso temporário, no entanto pudemos concluir que há uma família que tem como recurso financeiro fixo exclusivamente esse benefício.

Acreditamos que o fato de uma das idosas, que a princípio consideramos como um sujeito sem qualquer tipo de recurso financeiro, mas que durante a entrevista revelou receber esse benefício, não compromete o nosso estudo, até mesmo porque ela receberia esse recurso por mais um mês apenas.

Não obtivemos informações sobre a renda dos demais membros da família, o que nos permite fazer considerações parciais sobre a renda familiar e a per capita.

Dessa maneira uma idosa (11,11%) tem um rendimento de R\$ 474,00, pois houve a associação do BPC mais o benefício do Programa Renda Mínima; 4 (44,44%) recebem R\$ 380,00 mensalmente, uma (11,11%) R\$ 94,00 e três (33,33%) que não contam com uma renda fixa mensal.

Se considerarmos que a linha da indigência é estabelecida através da per capita de 1/4 do salário mínimo e a da pobreza em 1/2 salário mínimo constatamos que com exceção da Sr^a Anastácia, as demais são pessoas muito empobrecidas.

Se nos atentarmos para o fato de que ainda assim, são sete (77,77%) dessas idosas que em suas famílias são os membros que possuem rendimento fixo, percebemos o nível de vulnerabilidade econômica dessas famílias e como as idosas são importantes para a manutenção econômica das mesmas.

Nome³	Filiação	Idade	Cor ou raça	Estado civil	Escolaridade
Claudinei	Alice	30 anos	branco	solteiro	Fundamental incompleto
Elizete	América	27 anos	negra	solteira	Fundamental incompleto
Andréia	Acácia	27 anos	branca	casada	Fundamental incompleto
Rosa	Albertina	32 anos	negra	separada	Fundamental incompleto
Bernadete	Albertina	33 anos	negra	casada	Fundamental incompleto

Quadro 4 – Identidade dos filhos das idosas que participaram das entrevistas

Fonte: Cristiane Barbosa Rezende, 2008.

Nossa intenção era realizar as entrevistas entre os idosos e seus familiares conjuntamente, no entanto, apesar do convite, apenas cinco filhos de quatro das idosas entrevistadas se disponibilizaram a participar e responderam quase que exclusivamente sobre as questões relativas ao processo de envelhecimento.

Esse é um dado que pode ser alvo de reflexão, pois além dos compromissos de trabalho e a falta de tempo, alegado pela maioria, começamos a ponderar que talvez haja uma dificuldade para os indivíduos pensarem sobre o processo de envelhecimento e emitirem sua opinião, ainda mais quando se trata de um ente tão próximo que o está vivenciando, no caso, as suas mães.

É importante ressaltarmos que dos indivíduos que participaram das entrevistas, quatro (80%) são membros de famílias onde as idosas não possuem renda e apenas um (20%) convive em um lar onde há idosa auferir renda.

Em relação a idade encontramos dois sujeitos com 27 anos, representando 40% do total, e um respectivamente (20%) com 30 anos, 32 anos e 33 anos, poderíamos considerar essas pessoas como adultos “jovens”, fato este que nos faz pensar sobre os motivos para tais indivíduos encontrarem-se vivendo com suas mães, sendo que acreditamos

³ Os nomes são fictícios visando preservar a identidade dos sujeitos.

que há desde dificuldades financeiras até mesmo questões de ordem emocional, dentre outras.

No que se refere à cor ou raça há uma prevalência de negros (60%), uma vez que, três indivíduos se declararam dessa cor, contra outros dois que se disseram brancos (40%), diferentemente dos dados encontrados entre as idosas entrevistadas.

Sobre a situação civil encontramos respectivamente dois entrevistados solteiros (40%) e casados (40%) e ainda um (20%) separado, esses dados são importantes, pois nos permitem conjecturar que ao menos declaradamente três desses sujeitos, representando 60%, planejaram e/ou sonharam com a constituição de uma nova família, ou seja, a sua própria.

Por fim, constatamos que os cinco entrevistados não chegaram a concluir o ensino fundamental, estudando bem mais que suas próprias mães que se declararam analfabetas ou sabendo assinar apenas o seu nome.

Nome	Profissão	Ocupação	Fonte de renda	Recurso financeiro
Claudinei	Beneficiário	Beneficiário	Benefício de Prestação Continuada	R\$ 380,00
Elizete	Sapateira	Desempregada	_____	_____
Andréia	Dona de casa	Dona de casa	_____	_____
Rosa	Doméstica	Desempregada	_____	_____
Bernadete	Doméstica	Desempregada	_____	_____

Quadro 5 – Trabalho e renda

Fonte: Cristiane Barbosa Rezende, 2008.

Quanto à profissão dos depoentes encontramos um beneficiário, uma vez que ele possui uma deficiência mental, duas empregadas domésticas, somando (20%), uma dona de casa (20%) e, também, uma sapateira (20%), demonstrando assim que semelhante às suas mães eles também desenvolveram atividades laboral de pouco reconhecimento social, no entanto, ao questionarmos sobre as suas ocupações atuais, nos deparamos com uma triste realidade, uma vez que três entrevistados (60%) estão desempregados, uma (20%) desempenha o papel de dona de casa e apenas um tem ocupação compatível com o que declarou como profissão.

Dessa maneira, no universo de cinco indivíduos, apenas um tem remuneração atualmente, sendo que está restrita há um salário mínimo. Esse dado confirma nossa

hipótese sobre o quê entendemos ser o principal motivo para esses sujeitos estarem vivendo com suas mães, ou seja, a ausência de recursos financeiros próprios.

3.2.1.1 Composição familiar

Nome	Número membros	Parentesco							
		Filho	Filha	Neto	Neta	Bisneto	Genro	Nora	Marido da neta
Alice	7	1	-	1	2	1	-	-	1
Anastácia	2	1	-	-	-	-	-	-	-
Anália	6	-	1	2	2	-	-	-	-
Agnes	4	1	1	-	-	-	-	1	-
Abadia	4	1	-	1	1	-	-	-	-
Acácia	6	1	2	1	1	-	-	-	-
América	6	1	1	-	3	-	-	-	-
Albertina	10	-	2	4	2	-	1	-	-
Augusta	3	1	1	-	-	-	-	-	-

Quadro 6 – Configuração familiar dos sujeitos da pesquisa

Fonte: Cristiane Barbosa Rezende, 2008.

O número de membros da família inclui a idosa e seus demais familiares sendo que encontramos uma (11,11%) família com duas, três e até sete membros respectivamente, e duas (22,22%) famílias com quatro membros, três (33,33%) com seis pessoas e uma (11,11%) com dez membros, o que vai de encontro aos dados do Censo 2000 que apontou como maior crescimento relativo no tipo de famílias, aquelas constituídas por mulher sem cônjuge e com filhos, ou seja, monoparentais femininas.

Em se tratando das configurações das famílias das idosas entrevistadas, encontramos desde: mãe e filho(s) duas (22,22%); mãe, filho(s) e neto(s) totalizando quatro (44,44%); mãe, filho(s) e nora um caso (11,11%); mãe, filho(s), genro e neto(s) também uma família (11,11%) e mãe, filho, neto, bisneto e marido da neta uma (11,11%). Observamos que há uma maior incidência de organizações familiares com três gerações vivendo juntas no mesmo domicílio (55,55%), que poderíamos chamar de família monoparental feminina, combinado com o conceito de família extensa, no entanto não desconsideramos os demais arranjos, até pelo fato de haver uma família com quatro gerações vivendo juntas e outras que contam com parentes sem laço consanguíneo como nora, genro e marido da neta.

Se somarmos todos os membros das famílias das idosas, incluindo-as, chegaremos há um total de 48 pessoas; desse universo 29 são do sexo feminino, representando 60,41% e 19 são do sexo masculino, significando 39,59%. Não deixando dúvidas sobre a predominância do sexo feminino nessas famílias.

Dentre esses indivíduos há dezoito (37,5%) com idade inferior a 18 anos, ou seja, trata-se de crianças e adolescentes. Em relação à renda há trinta e uma (64,58%) pessoas que não têm renda própria, pois destes: treze (27,08%) são estudantes, catorze (29,16%) indivíduos são adultos desempregados e quatro (8,33%) são crianças em tenra idade.

Confirmando que a família é realmente o ponto de confluência das realidades da criança, do adolescente, do jovem, da mulher, do homem, do deficiente e do idoso e que é nela onde são socializados os efeitos da pobreza.

Interessante observarmos que o número de netos e netas, se somados, perfazem um total de vinte (41,66%) indivíduos, ultrapassando até mesmo o montante de filhos e filhas que são em número de quinze (31,25%). No que diz respeito ao sexo desses indivíduos há uma ligeira prevalência para o sexo feminino, haja vista serem onze (22,91%) netas e nove (18,75%) netos e oito (16,66%) filhas contra sete (14,58%) filhos.

Conforme pudemos ver na literatura especializada o grau de vulnerabilidade de uma família pode ser percebido de acordo com o ciclo de vida que ela se encontra, sendo que famílias jovens, formadas por casal e filhos até 14 anos e famílias velhas, onde os membros já são idosos seriam mais frágeis. Dessa maneira entendemos que as famílias das idosas entrevistadas são duplamente vulneráveis por combinarem os ciclos de vida mencionados.

Entretanto, há um fato que nos chamou a atenção sete idosas (77,77%) residem em casa própria e apenas duas (22,22%) pagam aluguel. Contudo, esses dados merecem atenção, uma vez que revelam as oportunidades que outrora essas idosas tiveram ao ter acesso ao direito habitacional, uma vez que no auge de sua juventude e fase adulta tiveram acesso ao trabalho e puderam adquirir suas moradias.

No entanto, não podemos deixar de dizer que estas casas não atendem às necessidades de seus familiares por serem construções extremamente simples, algumas chegando à precariedade.

Realizaremos no próximo capítulo a análise das entrevistas.

CAPÍTULO 4

A VELHICE NA FAMÍLIA: estratégias de sobrevivência



Fonte: Guia da Semana Uol

Entendemos que a fase de análise da pesquisa tem como finalidade estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder às questões formuladas, além de ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando-o ao contexto cultural da qual faz parte.

Ainda que tenhamos elaborado, inicialmente, a parte teórica para, posteriormente, desenvolvermos a pesquisa de campo, pretendemos realizar a análise dos dados coletados, de acordo com os pressupostos da proposta dialética: não há consenso nem ponto de chegada no processo de produção do conhecimento e a ciência se constrói numa relação dinâmica entre a razão daqueles que a praticam e a experiência que surge na realidade concreta.

Baseamo-nos, também, no pressuposto da abordagem qualitativa, que reconhece todas as pessoas que participam da pesquisa como sujeitos históricos que elaboram conhecimentos e têm capacidade de intervir nos problemas que identificam em seu cotidiano.

Adotamos como categoria de análise: família, velhice e estratégia de sobrevivência, sendo que discutimos sobre a primeira no Capítulo 3.

Iniciaremos a análise através da categoria velhice, pois acreditamos que a concepção sobre essa questão por parte das entrevistadas influencia sobremaneira o seu modo de viver, e, posteriormente, discutiremos sobre a categoria estratégias de sobrevivência.

4.1 Velhice

4.1.1 Velhice: a visão do idoso

Eu se sinto idosa [...] (Alice).

Nossa intenção era compreender qual a concepção que os idosos e seus familiares tinham a respeito do processo de envelhecimento e da velhice. Dessa maneira indagamos:

O que vocês pensam sobre a velhice?

Como estão vivenciando o processo de envelhecimento?

Apesar de encontrarmos nos depoimentos das idosas entrevistadas que não possuem renda elementos comuns, como: doença, desemprego e sofrimento, não podemos inferir que todas estão vivenciando esse processo da mesma maneira, uma vez que a velhice tem dados de caráter cultural e social e considerando ainda que o homem é um sujeito com história de vida singular.

Eu não me sinto nova mais [...] dói a perna demais dói a bacia demais, eu me sinto velha memo, eu tô sintino por causa dos pobrema ... se eu não tivesse esses pobrema vixi, nada era difícil pra mim, porque eu tinha saúde né, [...] num tá teno jeito deu trabaia não ... (Anália).

Eu só to sentino porque eu não posso trabaia, porque eu queria ta trabaiano né, te minha saúde pra trabaia e como eu não posso [...] (Acácia).

Eu me sinto (velha), me sinto e sinto revortada porque eu tenho vontade de trabaia e não posso (choro). É duro vive assim desse jeito né (Albertina).

Esses relatos nos fazem refletir sobre o quão importante são as relações de trabalho na vida dos indivíduos, que além de propiciar a sobrevivência material contribui, também, para o desenvolvimento de identidades.

Por apreendermos que a aposentadoria é uma extensão do direito ao trabalho entendemos a Senhora Alice, também faz parte do coro das três outras idosas entrevistadas que não têm renda própria, pois demonstrou através de seu depoimento estar duplamente excluída, do mundo do trabalho e, conseqüentemente, do acesso ao direito previdenciário que tem uma característica de contributividade e está atrelado ao primeiro

Ah tá meio difi ... complicado, difícil né [...].Eu já tentei i nos luga vê se eu consigo aposenta mas... sempre eles fala que eu tenho que contribui né ... (Alice).

Já as idosas entrevistadas que possuem renda ao serem indagadas sobre a sua concepção sobre a velhice e como estariam vivenciando o processo de envelhecimento declararam:

Envelhecê assim a cabeça não dá de preocupa muito com essas coisa não (Anastácia).

Nada, penso nada, num penso assim deu fica véia, num penso nada, nada [...] (Agnes).

A princípio poderíamos pensar que essas senhoras estão vivenciando o processo de envelhecimento tranquilamente. Mas, com o decorrer das entrevistas percebemos que essa pode ser uma estratégia para não entrar em contato com a realidade que estão vivendo e com seus medos em relação ao futuro, pois também afirmaram de forma até ambígua

Eu penso assim, já tô ficano velha assim tudo [...] (Anastácia).

Eu não quero ficá uma veinha assim duente numa cadera de roda, num quero dá trabaio pros meus fio [...] (Agnes).

Segundo os depoimentos dessas idosas, pudemos inferir que diferentemente das outras idosas entrevistadas que não possuem renda e que onde três das quatro idosas estão com sérios problemas de saúde, estas entrevistadas estão vivenciando o envelhecimento de uma maneira diferente. Não só por possuírem renda, fato que provavelmente lhes permite ter uma garantia econômica, mas também por gozarem de melhores condições de saúde.

Não, eu não se sente [idosa], eu so uma pessoa muito jovem de espírito, nem com toda a minha doença eu não se entrego [...] (Abadia).

De acordo com essa fala percebemos que houve por um lado a apresentação do envelhecimento através de uma perspectiva psicológica, pois foi explicitado o senso subjetivo da idade, mesmo que associado às mudanças biológicas e que essa postura permite um estabelecimento de uma relação diferente com a questão da doença, mas por outro refletimos se não poderia haver implicitamente, nessa fala uma negação da velhice.

O relato dessa entrevistada aborda a questão da degenerescência física, ou seja, o envelhecimento propriamente em seu aspecto biológico e suas conseqüências, que entendemos ser um processo natural, entretanto vislumbramos que a idosa talvez tenha tocado em questões de foro emocional também, ao dizer que “vai ficano com nervo abalado”

Ah eu sinto a gente não é aquela pessoa que é nova mais né a gente quando tava novo era de um jeito né a gente ficano veio vai ficano com nervo abalado, assim com a perna doeno [...] (Augusta).

Contudo, foi possível perceber que a saúde é um dos fatores para as idosas entrevistadas que em suas concepções condicionam uma pessoa se sentir idosa ou não.

Ah se eu não sentisse nada de saúde eu não tava importano com idade não [...] eu não me sinto assim velha, [...] eu sinto bem com a minha idade [...] (América).

Dessa maneira acreditamos que as entrevistadas apesar de verbalizarem sobre a velhice a partir do processo de envelhecimento biológico, o que em nossa sociedade é culturalmente disseminado; possivelmente não desconsideram os demais processos (emocional e social) que também compõem essa fase, uma vez que esse relato aborda a questão do envelhecimento associado à exclusão do mundo do trabalho, que entendemos como social, por demarcar as idades ou épocas certas para o desempenho de determinadas atividades.

Eles não dá serviço mais pra gente nessa idade né [...] (América).

Nos depoimentos das entrevistadas, também, foi abordada a questão da forma de tratamento dispensado aos idosos pelos seus familiares e em outras instâncias sociais. Duas das idosas que não possuem renda fizeram as seguintes declarações sobre a maneira como vêm sendo tratadas

Jogada, jogada que nem um lixo assim, que nem um sapato veio que cê não ta ocupano ele mais, eu tô assim [...] pros meus neto, pros meu fio, pra todo mundo [...] ninguém liga pra mim, ta nem aí comigo, se eu tô comeno, se eu tenho remédio pra bebe porque eles nem pergunta [...] (Anália).

É eu sempre falo assim, que a gente quando a gente é idoso, pessoa de idade né, cê vai num lugar pedi ajuda, mas ninguém te ajuda né, acho que é devido a idade né (Alice).

Essas falas nos fazem refletir sobre o modo como o cidadão idoso ainda é visto pela sociedade, começando por seus familiares que, muitas vezes, não os valorizam, abandonando-os, tanto material como afetivamente, o que nos permite inferir que eles introjetaram a ideologia da velhice, que difunde mitos, preconceitos e estigmas sobre a representação do envelhecimento.

Ainda que tacitamente percebemos que em um relato, foi citado o assunto da desvalorização do idoso em um aspecto mais amplo, fazendo-nos recordar que há várias instâncias da sociedade onde, muitas vezes, não existe o reconhecimento do idoso como sujeito de direitos, porém, um cidadão de segunda categoria, ou com necessidades menos importantes.

Também não podemos nos esquecer que todos os sujeitos de nossa pesquisa são do sexo feminino e que as mulheres apesar de todos os avanços, ainda são discriminadas

e desvalorizadas em nossa cultura. Somando-se a isso há ainda o fato do envelhecimento, o que faz, de acordo com nosso entendimento, com que nossas entrevistadas sejam duplamente desvalorizadas.

Todavia, nos depoimentos das idosas entrevistadas que têm renda, houve a afirmação de forma unânime de que estão recebendo afeto, carinho, respeito e apoio por parte dos seus familiares durante o processo de envelhecimento.

Eles (familiares) me trata bem [...] (Anastácia).

Então ele que cuida de mim [risos]. Ele quem é responsável por mim, né que ele paga não come nada sem eu, nem ele nem minha nora e se eu tive doente ele me leva no médico, ele ou ela [...] na hora de dormi, eles dormi lá no fundo, mas quando não é ele é ela, vem aqui dentro vai lá no meu quarto, ele manda eu dormi com Deus [...] (Agnes).

Continua a mesma coisa me respeitano [...] (Abadia).

A Cidinha também abraça e quando chega ela fala: “Oi mãe” e quando vô na casa da Ana Paula, que é a mãe dos menino, quando eu vô pra casa da Raquel ou da minha irmã, quando eu chego eles [filhos] beja e me abraça (Augusta).

Já em relação à forma de tratamento dos idosos por outros cidadãos, houve posicionamentos diferentes, pois uma entrevistada apesar de declarar ser bem tratada, demonstrou ter uma visão crítica e realista quanto à situação dos idosos em nosso país, contudo sem incorrer em generalizações; já na fala de outra entrevistada pudemos vislumbrar uma certa ingenuidade já que ela se baseou em suas experiências pessoais apenas para emitir sua opinião, o que é até esperado, mas não reflete a realidade, haja vista nem todos idosos serem respeitados e receberem tratamento digno em nossa sociedade.

Ai tem uns que respeita, mas nem todos, nem todos que a gente sempre vê agressão sobre os mais velho, nem todos respeitam não (Abadia).

Não eu acho que é [...] valorizada sim, eu acho que sim ah ninguém desfaz né ninguém ... (América).

4.1.2 Velhice: a visão dos familiares

Ficô velho acabô [...] (Rosa filha de Albertina).

Em relação à concepção que os filhos das idosas entrevistadas, que aceitaram participar da pesquisa, têm sobre a velhice e o envelhecimento obtivemos resposta onde o entrevistado afirmou não ter opinião sobre esse tema.

Não sei ... (Claudinei filho de Alice).

No entanto, precisamos esclarecer que ele tem uma deficiência mental, e que por esse motivo talvez possa ter tido dificuldade em responder à pergunta, talvez até por não ter compreendido-na, ou ainda por não querer pensar realmente sobre a questão.

Já os depoimentos de outras entrevistadas abordaram o tema da velhice associado a questão da exclusão do mundo do trabalho, acreditando que esse acontecimento seria consequência do envelhecimento de suas mães, o que não deixa de ser correto. Contudo, não realizaram uma reflexão crítica a respeito do sistema capitalista e da conjuntura sócio-econômica do país, que, assim como outros, vivencia uma fase de disseminação do desemprego estrutural.

Chega uma certa idade não dá mais serviço [...] (Elizete filha de América).

Bom, que eu vejo memo pela minha mãe, pelas pessoa idosa que dificilmente consegue emprego precisa de uma pessoa mais jovem né pá pega o lugar, igual ela fica sempre pelos canto[...] (Andréia filha de Acácia).

De acordo com o relato dessa entrevistada pudemos perceber uma vinculação direta entre envelhecimento e necessidade de segurança e proteção social, que segundo sua concepção, se dá através do acesso ao direito previdenciário. Essa afirmação nos faz refletir que, em nossa sociedade, a valorização do ser humano tem se pautado nos aspectos econômicos, já que hoje o mercado considera cidadão o indivíduo que tem capacidade de consumir.

Mais preocupa hoje a velhice, é o seu INPS se não tive o seu INPS se vai ficá inválida, jogada porque o dinheiro tá alto né ... (Rosa filha de Albertina).

Houve entrevistadas que, através de suas falas, demonstraram conceber a velhice como uma fase onde as doenças vigoram e em que o adoecimento são características intrínsecas à mesma. Não podemos desconsiderar que os relatos dessas duas entrevistadas devem estar baseados no momento em que estão vivenciando, ou seja, o envelhecimento de sua mãe associado a uma grave enfermidade e das vicissitudes que elas estão enfrentando.

Acreditamos que as entrevistadas possam ter introjetado o preconceito, a discriminação e os mitos que são disseminados na sociedade a respeito da velhice. Todavia nos questionamos se a perpetuação dessas questões não se dariam através de cada indivíduo

e família e que a convivência com um familiar idoso poderia despertar um novo olhar sobre esse assunto.

Eu penso que vô fica velha, vô fica doente [...] Vô dá trabalho e tenho medo de envelhecê logo [...] (Bernadete filha de Albertina).

Já sei que a doença da velhice vai vim né [...] (Rosa filha de Albertina).

Os dos depoimentos dessas entrevistadas nos fizeram lembrar que a velhice desde as civilizações antigas era tratada em muitas sociedades, como uma questão que despertava medo e repulsa nas pessoas. Verificamos que esses sentimentos ainda permanecem, até os dias atuais, e que eles revelam a visão do envelhecimento baseada nas alterações físicas da mesma.

Eu tenho medo de perder meus dente, cair meu cabelo, fica com a cabeça branca [...] Eu tenho medo de ficá abandonada de não ter ninguém pra pode na hora que cê precisá [...] (Rosa filha de Albertina).

Percebemos de acordo com esse relato, a manifestação do envelhecimento como um processo inerente ao ser humano, embora sua fala traga a idéia de fatalismo através de uma mensagem implícita onde é perceptível que esse processo não é desejado ou bem-vindo.

Mas como é a natureza né então fazer o que temos que aguardar ela. (Rosa filha de Albertina).

No que concerne à questão da valorização do idoso pela sociedade, constatamos na fala dessa entrevistada uma visão realista sobre esse assunto, contudo, não podemos generalizar, haja vista ter indivíduos que são reconhecidos, valorizados e estimados tanto por seus familiares quanto pela sociedade pela sua experiência, sabedoria e feitos, mas ainda são uma pequena parcela da população.

Acho que [as pessoas idosas] não são valorizadas não [...] (Andréia filha de Acácia).

Constatamos que em nenhum momento as entrevistadas abordaram a questão da velhice e do envelhecimento através de uma perspectiva positiva, mas apenas em seus aspectos negativos, como: pauperização, adoecimento, exclusão do mundo do trabalho e

perda da capacidade produtiva, abandono, degenerescência e desvalorização, o que nos faz pensar a respeito da vinculação dessa questão à teoria onde o idoso seria visto como um indivíduo que necessita ser tutelado e dependente do Estado para sobreviver.

Dessa maneira, pressupomos que os filhos das entrevistadas não consigam reconhecer, valorizar ou entender que muitas das ações ou comportamentos adotados por suas mães são estratégias de sobrevivência, cuja importância é fundamental para a perpetuação da família.

4.2 Estratégias de Sobrevivência

A categoria estratégia de sobrevivência está dividida em três subcategorias, a saber:

- a) Dinâmica familiar – que compreende: chefia familiar e provisão econômica, convivência familiar e relação intergeracional: avós cuidadoras.
- b) Rede de apoio – privações, apoio intrafamiliar, apoio público: o auxílio estatal em questão, apoio comunitário e o idoso como prestador de auxílio
- c) E, direitos sociais - trabalho, aposentadoria, saúde e lazer.

4.2.1 Dinâmica Familiar

4.2.1.1 Chefia familiar e Provisão econômica

Partimos do pressuposto de que poderíamos entender de forma mais consistente o significado e a representação da velhice no âmbito das famílias das idosas entrevistadas se descobríssemos quais os papéis desenvolvidos por elas nesse contexto, dessa maneira questionamos:

Quem é responsável pela execução das tarefas domésticas, provisão econômica do lar e outras responsabilidades referentes à manutenção da família?

De acordo com os depoimentos das entrevistadas que têm renda própria pudemos perceber que elas são, se não as únicas, mas, provavelmente, as principais provedoras econômicas dos seus lares, além de, também, se responsabilizarem e se preocuparem com outras questões relativas à dinâmica da família. Apesar de uma idosa ter afirmado ser chefe da sua família, não podemos deixar de refletir que a mera manutenção

econômica da residência, não pode ser considerado sinônimo de liderança familiar, haja vista esta necessitar de aprovação moral e reconhecimento por parte dos outros membros da família.

Soi ieu bem, eu que so esteio, esteio da casa é essa aqui (Agnes).

So eu mesma, sempre responsável por tudo que precisa em casa, eu tô continuano se a chefona da casa, so eu mesma que resolvo tudo que tá fartano [...] (Abadia).

Cuido da casa, neto, roupa, fio tudo eu que cuido. Tudo é eu (América).

Já as declarações das idosas que estão sem renda nos fizeram entender que em suas famílias a condução das mesmas tem se dado através da chefia por parte de seus filhos. Um dos depoimentos deixa clara a insatisfação em relação a essa questão, tocando no assunto da dependência econômica. Ponderamos sobre como o processo de envelhecimento proporcionou a inversão de papéis nessa família, uma vez que essa idosa criou os seus filhos sozinha e sempre foi a responsável pela manutenção de seu lar e hoje ela se encontra em uma situação de submissão econômica, que pressupõe provavelmente perda de autonomia e da tomada de decisões.

Ah quem é responsável [...]. Sempre um poco aqui é ela [filha] ...(Albertina).

Ah ficô difícil né, em casa tá difícil [...] porque eu nunca dependi assim dos filho pra fazer as coisas em casa e agora eu tenho que dependê deles né ... (Acácia).

Dessa maneira refletimos sobre o fato de que, em muitos casos, pode haver uma distinção de papéis no interior da família entre aqueles que são provedores e os que são consumidores, contudo, percebemos que há uma complementação e alternância na relação provisão X consumo, haja vista o fato de conceber as relações em uma perspectiva dialética.

Através da fala dessa entrevistada pudemos saber que mesmo ela não tendo renda própria, atualmente é ela quem administra o recurso financeiro do seu familiar, demonstrando que ela apesar de não ter se declarado chefe de família, exerce esse papel.

É eu já pego o dinheiro lá [...] aí a metade é dele, a metade é minha né, aí nós pagá o aluguel, ele paga as prestação, porque ele tem, faz prestação, umas coisinha dele pra pagá né [...] e o que sobrá, o que sobra não dá pra fazê nada [...] é compra uns treim pra casa cabô o dinheiro né [...] (Alice).

Ainda em relação à provisão econômica do lar foi possível conhecer a dinâmica de cada família, sendo que há aquelas em que a idosa se responsabiliza pela

manutenção da família, pois têm condições econômicas para tanto. Lembramos que, atualmente, há um grande número de mulheres que estão nessa posição em nosso país e considerando o exemplo da Sr^a Anastácia que se tornou chefe de família ainda em sua juventude, nos arriscamos a dizer que em sua velhice muitas delas continuarão exercendo essa função:

[A casa] é alugada, eu pago aluguéis, água e luz [...] tudo com dinheiro meu e compro o que comê pra nós (Anastácia).

Em relação à administração das finanças domésticas observamos que há famílias onde não há uma divisão formal das despesas, mas sim conforme as possibilidades econômicas de cada membro da mesma e que há circunstâncias onde aquele membro da família que consegue remuneração supre as necessidades imediatas do grupo familiar.

Ah cada um pega uma pra pagá, quando recebe, porque um tava parado começô trabaia agora né, a otra também tava com pobrema também, mas quando eles tão [trabalhando] cada um pega uma e paga (Acácia).

É assim, por exemplo, se eles tive bem trabaiano, eles me ajuda, agora se ele ta precisano, a gente o que a gente tem a gente reparte com eles [...]Aí ele [filho] recebeu o dinheiro ele pego fez uma compra, uma comprinha porque não é uma compra assim que nós faz né [...] (Agnes).

No entanto, houve uma entrevistada que se queixou, pois de acordo com sua fala pudemos entender que nem todos os componentes de sua família assumem responsabilidades referentes à provisão econômica do lar, sendo assim pensamos que se fosse conferido a ela o desempenho da chefia do seu grupo familiar, ressalvada todas as dificuldades de obtenção de renda nos dias atuais, talvez ela conseguisse administrar e organizar a forma de colaboração entre os seus familiares, mas sabemos que essa é uma questão que tem desde implicações culturais até às da ordem dos valores, dentre outras.

Ah quando um trabalha né que dá, um compra uma coisa, outro compra outra, mas é bem complicado, outro já não compra né ... (Acácia).

Segundo o relato da entrevistada que afirmou ser chefe de sua família, as despesas de sua residência são divididas igualmente entre ela e seus familiares, contudo nos questionamos se em momentos de dificuldades econômica ela não se tornaria responsável

por todas as expensas da sua família, haja vista ela ser aposentada e portanto ter um rendimento fixo.

Divide, nós divide individual, eu dô um poco do meu ele dá um poco do dele, o neto tamém um poquim, pa paga conta de água e luz nós tamém faz tudo assim, cada um divide um poquim (Abadia).

Os depoimentos das idosas nos possibilitaram apreender que a convivência entre diferentes núcleos de uma mesma família é realmente uma grande estratégia de sobrevivência, já que essa idosa que não possui renda tem sua alimentação provida pela filha que se mudou recentemente para sua casa e a outra que é aposentada divide as despesas do lar com a sua filha, mostrando assim que há um auxílio mútuo na questão da sobrevivência.

Agora como essa menina [filha] tá aí ela compra o marido dela trabaia [...] (Albertina).

Minha fia trabaia e compra as comprinha ... água e luz eu que pago e nós tá pagano
o asfalto tamém, tinha seis carnê eu paguei dois já e assim eu vô vivo (Augusta).

4.2.1.2 Relação intergeracional: avós cuidadoras

Eu trabalho em casa cuidano dos neto [...] (Abadia).

Durante as entrevistas houve uma questão que nos chamou a atenção, pelo fato da sua amplitude e complexidade, ou seja, o evento onde as avós se tornam responsáveis pelos seus netos.

Pudemos perceber, através dos depoimentos das entrevistadas, que nos dias atuais cuidar e até mesmo criar os netos é uma experiência muito comum na vida das idosas das famílias empobrecidas.

A Débora e a Isabel bem dize, foro criada comigo desde novinha né. Aí quando a mãe delas era viva ia pra lá, mas não parava lá né, vinha mais pra cá (Alice).

Que eu criei memo a Cíntia, o Caic, a Josiani, a Jordânia [...] a Josiane e a Jordana ta casada e a Cíntia já casô [...] já são adultas [...] e o Yuri né, o Yuri tá aí comigo (Anália).

Sempre desde novim, porque a mãe não dava bola [...] chorava de noite eu oiava, eu trocava ele, levava ele aqui pro fundo dava de mama pra ele, vô dexe ele aí e

ela disse pode levá ele pra trás porque ele chora e eu trazia desde novim [...] o menino tá com quinze ano (Albertina).

No que se refere especificamente à criação dos netos nos questionamos quais teriam sido os motivos que levaram essas avós a se tornarem responsáveis pelos seus netos. Pudemos deduzir, de acordo com as falas das entrevistadas, que as principais causas foram: gravidez na adolescência, alcoolismo e drogadição, morte precoce dos pais, separação do casal e abandono.

Dessa maneira essas avós foram eleitas para desempenharem o papel que caberia aos seus filhos,

A senhora tava contando que criou os netos [...] É, os fio do Donizete ... É quatro [netos], que tava no Aconchego [...] aí depois o Juiz mando chama nós lá pros avô pegá as quatro criança, nós pegô (Augusta).

Desde que nasceu, ela [neta] saiu da Santa Casa pra minha mão e o Tiago peguei com três anos [...] é meus neto, neto-filho ... Tirando os outros neto que fica direto comigo [...] Eu cuidei memo é desses dois, tenho guarda (Abadia).

Ela [filha] troxe um menino mais novo aqui e me entrego ele, falo assim: “Mãe fica com esse menino aí pra senhora, a senhora põe ele na escola pra mim”[...] rumei escola pus ele, fico comigo [...] acho que uns 4 ou 5 mês que ele fico aqui [...] (Agnes).

Vimos que essas experiências tanto de criar como cuidar dos netos não se resumem às idosas que não possuem renda, mas acreditamos que tanto o fato das entrevistadas dependerem economicamente de um outro familiar por um lado, como o fato de outras terem independência financeira, seja através de aposentadoria, pensão por morte ou benefício de prestação continuada lhes dá possibilidade de desempenhar o papel de cuidadora dos netos, ainda que por motivos muitas vezes diferentes.

Aquelas que dependem de um outro familiar, no caso das idosas sem renda, podem ser levadas a exercer essa tarefa por não ter opção ou até mesmo pelo dever moral, já às que têm independência financeira podem ser consideradas potenciais cuidadoras devido o fato de supostamente terem tempo disponível, haja vista não trabalharem mais formalmente, essa questão também, se aplica às primeiras.

Os depoimentos das idosas, tanto de uma com renda própria como de outras duas sem rendimentos, evidenciam que o ato de cuidar dos netos dá condições aos outros familiares, especialmente as outras mulheres de desenvolverem atividades laborais remuneradas. Essa questão nos traz duas reflexões: a primeira diz respeito a ausência de uma efetiva política educacional, uma vez que há uma grande demanda por vagas em

creches na cidade de Franca-SP e a segunda está vinculada ao fato da atribuição do desempenho da tarefa de educar e criar as crianças às mulheres em nossa sociedade. Dessa maneira essas avós poderiam estar realizando novamente aquilo que aprenderam em suas vidas e readquirindo um papel social importante.

Se ela [filha] fo trabaia eu tenho que toma conta delas [netas], agora se eu fo trabaia ela tem que ficá porque têm as criança pra dexe sozinha né vixi. Ah as duas não tem como trabaia [...] então não tem jeito é eu o ela (América).

Ela pediu eu preciso trabalhar, a senhora cuida dos menino pra mim? Eu sempre ajudo cuida dos neto. Esse daqui [neto] é o da Rose, ela trabaia vem trabaia e ela dexe comigo [...] só quando ela trabalha que ela né traz pra mim (Acácia).

As veis a mãe sai pra trabaia e aí ele (bisneto) tem que ficá comigo. (Alice)

Entendemos que tal questão é intrincada, principalmente para o idoso, pois, percebemos que cuidar dos netos pode se dar de forma voluntária, como uma prestação de serviço, executando essa atividade quando solicitado ou obrigado ou quando dependem economicamente dos seus filhos.

Acreditamos que em muitos casos possa haver uma imposição, ainda que velada, por parte dos filhos que não se preocupam em saber o limite e as condições dos pais, referentes aos cuidados com os netos.

Dessa maneira, entendemos através dos depoimentos, ainda que implicitamente, que os avós assumem parte das responsabilidades atribuídas às figuras parentais ao cuidarem dos netos, mas por outro lado podem aumentar as chances de receber ajuda filial e consolidar o seu direito de receber apoio da rede extensa de parentesco.

4.2.2 Rede de apoio

4.2.2.1 Privações cotidianas e convivência familiar

A priori acreditávamos que as famílias das entrevistadas que não possuem renda seriam aquelas que estariam passando por maiores privações, entretanto, nos deparamos com situações de dificuldades financeiras também por parte das idosas que têm rendimento.

Segundo as falas das entrevistadas pudemos constatar que suas carências iniciam-se com a ausência de direitos elementares como: alimentação e acesso ao

abastecimento de água e fornecimento de energia elétrica, dessa maneira percebemos que as expressões da questão social se manifestam no cotidiano das idosas e seus familiares.

A minha força ta cortada [...] (Alice).

Já faz bastante tempo [que está sem água] [...] E a luz tá um negócio difícil também, porque eles vêm pra corta, mas não tem jeito de corta por causa da força pro balão de oxigênio [...] (Albertina).

É eu to sem água, já faz duas semana [...]foi cumulano a água porque eu comprava uma cesta básica e eu pagava a cesta e não tinha dinheiro pra pagá a água, onde eles cortaro (América).

Já corto a nossa água, já corto nossa luz por causa de não te serviço pa trabaia [...] (Agnes).

A gente ta faltano, passano por difculdade né, ajuda as coisa um pô as coisa em casa, tem dia que a gente não tem um nada pa fazê né, é difícil. E agora a gente pagano aluguel, aquele dinherim do aluguel faz farta pa gente. (Alice).

De acordo com o relato dessas entrevistadas, percebemos que as famílias estão condicionadas pelas necessidades e pelas urgências que a sobrevivência cotidiana impõe e que estas se encontram em um alto grau de vulnerabilidade e pobreza.

Há autores que realizaram pesquisas e afirmaram que os idosos são menos pobres do que o restante da população, no entanto, nos questionamos se essa não seria uma declaração com ênfase apenas no aspecto econômico, uma vez que há idosos que auferem renda, como o caso de cinco de nossas entrevistas, mas que esta não é suficiente para o seu sustento de forma digna e que dessa maneira eles não gozam de qualidade de vida.

Segunda- feira eu tenho uma perícia pra fazê, só que eu não tenho um relatório pra levá, porque eu não tive o dinheiro pra i atrás de marcá consurta e eu não tinha dinheiro pra pagá o ônibus pra i [...] (Anália).

O dinheiro que a gente recebe serve, mas é muito poco né pela famia que a gente tem, a despesa que a gente tem [...] (América).

Aqui pá mante a casa vo te fala é meio difici [...] porque a gente conveve só com o benefício dele né e a gente ainda paga aluguel [...] (Alice).

O pobrema foi assim oh [...] eu fiz imprésti eu recebo R\$ 180,00 só de pagamento da posentadoria [...] (Agnes).

Segundo o relato de uma entrevistada, pudemos inferir que as dificuldades financeiras são fatores que têm muito peso nas suas tomadas de decisões e que elas possibilitam ao impedem o auxílio dos seus familiares.

Eu não posso fica com ela aqui, a minha situação [...] não posso porque água e luz vem muito caro e ela não ta trabaiano, ninguém trabaiano e não tem como [...] porque a outra filha minha que paga água e luz e eu não posso fica com ninguém aqui, fica muito pesado pra ela (Anália).

Apesar das falas das entrevistadas referirem-se, principalmente, às suas necessidades materiais, acreditamos que as estratégias de sobrevivência são criadas e recriadas com base em se cotidianos, não se reduzindo às diversas formas ou alternativas materiais para o enfrentamento da diminuição de sua renda, mas também se apoderando de suas potencialidades.

Falei Jesus tenha dó, não dexa corta nossa luz, nem farta o pão de cada dia porque o que nós vamo fazê [...] (Agnes).

O relato dessa entrevistada faz-nos pensar que seu filho permaneceu vivendo com ela por sentir-se no dever moral de cuidar da mesma, dessa maneira houve a escolha por continuar vivendo com a sua genitora, no entanto, refletimos se ele também não foi beneficiado por ter optado continuar vivendo em sua família de origem.

Ele sempre morou com a sra. ou não? Sempre, sempre, é sempre [...] Ele já não quis casá, porque falô assim, oh eu deixei as menina casá primero do que eu agora, larga a mãe assim não posso, ele fala isso. (Anastácia).

No entanto, encontramos outras situações que foram relatadas através dos depoimentos de outras idosas. Deparamo-nos com um caso onde o filho da entrevistada mesmo casando-se e uma outra filha que mesmo tendo seus próprios filhos, não constituíram um núcleo familiar independente.

Elizete você e as crianças sempre moraram com a sua mãe, ou não? Morei, sempre morei aqui (Elizete filha de América).

Sempre moraram vocês 4, ou não? Morava desde pequeno meus fio... (Agnes).

Entretanto, quando se trata de netos nos deparamos com uma dinâmica diferente, onde em um dos casos os netos passaram a viver com a avó, recentemente, e em

outro viveram por um período e, atualmente, retornaram para a casa de sua mãe, mas também podemos entender esses fatos como estratégias de sobrevivência que atinge diretamente tanto os netos das idosas entrevistadas como indiretamente os seus pais e demais familiares.

Vocês seis sempre moraram juntos, ou não? Não, faz pouco tempo, depois que a mãe dela faleceu né. Aí que ela fica mais aqui comigo, a outra de 18 ano (Alice).

Eles ficaro aqui comigo quais nove ano [e foram pra casa da mãe] antes do carnaval, foi agora (Augusta).

Demonstrando mais uma vez que o modo de organização familiar configura-se como uma estratégia de sobrevivência, conforme a literatura especializada diz que a convivência familiar entre os pobres é garantida a duras penas como estratégia indispensável à sobrevivência material e afetiva, entretanto constatamos que ela nem sempre se efetiva por um longo período, já que depende de outros fatores que podem ser desfavoráveis, como a ausência de recursos financeiros

Não, ta parada [...] só que ela vai pra casa num terreno do meu fio lá, um cômodo que ele fez pra guarda ferramenta [...] não tem onde ela fica, porque eu não tenho como mantê ela aqui. E ele não ta dando a pensão, o marido dela (Anália).

4.2.2.2 Apoio intrafamiliar

A minha irmã me deu óleo, me deu um feijão [...] me dá outra coisa, uma carne, é assim que eu vo levano [...] (Anália).

Ao nos depararmos com a questão da sobrevivência das idosas através do auxílio de seus familiares e da sua família extensa, surgiu a pergunta:

Quem ajuda quem?

Há apenas aqueles que auxiliam e outros que são passíveis de receber auxílio?

Ou seria uma questão dialética, onde em alguns momentos recebe-se ajuda, mas em outros se presta apoio?

De acordo com os depoimentos das idosas pudemos compreender que a garantia da sua sobrevivência imediata e do seu grupo familiar, está associada a ajuda recebida dos seus filhos e outros familiares. Entendemos que o viver de “ajuda” quer dizer

que não há certeza quanto ao futuro, que há uma espera, uma expectativa de que alguém lhe socorra, mas que não existem garantias, já que o ato de ajudar vem da vontade e possibilidade do outro.

Eu vivo de ajuda [...] um dá um pacote de arroz, o outro dá um óleo [...] (Anália)

Às veiz falta uma coisa aí eles me ajuda com alimento né [...] (Acácia).

Bom, quando eles pode eles me ajuda assim com um mantimento né, ou ás veis to sem gás [...] compra gás pra mim [...] (Alice).

Verificamos que das quatro entrevistadas que não têm renda, três recebem ajuda de seus familiares para poderem satisfazer suas necessidades básicas, principalmente no que se refere à alimentação, o que nos faz entender o quão importante tem sido a família extensa para a sobrevivência das idosas e de seus familiares.

Às veis quando eu to meio apertada, esse menino meu que mora do lado de cima me ajuda [...] mas agora tamém ele tá numa situação difícil, mas pra você vê a vida ta difícil pra todo mundo agora. Esse mês de janeiro e fevereiro é bravo ... (Alice).

A minha filha que tá pagano pra mim, ela é aposentada e ela tá pagano a água e a luz, mas ta muito apertado pra eles porque fica em mais de R\$ 100, 00 né e ela fez um empréstimo, ela recebe só R\$ 260,00 da aposentadoria dela e inda me ajuda (Anália).

Constatamos que a situação socioeconômica vivenciada pelos familiares das idosas, não é muito diferente das suas, haja vista eles também estarem assolados por dificuldades econômicas, no entanto, a fala dessa entrevistada nos permite ratificar a tese de Sarti (1996) que declarou que a família pobre se constitui como uma rede de obrigações que enreda seus membros.

Entretanto, a teoria de que as possibilidades que a família tem de efetivamente ser suporte emocional, afetivo e material para seus membros, são limitadas pela realidade social, que é estrutural, se aplica aos relatos das entrevistadas.

De vez em quando o mio fio né, o casado tamém que ajuda nós aqui tamém [...] (Acácia).

Ah não ajuda nada fia, porque tá tudo com a situação difícil né, ninguém ajuda não (América).

A Jaqueline não me ajuda não, é a caçula [...] o Moisés tava me ajudano, até me outubro ele me ajudou, depois ele não ajudô mais, ele ma dava R\$ 10, 15 [...]

porque eu andava de ônibus [...] o Alexandre me ajudava, não me ajuda mais, é o do meio e é desse jeito [...] não é fácil pra mim não (Anália).

Todavia o fato dos indivíduos a quem, possivelmente, recorreram nos momentos de dificuldades outrora, mas que, atualmente, também passam por situações semelhantes às suas, diminui a sua rede de apoio e reduz suas possibilidades objetivas de conseguir auxílio.

De ninguém não, de parente nenhum chegá e fala cê tá passano farta eu vô te dá um pacotim de sal, um pacotim de arroz, te dá uma cabecinha de alho, não (Agnes).

Não podemos nos esquecer que os sentimentos que permeiam as relações entre as idosas e seus familiares também podem ser facilitadores ou dificultadores desse processo de ajuda, sendo que onde foi estabelecida uma relação de respeito e solidariedade, pode haver maior receptividade há um pedido de auxílio.

É muito difícil, porque sem aposentadoria eu não tô conseguino, eu não consigo fica pedino esmola pra meus fio, chega neles e fala pra eles assim: oh eu to precisano disso, eu to precisano daquilo, porque eles sabe que eu to precisano [...] (Anália).

Nas entrevistas encontramos diferentes tipos de situações que têm conotação de auxílio, ajuda ou apoio, percebemos que algumas têm caráter emergencial, mas em outras, devemos dizer que em menor número, ela ultrapassa a questão material especificamente, como no caso da entrevistada que relatou receber auxílio para realizar o pagamento da contribuição do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Esse apoio visaria um retorno a médio ou longo prazo, mas iria além do imediatismo e poderia garantir um futuro com mais segurança.

É ela [irmã]e meu fio que ta pagano o INPS pra mim [...] (Anália).

As idosas entrevistadas que possuem renda falaram pouco sobre essa questão, mas foi possível perceber que a ajuda recebida por elas por parte de seus familiares não se restringe apenas às questões da sobrevivência física cotidiana meramente, uma vez que se estende também para situações. Nesses casos houve relatos que aparecem apoio do tipo instrumental, como o ato de alguns filhos auxiliarem com as tarefas domésticas ou mesmo na leitura de textos e ainda ser acompanhada em seus compromissos.

Acreditamos que é o fato de ter assegurada, ainda que minimamente, as suas necessidades materiais que possibilita aos familiares das idosas prestarem outros tipos de ajuda para as mesmas.

Elas ajuda assim nesses pobrema que eu não sei lê nem escrevê [...] e meu genro ajuda eu pa levá nessas coisa que precisa ir (Anastácia).

Ajuda vixi [...] quando eu não to podeno, tem dia que eu fico mais é deitada lá pro quarto, ele faz janta, lava loça (Augusta).

Dessa maneira poderíamos afirmar que a reprodução das gerações numa mesma família se constrói através de laços de solidariedade, no entanto não apenas no aspecto econômico, mas também, em outras questões cotidianas, já que encontramos situações em que as idosas recebem apoio material ou instrumental, entretanto, não encontramos nenhum relato sobre apoio funcional, haja vista todas entrevistadas gozarem ainda de independência funcional, mesmo aquelas que têm problemas de saúde.

4.2.2.2.1 O idoso como prestador de auxílio

Por acreditarmos que as idosas entrevistadas não eram apenas alvos de auxílio, mas que, também, desenvolviam muitas ações de apoio e ajuda, indagamos se elas ajudavam seus familiares, parentes ou até mesmo vizinhos.

Em vários relatos surgiu novamente a questão dos cuidados dispensados aos seus netos. Dessa maneira refletimos se na concepção dessas idosas, essa seria a única forma de auxílio que elas acreditavam poder prestar ou se esse era o apoio exclusivo que lhes era solicitado e, sobretudo valorizado.

Entretanto, o depoimento de uma entrevistada nos permitiu compreender que o auxílio aos seus netos, muitas vezes, se estende às suas necessidades alimentares. Sendo assim, obtivemos resposta a nossa reflexão anterior, uma vez que nos deparamos com o fato de que a transferência de apoio entre as gerações assume uma via de mão dupla, pois em alguns momentos as idosas são passíveis de receber ajuda, mas em outros são elas que auxiliam seus familiares.

Ajudo, ajudo. Ás veis quando ele ta sem leite, ás veis quando eu tenho eu compro leite né, eu compro fralda pra ele né, e a gente ajuda. (Alice).

De acordo com os relatos das idosas, tomamos conhecimento de outras ações e atitudes que entendemos tratar-se, também, de formas de ajuda, sendo que podemos destacar o acolhimento aos seus filhos e netos em momentos de vicissitudes destes.

Ai também a mãe dela que mora comigo também (Acácia).

Ela veio pra cá porque tava na rua ... (Anália).
Faz um mês e pouco que eles tá aqui [...] veio pra ficar até acha casa, porque lá não tava dano certo, tava muito difíci pra ela [...] (Albertina).

A Isabel casô, ela amigô né, depois ela casô, depois que ela casô, ela separô do marido. Aí separô do marido, aí arrumo um namorado, é esse rapaz que ela ta com ele, aí o ex-marido dela foi morá com a mãe dele e ela ficô aqui comigo [...] (Alice).

Esse fato permite-nos confirmar que nestas famílias há a agregação de parentes remanescentes de núcleos em dispersão ou outros de núcleos em formação e nos faz conjecturar que o fato de não possuir renda como é o caso dessas entrevistadas, não impossibilita as idosas de socorrerem elas auxiliam de acordo com os seus recursos que dispõe, neste caso disponibilizando as suas residências para que seus familiares façam uso delas.

Por outro lado, as entrevistadas que possuem renda expressaram em suas falas uma espécie de ajuda diferente, que pode se dar através de um auxílio financeiro, ainda que de forma indireta, tanto aos familiares que ainda pertencem ao seu grupo familiar, quanto àqueles que já constituíram suas próprias famílias.

Eu ajudo ele nesse ponto, de fala que não precisa me dá dinheiro pra ele mantê o corpo dele e não precisá das coisa dos outro. (Anastácia).

Ajudo, eu que ajudo os casado é porque eu so aposentada às vezes eles pede, mãe eu tô precisano disso, dáum jeito da senhora faze um empréstimo pra mim alguma coisinha assim, tem hora que eu vô e faço [...] (Abadia).

Constatamos ainda, através dos depoimentos das idosas que o auxílio que elas prestam estende-se, também, a seus conhecidos e vizinhos, no entanto esse se dá através da prestação de serviços. Contudo, aparentemente as próprias idosas não reconhecem a importância do desenvolvimento dessas atividades, haja vista o fato de não serem mensuráveis ou quantificáveis e possivelmente também devidas.

Entretanto, é muito importante refletirmos que o acesso a determinados direitos, como a gratuidade do transporte coletivo urbano dentre outros, faz dos idosos

potenciais prestadores de auxílio, voltando à questão de que os idosos ajudam conforme os seus recursos disponíveis.

Não, não eu só levo a sogra do meu fio no Inps pra marcá a perícia, levo ela pra recebe né então isso aí é o que eu faço, mas e o serviço de casa (Agnes).

Tem uma vizinha aqui minha, às vezes precisa de um remédio pra menina, às vezes ela tá sem pode i, a senhora vai lá buscá pra mim [...] vô porque so aposentada tenho meu cartão né, aí às vezes ela tá sem dinheiro [...] (Abadia).

Dessa maneira as falas das entrevistadas confirmam a tese de Lemos (2003) que afirmou ainda que muitos idosos não sejam considerados produtivos pelo sistema previdenciário ou não sejam geradores de renda de acordo com o sistema econômico fortemente baseado no capital, aportam com uma grande contribuição social mediante a realização de atividades não remuneradas prestadas às respectivas famílias ou comunidades.

4.2.2.3 Apoio público: o auxílio estatal em questão

Falei pra elas [assistentes sociais], num tem uma ajuda do governo? Elas num me deu resposta [...] (Agnes).

Refletimos se o Estado e as Organizações não governamentais (ONG's) estariam desempenhando um papel relevante na vida das idosas entrevistadas, no que se refere à sua sobrevivência e a de seus familiares.

Ao questionarmos sobre as pessoas ou órgãos que prestavam auxílio às idosas entrevistadas, não houve menção às instituições não governamentais. Acreditamos que talvez possa ter havido o apoio dessas instituições em algum momento de suas vidas, até pelo fato da cidade de Franca/SP ter uma característica filantrópica por contar com um grande número de organizações dessa natureza. No entanto, acreditamos que provavelmente elas podem não estar recorrendo a essas instituições.

Já em relação às instituições governamentais, segundo os depoimentos das entrevistadas, tanto de uma que tem renda, quanto de outra que não auferia recursos, o “apoio” do setor público – se assim pudermos chamar, se restringe ao atendimento das necessidades emergenciais da família, de forma pontual e fragmentada.

Eu nem sei fala o nome de lá [CRAS] eles troxe uma cesta básica pra mim o mês passado e agora ontem eu fui lá [...] levei os papel pra Valdeci [assistente social] paga

pra mim, então ela fico deu buscá esses papel amanhã ou sexta-feira é a ajuda que eles me dá sempre assim, às vez pagá uma água, as vez lá por outra dá uma cesta (América).

É, é que essa neta que ta comigo ela pagava a água e a luz e fazia despesa, agora tá tudo desempregado [...]a minha força ta cortada, a minha água não cortô porque a Graziela (assistente social) do Nubs veio cá e pagô a água pra mim [...] eu fui lá pra vê se ela pagava pra mim a força, aí depois ela veio cá e falô Dona Alice não tem como eu pagá a força porque a força ta cortada, porque po mode a gente ajuda pagá não pode ta cortada [...] Sora tem talão de água? Que tá vencido pa pagá, nós pode pagá a água pra senhora [...] falei eu tenho, então dá os talão que nós pagá, a força não tem como. Aí ela pagô a água pra mim (Alice).

Os relatos das entrevistadas apontam que para ter acesso a alguns serviços ou benefícios sociais a família primeiramente necessita estar excluída do acesso a determinados direitos sociais, ou seja, a família deve estar em um processo de “cidadania invertida”.

Nesses casos também se aplica a teoria de que há dois tipos de famílias: as capazes e as incapazes, sendo que as famílias onde houvesse a constatação de sua incapacidade para cuidar de seus membros, seriam passíveis de receber ajuda.

A política pública da Assistência Social, conforme a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) se destina a atender “quem dela necessitar”, no entanto percebemos que na realidade há uma grande restrição ao seu acesso, o que foi confirmado através dos depoimentos das entrevistadas, que declararam ter recebido ajuda de conhecidos, em alguns casos, mas não do governo.

Conhecidos, Champagnat [CRAS - região centro]. De forma que o Champagnat não ta sendo quase porque eles não me dá, eu vô lá muitas vezes, mas eles não me ajuda (Anália).

Não, não tem não, tem ajuda de ninguém. Eu já busquei na assistência social eles diz que não puderam, não podem né, não tem condição de me ajudá porque eu tenho os meus fio. (Acácia)

Entretanto, também nos deparamos com falas onde pudemos perceber a atuação do Estado na vida das entrevistadas através da concessão de benefícios de transferência de renda. Questionamo-nos se os benefícios de transferência de renda, talvez não tenham sido adotados como substitutos das políticas sociais públicas, uma vez que há famílias que passam a depender dos mesmos para garantir a sua sobrevivência.

Tem esses R\$ 80,00 do Nub [CRAS – região leste] às vez farta do gás ou talvez eu preciso de uma mistura [...] é esse lá do Nubs [...] (Anastácia).

Eu recebo a Renda Mínima⁴ (Alice).

Contudo, houve dois relatos onde as idosas mostraram situações diferentes em relação à questão da aquisição de um benefício de transferência de renda. A idosa que possui renda teve a concessão de seu benefício cancelada, mas devido o fato de ter renda própria não se preocupou com essa questão, acreditamos que sua família não tenha sofrido grandes conseqüências por esse motivo, demonstrando a possibilidade de viver com seus próprios recursos. Entretanto, para a entrevistada que não possui renda o acesso a um benefício de transferência de renda era de suma importância, uma vez que ela está passando por grandes dificuldades financeiras.

Oh eu tinha Bolsa Família [...] depois tiro né, eu até deixei porque tem tanta gente que não tem nem um salário, que tá lutando pra pega ao menos, uma Bolsa Família aí e não consegue [...] (Abadia).

Cortaram até o Bolsa Família, é o único que eu tinha, a pensão do meu marido tá na mão, não libera também [...] (Anália).

Todavia, constatamos através das falas das entrevistadas que tanto aquelas que têm renda como aquelas que não a possuem recorrem ou já recorreram ao serviço público nos momentos de vicissitudes, mas nos chamou a atenção o fato de que uma das idosas mencionou não achar correto o que estava fazendo, ao dizer que buscou ajuda junto à Assistência Social. Essa declaração nos remete à questão da concepção que os indivíduos têm a respeito da política pública, em especial da Assistência Social, que muitos vêem como dádiva ou benesse do governo, da sua identificação como cidadão e sujeito de direitos, lembrando que a maioria da população não se reconhece dessa maneira, pois não credita ao Estado o dever pelo oferecimento de políticas públicas de qualidade e portanto não reivindica pelas mesmas.

Eu já pedi, já pedi muita cesta básica, eu pedi muitas cesta básica [...] (Augusta).

O dia eu fiquei desesperada e achei que aquilo que eu tava fazendo não tava certo, saí cega assim com os papéis tudo aqui, fui ali no Nubs [CRAS - região leste] e falei pra moça lá, falei óia tô com essas contas pra pagar, lá dentro de casa não tem nada, meus filhos não tá trabalhando e pior que nem a minha nora tava trabalhando, e eu só com o meu dinheiro pra nós se virar, pagar água, luz, telefone, pra comer pra quatro pessoas, comprar gás aí eu entrei assim em depressão, que eu falei ah dessa vez agora não vou aguentar aí até falava com a assistente social e nada e ela foi

⁴ Lei n. 5.793 de 11/10/2002 institui o Programa Renda Mínima e dá outras providências. Programa de transferência de renda do município de Franca-SP destinado a famílias de baixa renda.

mando vim aqui em casa, o rapaz trazê uma cestinha aqui veio e duas vez eles veio trouxe depois eles não veio mais eu falei eu não vô procura mais não porque eu não guento chega na porta e crama assim parece que aquilo ali não tá certo, seno que a gente precisa porque tem tamém a ajuda do governo, diz que tem né inda falei pra elas lá, num tem uma ajuda do governo? Elas num me deu resposta [...] (Agnes).

Em linhas gerais os depoimentos das idosas evidenciam o fato de que nem sempre suas necessidades e/ou direitos são atendidos pelo poder público, o que nos faz concordar com a tese de que o Estado tem se eximido de suas responsabilidades e sobrecarregado as famílias.

Dessa maneira, deposita-se na família uma sobrecarga que, na maioria das vezes, não conseguem suportar, uma vez que não recebem suporte governamental adequado para desempenhar seus papéis.

4.2.2.4 Apoio comunitário

As pessoa conhecida é [...] eu chego falo que tô precisano disso, daquilo [...] eles pega e me ajuda (Anália).

De acordo com Sposati (1985) a solidariedade parental e conterrânea seria fundamental para a sobrevivência das famílias empobrecidas, sendo assim, nos questionamos se as entrevistadas receberiam auxílio de sua vizinhança.

As idosas que não possuem renda declararam receber ajuda de seus vizinhos e da comunidade de modo mais amplo. Pudemos verificar que o auxílio vai desde questões materiais, como o fornecimento de uma cesta de alimentos chegando até o empréstimo de água àquelas famílias que estão com o abastecimento interrompido por falta de pagamento. Acreditamos que possa existir uma rede de solidariedade entre esses indivíduos e que há uma alternância entre aqueles que prestam e/ou recebem ajuda.

É eu to sem água, já faz duas semana, buscano água na casa dos outro (América).

Já faz bastante tempo [que está sem água] ixi quando a vizinha não dá a gente passa apertado (Albertina).

Esses tempo, que eu fui lá no Champagnat e eu pedi a cesta, eu não tinha nada aqui pra fazê [...] eles não me dero [...] aí que eu cheguei na minha irmã chorano que não tinha as coisa aqui pra fazê, aí ela pego e falo vai ali na D. Geni, ela é espírita, ela ajuda as pessoa [...] aí eu fui na D. Geni, a vizinha dela, da minha irmã, falei com ela aí ela pego e me deu uma cesta básica [...] já me deu duas de novembro pra cá, foi aonde que eu quebro o gaio né [...] (Anália).

Entendemos que a tese de que o Estado convoca não só a família, mas também a comunidade para partilhar com elas as responsabilidades procedentes.

Entretanto, uma das entrevistadas perpassando as questões materiais e chegando até mesmo nas questões referentes à proteção, à atenção e ao cuidado que implicitamente aparece na fala dessa entrevistada:

Meus vizim é muito bão pra mim, mas é assim perguntano da minha saúde, perguntá se eu não tenho medo de ficá sozinha, é nessas coisa (Anastácia).

Dessa maneira, entendemos que as ações de auxílio e solidariedade da vizinhança e comunidade são de extrema importância na vida das entrevistadas, uma vez que se tornam amparo nos momentos de vicissitudes e que elas acabam compondo as suas estratégias de sobrevivência.

4.2.3 Direitos Sociais

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) declara em seu art. 6: São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Acreditamos que na ausência de direitos sociais, é na família que os indivíduos tendem a buscar recursos para lidar com as circunstâncias adversas e que as estratégias de sobrevivência nada mais são do que indicadores da ausência de acesso às políticas sociais públicas.

Dessa maneira nos questionamos se as idosas entrevistadas e seus familiares estariam tendo acesso especificamente aos direitos referentes ao trabalho, à aposentadoria (através da previdência social) e à saúde, uma vez que são aqueles que acreditamos nos proporcionar subsídios para entender as estratégias de sobrevivência de forma mais ampla.

4.2.3.1 Trabalho

Ao abordarmos a questão do trabalho, principalmente as entrevistadas que não possuem renda se emocionaram e choraram. Tal fato pode ser entendido como um momento onde elas se lembraram dos tempos de outrora, quando desenvolviam uma

atividade laboral remunerada, somando-se a isso, há o episódio de estarem passando por sérios problemas financeiros, que poderiam ser atenuados se elas auferissem renda.

Ah eu trabaiava de faxina, trabaiava na casa da minha irmã ... (Anália).

Não, eu trabaiava né, mas como eu fiz duas cirurgia não to podeno trabaia agora. Eu trabaiava de doméstica (Acácia).

Contudo, através dos relatos das idosas que possuem renda pudemos verificar que o fato delas já terem uma fonte de renda fixa, através do recebimento de aposentadoria em um caso e pensão por morte em outro, não lhes assegura qualidade de vida e que elas não descartam a possibilidade de voltar a exercer uma atividade remunerada, mas que há impedimentos para tanto.

Poderíamos afirmar que os obstáculos para a obtenção de um trabalho para as idosas, segundo suas falas, são problemas de saúde, preconceito e estendendo-se à questão da conjuntura econômica e a fase de desemprego estrutural pela qual a sociedade vem passando.

Se eu fo lá na Prefeitura pedi, falá oh me da uma bassora aí eu quero um serviço pra mi barre a rua e eles me dá, nossa minha fia, agradeço muito à Deus [...] mas aonde que eu vô arrumá né, então tudo isso é que adonde é a aflição da gente, a gente sofre por isso ... (Agnes)

Eu tô fazeno tratamento e eu seu pega serviço eu não guento trabaia [...] Eu não dô conta de trabaia mais e outra por causa da idade tamém o povo não dá serviço mais (América).

Esses depoimentos nos permitem ratificar que na nossa sociedade, ser idoso, significa, na maioria das vezes, estar excluído de vários lugares sociais, sendo que estar alijado do sistema produtivo quase que inteiramente define o “ser idoso”, acreditamos que esse alijamento espalha-se, criando barreiras impeditivas de participação do idoso nas outras tantas e diversas dimensões da vida social.

Entretanto, verificamos que há entrevistadas que, assim como tantos outros cidadãos brasileiros, também têm se inserido no mercado informal de trabalho, não se limitando àquelas que não possuem renda.

Costuro um sapato né (Alice).

Eu tava oiano uma senhora, ela mora memo ali ... (Anastácia).

Eu tinha uns trocadim de vende sacolé [...] (Agnes)

Deparamo-nos, também, com o fato de que a precarização da mão-de-obra alcançou a parcela da população envelhecida, que procura diferentes alternativas para garantir a sua sobrevivência e que, sobretudo há uma combinação de atividades visando “aproveitar” as oportunidades do mercado.

Sapatim quase não ta dano nada né [...] agora quando chega as panha de café a gente panha café. Espera chega a coieta pra gente pode trabaia né (Alice).

Fica evidente que tanto as idosas que têm rendimento fixo, quanto àquelas que não o possuem, preocupam-se com a vida financeira da família e buscam estratégias para obter ou aumentar a sua remuneração, sendo que podemos citar como exemplo o caso da Senhora América, que é pensionista e após a entrevista disse que sairia para vender produtos de limpeza.

Entretanto, ainda nos resta declarar que não podemos desconsiderar as limitações físicas que vão surgindo com o processo de envelhecimento, mas elas não alteram o desejo e a necessidade de trabalhar, conforme a sua capacidade, talvez a explicação para essa questão possa se dar através do entendimento de que as entrevistadas possivelmente foram educadas segundo a “cultura do trabalho”, cuja concepção é de que o trabalho dignifica o homem e não nos esquecendo ainda que é através deles que se estabelecem novas relações sociais.

Dessa maneira inferimos que o exercício de uma atividade remunerada em primeiro lugar acontece pela questão do imperativo de sobrevivência material, mas em outros aspectos também podem estar vinculadas às questões que mencionamos, ainda que as entrevistadas não tenham consciência disso.

Se eu arrumasse um servicinho assim pra mim trabalha, um serviço manero porque serviço pesado eu não agüento mais, não é tanto pela idade é pelo problema que a gente tem [...] (América).

Perguntei também pro rapaz que tava esparramano papel com os menino aqui na rua, que era o dono mesmo, falei moço do céu eu preciso de arranja um serviço pra mim se eu fo lá aonde que cê pego esses papel pra esparrama, ieu não vô esparrama esses papel, num pego pra esparrama? [...] (Agnes).

4.2.3.2 Aposentadoria

Através dos depoimentos das entrevistadas inferimos que, a concepção da velhice como uma fase da vida onde os indivíduos podem se dedicar ao ócio e lazer não se aplica aos sujeitos dessa pesquisa, uma vez que, infelizmente, não são todos os cidadãos brasileiros que desfrutam do direito à aposentadoria e demais “benefícios” da previdência social.

Não eu não consegui aposenta não. (Alice).

A declaração de uma das idosas entrevistadas nos fez compreender como e quanto a negação do acesso ao direito previdenciário tem uma grande repercussão na vida dos indivíduos, até mesmo por concebermos a aposentadoria como uma extensão do direito ao trabalho.

Cê acredita que eu tô precisano de trabaia, por causo que eu tô passano na perícia todo mês e não consigo [...] fiz a perícia mês passado não passei ... (Anália).

De acordo com o relato de uma outra entrevistada compreendemos que o não acesso à aposentadoria no seu caso aconteceu devido o não cumprimento do direito trabalhista na sua trajetória profissional.

Óia eu trabaieie uns tempo sem registro [...] Aí depois agora no final é que eu trabaieie, aí ela me registro, mas só ficou três mês registrado. Então a senhora não recebeu nada do INSS? Não, nada, nada. Porque falaro que eu podia recebe se eu tivesse um ano né, aí eu só tinha três mês, aí eu fiquei sem [...] (Acácia).

Por outro lado encontramos depoimentos onde as entrevistadas afirmaram desfrutar do direito à aposentadoria, no entanto, as quatro entrevistadas que fizeram essa declaração conseguiram acessar esse direito devido enfermidades que as incapacitaram para o trabalho remunerado, ou seja, foram aposentadas por invalidez, em alguns casos antes mesmo de chegarem na fase da velhice ou tornaram-se pensionistas com a morte do seu cônjuge.

Eu tô aposentada por invalidez ... (Abadia)

Tô, tô aposentada [...] já tá com mais de [...] 20 ano, que eu tô aposentada. (Agnes).

Eu sô aposentada, eu peguei foi em 1980. (Augusta).

Tô nada [aposentada], eu sô pensionista do marido, marido morreu né. (América).

Não podemos deixar de reconhecer o quão importante é a aposentadoria e a pensão por morte na vida dessas idosas entrevistadas, até pelo fato de que, aquelas que não têm acesso a esses direitos, precisam buscar alternativas para obter uma renda e chegam a confiar em uma força espiritual para solucionar essa questão, contudo devemos refletir sobre a legislação e a política previdenciária que é restritiva, uma vez que inviabiliza o acesso de uma grande parcela da população por prever contribuição para o seu usufruto.

Nos relatos das entrevistadas percebemos um equívoco entre a aposentadoria, que é um direito assegurado pela Previdência Social, conforme dissemos e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) que não tem caráter contributivo, no entanto acreditamos que para essas idosas o mais importante é ter uma fonte de renda, independentemente de qual seja a sua proveniência. Aqui também cabe uma crítica ao BPC, uma vez que, ao adotar o critério de idade (maior de 65 anos) impossibilita indivíduos que estão em uma situação paupérrima de obterem esse recurso, por outro lado o seu critério de renda (menos de ¼ do salário mínimo) também exclui idosos que apesar de terem a idade vivem em famílias que auferem renda pouco superior à estabelecida e que também são muito pobres e vulneráveis.

Dona Albertina a senhora é aposentada, ou não? Ainda não, eles tão veno se faz o benefício pra ajudá um poco nos remédio né [...] (Albertina).

E hoje, a senhora está aposentada ou não? Tô [...] do benefíci [Benefício de Prestação Continuada – BPC] (Anastácia).

Em linhas gerais podemos afirmar que analisando as falas das entrevistadas que não possuem rendimentos e daquelas que são aposentadas, pensionista ou até mesmo beneficiária do BPC, é possível entender como a certeza de uma renda, ainda que muito pequena, faz com que os sujeitos possam sobreviver de forma mais digna, diferentemente das primeiras, mas que na vida de todas nos deparamos com o fato de que há uma reprodução e ampliação das desigualdades sociais na velhice.

É muito difícil, porque sem aposentadoria eu não tô conseguino [...] (Anália).

4.2.3.3 Saúde

Eu pego [remédio] quando eu faço consulta aqui no Nubs aqui eu pego na lá na farmácia ou se tem eu pego lá no Posto de Saúde, ota hora pego aqui quando tem [...] (Agnes).

As estratégias de sobrevivência podem ser percebidas em cada área da vida das idosas, em se tratando da saúde percebemos que há dinâmicas diferentes, desde a utilização dos serviços da rede pública de atendimento que se dá pela maioria das entrevistadas, através de consultas e aquisição de medicamentos, tanto por aquelas que possuem renda quanto pelas demais.

Eu vô nos Nub de 24 hora [...] (Abadia).

Ah eu vo no Nubs. (Acácia).

Eu trato aqui no Nub quando precisa. (Augusta).

Tenho que arruma uns papel pra pegá uns remédio de graça na farmácia da estação, porque eu não tenho condições de comprá [...]. (América).

No entanto, há outros relatos que denunciam o não cumprimento do parágrafo 2 ° do Art. 15 do Estatuto do Idoso, que dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento de medicamento aos idosos gratuitamente, o que na realidade não acontece de modo efetivo.

Dessa maneira nos deparamos com diferentes alternativas para aquisição de medicamentos, desde aquelas que chegam a adquiri-los com recurso próprio até outras que se privam do mesmo por não ter meios de obtê-lo.

Acreditamos que nessas situações as idosas privilegiam o atendimento de algumas necessidades em detrimento de outras, no entanto percebemos que aquelas que possuem renda gozam de sua posição diferenciada, já que ainda tem a possibilidade de comprar os medicamentos necessários, já as outras ficam à mercê da ajuda dos seus familiares.

Ás veis quando não tem aí a gente tem que compra né [...] quando não tem a gente compra (Alice).

Aí eu tenho que dá um jeitinho [...] comprá o remédio porque não pode ficá sem né, tem que toma (Agnes).

Comprado é lá de vez em quando que eu preciso de um remédio que lá no Nubs não tem, eu compro (Anastácia).

Eu vô e compro. (Augusta).

Quando não tem se não tive dinheiro pra comprá fica sem, fica sem porque fazê o que, mas se tive o dinheiro compra [...] (Albertina).

Uma outra forma de lidar com essa questão foi expressa em um outro depoimento, onde verificamos mais uma vez a solidariedade da comunidade, pois houve uma idosa que conseguiu o medicamento que necessitava através de uma doação. Contudo esse ato não solucionou o problema da entrevistada, uma vez que ela obteve apenas parte do medicamento.

Eu tomo omeprazol e não tem aí no Nubs, aí a sogra da minha neta pegô e me arrumo três tablete, é aí que eu tô controlano, porque eu não tinha o dinheiro pra comprá, o omeprazol é caro é 14 real, 14 comprimido é mais de 20 real [...] é caro, eu não tenho como comprar (Anália).

Segundo o depoimento dessa entrevistada diante da impossibilidade de obter os medicamentos gratuitamente solicita ajuda aos seus familiares, no entanto percebemos que há uma preocupação em não onerar os mesmos, ainda que para tanto tenha que negligenciar a sua própria saúde.

Quando o Nubs não tem aí é os fio que têm que me socorrê, quando eles pode né [...] quando eles não pode, aí às vezes só pra não dar despesa pra eles eu não vô [ao médico] (Acácia).

Dessa maneira, entendemos que essa atitude de “não dar despesa” também pode ser parte da estratégia de sobrevivência das idosas que não possuem renda e que nos momentos de vicissitudes, muitas vezes a saúde acaba sendo negligenciada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fonte: Aposentadoria Brasil

É preponderante lembrarmos que as novas feições da família estão intrínseca e dialeticamente condicionadas às transformações econômicas, sociais, de hábitos e costumes e ainda ao avanço da ciência e da tecnologia.

Esse novo cenário tem nos remetido à discussão do que seja a família na contemporaneidade, uma vez que as três dimensões clássicas de sua definição (sexualidade, procriação e convivência) já não têm o mesmo grau de imbricamento que se acreditava outrora. Contudo, hoje, podemos dizer que estamos diante de uma família quando encontramos um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consangüíneos, afetivos e, ou, de solidariedade, sendo ainda que de acordo com o nosso entendimento ela continua sendo um espaço de afeto e sobrevivência.

Entretanto, essas transformações, que envolvem aspectos tanto positivos quanto negativos, desencadearam um processo de fragilização dos vínculos familiares e comunitários e tornaram as famílias mais vulneráveis, conforme pudemos observar nas famílias das idosas que entrevistamos.

Entendemos que a vulnerabilidade à pobreza está relacionada não apenas aos fatores da conjuntura econômica e das qualificações específicas dos indivíduos, mas também às tipologias ou arranjos familiares e aos ciclos de vida dessas famílias. Portanto, as condições de vida de cada indivíduo dependem menos de sua situação específica que daquela que caracteriza sua família.

Somando-se a isso há, também, o fenômeno do envelhecimento populacional que assim como a família é resultado de um conjunto de transformações de cunho demográfico, biológico, social, econômico e cultural e que influencia sobremaneira às mesmas.

Partimos da idéia de que dada às desigualdades características da estrutura da sociedade brasileira e o aumento do grau de vulnerabilidade social, haveria uma necessidade das famílias desenvolverem complexas estratégias de relações entre seus membros para sobreviverem, já que elas não receberiam do Estado às condições necessárias de proteção, o que pudemos confirmar através da realização desta pesquisa.

A princípio entendíamos as estratégias de sobrevivência especificamente como mecanismos para o aumento de renda ou ainda formas de consumo em razão do

orçamento familiar, que seriam determinadas pelo trabalho predominantemente ou privação das necessidades, que são ilimitadas.

Contudo, através do desenvolvimento das entrevistas e, posteriormente, suas análises percebemos que ela vai além das questões econômicas, uma vez que a sobrevivência envolve desde a satisfação de necessidades físicas indo às de ordem emocional, espiritual e social, sendo que todas se inter-relacionam e influenciam.

Entretanto, nos deparamos com um fator comum que nos permitiu entendê-la ainda como um conjunto de ações, comportamentos e atitudes adotadas na qual o sujeito idoso em certos momentos recebe auxílio, mas em outros também têm condições de oferecer apoio ao seu grupo familiar e comunitário, sendo então uma questão essencialmente dialética, no entanto vale dizer que não há uma regra ou um modelo a ser adotado e seguido.

Apesar de muitas das atividades desenvolvidas pelas idosas entrevistadas não serem remuneradas, têm um grande valor social, pois suas contribuições vão além daquelas proporcionadas por aqueles indivíduos que vivem o trabalho como meros produtores de mercadorias, refutando assim, a idéia de improdutividade por parte dos idosos, embora os seus próprios familiares, muitas vezes, também não tenham essa concepção, pois não reconhecem a importância e valorizam as atividades desenvolvidas por elas.

Constatamos, através da pesquisa, que há uma variação em relação aos recursos disponíveis e utilizados em face da conjuntura vivida por cada uma das entrevistadas, no entanto, também há um objetivo comum que é manter-se vivo e possibilitar o mesmo aos seus familiares e que para isso elas privilegiam as questões familiares em detrimento das pessoais.

Nessa perspectiva precisamos olhar essa questão como algo coletivo, que afeta tanto o indivíduo como o seu grupo familiar, estendendo-se até mesmo à sua comunidade. Também devemos nos atentar para o fato dela ser dinâmica, já que dependendo da conjuntura sócio-econômica ela pode variar e que a ausência de acesso a determinados direitos sociais é um dos motivos que faz com que os indivíduos desenvolvam estratégias de sobrevivência diferentes.

Sendo assim, ficou evidente na realização da pesquisa a desresponsabilização do Estado em relação às famílias, pois ele realmente tem convocado a sociedade civil e a própria instituição familiar a cuidar dos seus membros, no entanto não propicia as condições sociais mínimas, sendo: política de geração de trabalho e renda, política de saúde, política de educação, dentre outras.

Nesse sentido, a pesquisa nos possibilitou acreditar que as estratégias de sobrevivência sirvam como indicadores para medir o grau de acessibilidade aos direitos sociais, sendo que podemos vê-las como uma resposta há um momento de crise tanto em nível pessoal, como familiar e também social. Cabe ressaltar que acreditamos que para haver a efetivação das políticas públicas deve haver um processo de mobilização e conquista, pois os direitos dispostos nas legislações são apenas positivamente.

Em nossa pesquisa encontramos os seguintes conjuntos de ações, comportamentos e atitudes que entendemos tratar-se de estratégias de sobrevivência, que fazem partes de duas categorias diferentes: aquelas que se referem à obtenção de renda diretamente e outras que estão associadas à questão da manutenção econômica indiretamente.

Quanto às primeiras nos deparamos com: inserir-se no mercado informal (fazer bicos) ou indiretamente através de formas de consumo; não “dar despesas” para seus familiares e privar-se de determinadas atividades, como as de lazer.

Em relação as segundas, apesar de não estarem vinculadas apenas à questão financeira necessariamente, também beneficiam filhos, demais familiares e a comunidade onde as idosas vivem, são elas: dividir contas com familiares (provisão econômica compartilhada); filhos continuarem vivendo com a sua mãe, mesmo já tendo seus próprios filhos ou sendo casados; acolher os filhos em sua residência quando estes passam por vicissitudes (separação conjugal, desemprego, dentre outras questões); assumir provisão econômica do lar poupando filho de gastos; fazer empréstimo no banco para filhos casados; criar, cuidar e/ou auxiliar no sustento dos seus netos e ajudar a comunidade através da prestação de serviços (buscar remédio para a vizinha e acompanhar conhecido ao banco).

Através da realização da pesquisa pudemos entender o apoio como uma via de mão dupla, pois em determinados momentos as idosas recebem apoio material e emocional, já em outros fornecem apoio tanto aos seus familiares como à comunidade. Dessa maneira desmistifica-se a idéia de que apenas o indivíduo idoso é passível de receber auxílio sem poder oferecer uma contrapartida e nos faz pensar ainda sobre o fato de que muitos idosos fazem parte de várias redes de solidariedade estabelecidas em suas comunidades.

Também obtivemos a compreensão do quão importante é o papel de provedora econômica do lar que muitas das idosas entrevistadas vêm desempenhando, uma vez que muitas famílias estão sobrevivendo exclusivamente da renda auferida por estas,

entretanto essa questão, por outro lado, nos fez pensar sobre o grau de desemprego e pauperização que os membros destas famílias estão expostos.

Refletimos, ainda, sobre o fato de que algumas idosas entrevistadas declararam-se chefes de suas famílias, pois se sentem responsáveis pela manutenção e provisão econômica do seu lar, contudo, sabemos que a chefia familiar envolve mais do que a questão meramente econômica, pois depende de um elemento moral, ou seja, acreditamos que não é pelo fato de prover o lar que as idosas entrevistadas passem a deter, de forma exclusiva, o poder de decisão sobre as questões familiares e que poderíamos afirmar que nos deparamos com dois tipos de famílias em nossa pesquisa: famílias de idosas, aquelas onde a única renda no momento da entrevista era a da entrevistada e famílias com idosas aquelas onde a idosa entrevistada não detinha qualquer tipo de renda e dependia economicamente dos seus familiares.

Dentre todas as ações executadas pelas idosas que identificamos como estratégias de sobrevivência, não poderíamos deixar de destacar a questão da criação e cuidados dos seus netos. Episódio que nos chama a atenção para a necessidade de uma política educacional mais efetiva e, também, para o fato de que talvez essa seja a maneira pela qual as idosas conseguem reconhecimento e valorização, principalmente dos seus filhos, voltando a exercer um dos papéis que foi tradicionalmente destinado à mulher em nossa sociedade: a educação e cuidado das crianças.

Em nossa pesquisa constatamos uma grande quantidade de filhos e, principalmente netos que residem com as suas avós, demonstrando assim o grau de pauperização das camadas populares conforme já mencionamos, uma vez que a formação de um núcleo independente requer dentre outros fatores: estabilidade financeira. Verificamos dessa forma que, a classificação tradicional dos grupos familiares segundo o seu ciclo de vida não se aplica à realidade das famílias das idosas pesquisadas, pois muitos dos seus filhos não saem do núcleo familiar de origem e outros retornam ao mesmo e lá permanecem.

Ratificamos que entendemos a família ampliada como momentos possíveis da vida de uma família que outrora era nuclear e que se contrai e amplia em diversas fases de seu ciclo. Em relação à sua efemeridade a pesquisa nos mostrou que ela tem se tornado efetiva.

Dessa maneira constatamos que as idosas que possuem renda têm maiores possibilidades de prestar auxílio material, já aquelas que são dependentes economicamente auxiliam através da prestação de serviços, ou seja, apoio instrumental.

Contudo, não podemos restringir essa questão a uma perspectiva meramente econômica, conforme já dissemos e estabelecer uma sentença sobre a mesma, pois percebemos que há uma conjunção e alternância de formas de auxílio, ou seja, ora auxílio material por parte daquelas idosas que não têm recurso econômico assegurado, ora a prestação de serviços por aquelas que o têm, ou vice-versa.

Todavia, devemos considerar do mesmo modo outros fatores que influenciam essa questão, sendo: o grau de resiliência de cada idosa, que diz respeito às suas condições internas de enfrentamento às dificuldades, sua configuração e dinâmica familiar, sua história de vida e a capacidade de reivindicar pelos seus direitos.

Nas famílias das idosas entrevistadas percebemos que a realidade e a significação da velhice tem realce pelo seu aspecto negativo (adoecimento, falta de força física e capacidade de produção formal), pois os filhos das idosas que foram entrevistados em sua maioria não vêem a velhice com bons olhos e não valorizam essa fase da vida, demonstrando assim a introjeção do preconceito e da desvalorização a esse segmento, disseminados pela nossa sociedade.

Percebemos que a ideologia da velhice realmente está arraigada nas idosas entrevistadas e seus filhos, uma vez que há alguns que tratam-na como uma fase de pauperização e abandono, pois a família sente-se arcando com o peso dessa situação, principalmente naquelas onde a idosa está com uma grave enfermidade e em outro extremo há aquelas que rejeitam a própria idéia de velhice, apesar de estar vivenciando-a.

Em relação à questão das ações da solidariedade civil verificamos que elas ainda existem e são importantes, contudo acreditamos que substituir as obrigações estatais pelo auxílio prestado pela sociedade não é a solução para o problema da sobrevivência dessas famílias, pois estaríamos eximindo o Estado do cumprimento dos seus deveres e trocando a perspectiva do direito pela da solidariedade.

A priori adotamos como pressuposto a tese de que dadas às condições de vulnerabilidade e pauperização da população brasileira, muitos idosos possivelmente estariam sendo um elemento de segurança econômica em suas famílias, o que foi possível constatar através da pesquisa, mas também nos deparamos com o fato de que essa é uma questão dialética, pois os idosos não só prestam auxílio, mas também, são auxiliados tanto nos aspectos material quanto instrumental, refutando assim a idéia de que aos idosos caberiam apenas duas situações: abandono e pauperização ou ativismo em outro extremo.

Há idosos que estão abandonados tanto material como emocionalmente, há outros que mesmo vivenciando o envelhecimento não aceitam essa idéia, no entanto fica

evidente que cada um ainda tem sido muito importante para a sua família, ainda que o próprio sujeito ou os seus familiares não tenha essa clareza.

Em linhas gerais pudemos entender que a velhice tem sido uma fase da vida onde as idosas ainda lutam pela sua própria sobrevivência, assim como a de seus familiares, pois a família é o lócus onde há a socialização dos efeitos da pobreza, mas também continua sendo a centralidade no âmbito da sobrevivência material, afetiva e ainda espaço de convivência e formação do cidadão.

Contudo, essa pesquisa não responde por completo algumas indagações.

Como sobreviver quando se envelhece?

Como enfrentar o fato de que o mercado de trabalho se fecha tão cedo para os indivíduos?

Como criar uma rede de serviços públicos que atenda as necessidades e direitos dos idosos?

Como os idosos estariam vivendo em suas famílias?

Nesse sentido entendemos a necessidade de elaborarmos novas pesquisas que possibilitem propor ações efetivas para consolidação d dignidade dos idosos.

Certamente não respondemos todas as indagações sobre a questão abordada nesta dissertação, outros olhares e outras interpretações podem e devem surgir a partir de nossas análises, contudo afirmamos que o envelhecimento e a velhice devem ser entendidos como questões intrínsecas à sociedade contemporânea e que, portanto dizem respeito a todos nós.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, M. M. T. Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família. In: SALES, M. A. (Org.). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2004.
- ALLEN, I.; KRMPOTIC, C. **Trayectoria familiar, ciclos políticos y bienestar**. Buenos Aires: Espacio, 2003.
- ALMEIDA, P. H.; CARVALHO, I. M. M. Família e proteção social. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 109–122, abr./ jun. 2003.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILE, P. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- BARG, L. **Los vínculos familiares: reflexiones desde el práctica profesional**. Buenos Aires: Espacio, 2003.
- BARROS, N. A. El análisis de las políticas sociales desde una perspectiva familiar. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano. 26, n. 49, p. 42–54, nov. 1995.
- BARROS, R. P.; MENDONÇA, R.; SANTOS, D. **Incidência e natureza da pobreza entre os idosos no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. (Texto para discussão, n. 686).
- BEAUVOIR, S. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BERZINS, M. A. V. S. Envelhecimento populacional: uma conquista a ser celebrada. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 24, n 75, p. 19–34, set. 2003.
- BILAC, E. D. **Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência**. São Paulo: Símbolo, 1978.
- BOBBIO, N. **O tempo da memória: da senectude e outros escritos autobiográficos**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- BORGES, M. C. M.; JOSÉ FILHO, M. O idoso na legislação brasileira. **Serviço Social e Realidade**, Franca, ano 13, n. 3, p. 89-130, 2004.
- BORGES, M. C. M. **Gestão participativa em organizações de idosos**. 2003. 168 f. Dissertação (Mestrado em Gerontologia Social) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2003.
- BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 4. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

BRAGA, P. M. V. **Direitos dos idosos de acordo com o Estatuto do Idoso**. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

BRANT, M. C. A proteção social destinada às famílias brasileiras. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 14, n. 42, p. 68–77, ago. 1993.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a Organização da Assistência Social e das outras providências. **Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 dez. 1993.

_____. **Lei nº 8.842/94**: dispõe sobre a Política Nacional do Idoso. Brasília, DF: Ministério da Previdência e Assistência Social, Secretaria de Assistência Social, 1994.

_____. **Lei nº 10.741 de 1/10/2003**: dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Brasília, DF, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Direitos Humanos, 2004.

_____. **Decreto nº 1948 de 03/07/1996**: regulamenta a lei nº 8.842 de 04 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a política de atendimento ao idoso e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Direitos Humanos, 1998.

_____. **Resolução nº 145 de 15/10/2004**: dispõe sobre a Política Nacional de Assistência Social. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Publicado no Diário Oficial da União em 28/10/2004.

BRIOSCHI, L. R.; TRIGO, M. H. B. **Família**: representação e cotidiano – reflexão sobre um trabalho de campo. São Paulo: CERV : CODAC : Ed. USP, 1989.

BRUNO, M. R. P. Cidadania não tem idade. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 24, n. 75, p. 74–83, set. 2003.

BUENO, A. M.; MIGUEL, K. C. **Estratégias de sobrevivência e cidadania**. 1993. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 1993.

CALDERÓN, A. I.; GUIMARÃES, R. F. Família: a crise de um modelo hegemônico. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 15, n. 46, p. 21–34, dez. 1994.

CAMARANO, A. A.; PASINATO, M. T. **Envelhecimento, pobreza e proteção social na América Latina**. Rio de Janeiro: IPEA, 2007. (Texto para discussão, n. 1292).

_____.; EL GHAOURI, S. K. **Família com idoso**: ninhos vazios? Rio de Janeiro: IPEA, 2003. (Texto para discussão, n. 950)

CANEVACCI, M. **Dialética da família**: gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CANÔAS, C. S. **A condição humana do velho**. São Paulo: Cortez, 1983.

CAPACITAÇÃO em Serviço Social: crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Módulo 1. Brasília, DF: CEAD : CFESS : ABEPSS, 1999.

CAPACITAÇÃO em Serviço Social: reprodução social, trabalho e serviço social. Módulo 2. Brasília, DF: CEAD : CFESS : ABEPSS, 1999 .

CAPACITAÇÃO em Serviço Social: política social. Módulo 3. Brasília, DF: CEAD : CFESS : ABEPSS, 1999 .

CARTAXO, A. M. B. **Estratégias de sobrevivência**: a previdência e o Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1995.

CARVALHO, M. C. B. **A família contemporânea em debate**. 3. ed. São Paulo: Ed. Educ: Cortez, 2000.

_____. Famílias e políticas públicas. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Org.). **Família**: redes, laços e políticas públicas. 2. ed. São Paulo: Cortez : IEE/PUC-SP, 2005.

_____. et al. **Programas e serviços de proteção e inclusão social dos idosos**. São Paulo: Ed. IEE/PUC-SP; Brasília, DF: Secretaria de Assistência Social : MPAS, 1998.

CENEVIVA, W. Estatuto do Idoso, Constituição e Código Civil: A Terceira Idade nas alternativas da lei. **A Terceira Idade**, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 7–23, maio 2004.

CHAUÍ, M. S. **O que é ideologia**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

CUNHA, E. L. **Família e proteção social**: a desresponsabilização do Estado. 2002. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2002.

DANTAS, D. C. S. **Mulher idosa e família**: um estudo sobre as representações sociais construídas pela mulher idosa chefe de família acerca da velhice. 2006. 96 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2006.

DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice**. São Paulo: Edusp : Fapesp, 1999.

DI GIANNI, V. M. P. **O idoso – homem – e o seu envelhecer**. 2001. 147 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2001.

DONATO, A. F.; SWAIN, C. S. Idoso e cidadania: a lógica da exclusão. In: NETTO, M. P. **Gerontologia: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada**. São Paulo: Atheneu, 1996.

DOWBOR, L. A economia da família. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Org.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez : IEE/ PUC-SP, 2005.

ECO, U. **Como se faz uma tese**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1986.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 8. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1982.

FACHIN, L. E. **Direito de família: elementos críticos à luz do novo código civil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

FALEIROS, V. P. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **A política social do Estado capitalista: o caso da assistência e da previdência social**. São Paulo: Cortez, 1980.

FARIA, C. A. P. Fundamentos para a formulação e análise de políticas e programas de atenção à família. In: _____. (Org.). **Políticas públicas de apoio sociofamiliar: curso de capacitação de Conselheiros Tutelares e Municipais**. Belo Horizonte: Ed. Puc Minas, 2001.

FERREIRA, A. B.; SILVA, J. A. **O trabalho sócio-educativo no processo de envelhecimento**. 2004. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2004.

FERREIRA, A. M. R. **Avós cuidadores: a relação intergeracional como uma perspectiva de novos paradigmas sociais**. 2005. 108 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2005.

FERREIRA, D. V. **Avaliação das características sócio-econômicas do município de Franca: uma observação no início do século XXI**. 2007. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Centro Universitário de Franca, Franca, 2007.

FERRIGNO, J. C. Uma nova visão histórica de família e velhice. **A Terceira Idade**, São Paulo, v. 4, n. 4, p. 36–42, jul. 1991.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FRANCA. **Lei nº 2.921 de 15/08/1984**. Isenta o pagamento da tarifa de transporte coletivo urbano as pessoas com idade igual ou superior a 65 anos. Disponível em: <<http://www.camarafranca.sp.gov.br/legislacao-municipal.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2008.

_____. **Lei Orgânica do Município de Franca-SP, Constituição Municipal**, promulgada em 05/04/1990. Dispõe no Art. 268. As pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos, bem como os aposentados com rendimentos até três salários mínimos, terão acesso livre e gratuito aos recintos públicos municipais em que se realizem eventos ou promoções de qualquer natureza. Disponível em: <<http://www.camarafranca.sp.gov.br/legislacao-municipal.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2008.

_____. **Lei nº 5.102 de 23/11/1998**. Isenta do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano – IPTU, o imóvel único de contribuinte aposentado ou pensionista, que nele resida e comprove renda pessoal e conjugal, quando for o caso, não superior a 700 UFIR’S por mês. Disponível em: <<http://www.camarafranca.sp.gov.br/legislacao-municipal.htm>>. Acesso em: 16 jan. 2008.

_____. **Lei nº 5.249 de 25/10/1999**. Cria o Conselho Municipal da Terceira Idade de Franca e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camarafranca.sp.gov.br/legislacao-municipal.htm>>. Acesso em: 16 jan. 2008.

_____. **Lei nº 5.803 de 25/10/2002**. Institui, no âmbito do Município, passeios turístico – culturais gratuitos para pessoas com mais de sessenta anos de idade, e que residam em Franca. Disponível em: <<http://www.camarafranca.sp.gov.br/legislacao-municipal.htm>>. Acesso em: 16 jan. 2008.

_____. **Lei nº 5.914 de 14/04/2003**. Institui atendimento preferencial às mulheres grávidas, mulheres com bebês no colo, aos idosos e às pessoas portadoras de necessidades especiais, nos supermercados do Município de Franca e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camarafranca.sp.gov.br/legislacao-municipal.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2008.

_____. **Lei nº 5.916 de 14/04/2003**. Cria o Sistema Municipal de informações sobre a violência contra idoso, composto de dados, informações e estatísticas colhidas conforme o disposto na presente Lei, cuja finalidade é orientar e informar as políticas públicas de atendimento ao idoso. Disponível em: <<http://www.camarafranca.sp.gov.br/legislacao-municipal.htm>>. Acesso em: 16 jan. 2008.

_____. **Lei nº 5.925 de 22/04/2003**. Institui a Semana Municipal de Vacinação do Idoso, no município de Franca. Disponível em: <<http://www.camarafranca.sp.gov.br/legislacao-municipal.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2008.

_____. **Lei nº 6.069 de 07/11/2003**. Estabelece que as consultas médicas e exames de saúde na Rede Municipal tenham atendimento preferencial e imediato quando os pacientes tiverem idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camarafranca.sp.gov.br/legislacao-municipal.htm>>. Acesso em: 16 jan. 2008.

FRANCA. **Lei nº 6.130 de 27/02/2004**. Estabelece a obrigatoriedade de hospitais que atendem a rede pública municipal de saúde, manterem à disposição de acompanhantes, em caso de internação de idosos, acomodações apropriadas. Disponível em: <<http://www.camarafranca.sp.gov.br/legislacao-municipal.htm>>. Acesso em: 16 jan. 2008.

_____. **Lei nº 6.209 de 02/06/2004**. Cria no município de Franca o serviço Disque Idoso e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camarafranca.sp.gov.br/legislacao-municipal.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2008.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. (SEADE). **Pesquisa de Condições de Vida (PCV): interior 1998**. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/cgi-bin/pcvv98/opcao_pcv_01>. Acesso em: 11 fev. 2008.

_____. **Perfil dos idosos responsáveis por domicílio no Brasil**. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produto/perfil/perfil.php>>. Acesso em: 11 fev. 2008.

_____. **Espaços e Dimensões da Pobreza nos Municípios do Estado de São Paulo: Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS)**. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov/web/ipvs/index-ipvs.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2008.

_____. **Perfil dos Municípios – Franca**. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

GARBAR, C.; THEODORE, F. **Família mosaico**. São Paulo: Augustus, 2000.

GATTO, I. B. Aspectos psicológicos do envelhecimento. In: NETTO, M. P. **Gerontologia: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada**. São Paulo: Atheneu, 1996.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GOLDANI, A. M. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 91, p. 18-35, nov. 1994.

GRIN, G. D. **A reinvenção da velhice**. São Paulo: Edusp, 1999.

GUEIROS, D. A. Família e proteção social: questões atuais e limites da solidariedade familiar. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 23, n. 71, p. 102–121, set. 2002.

GUSMÃO, N. M. M. (Org.) **Infância e velhice: pesquisa de idéias**. Campinas, SP: Alínea, 2003.

HABIB, C. **O envelhecimento**: limites e possibilidades. 2001. 122 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2001.

HADDAD, E. G. M. **O direito à velhice**: os aposentados e a previdência social. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **A ideologia da velhice**. São Paulo: Cortez, 1986.

HELLER, A. A concepção de família no Estado de Bem-estar Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 8, n. 24, p. 5–2, ago. 1987.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/familias/censo_familias.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2007.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Síntese dos Indicadores Sociais (2006)**. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicadores2006/default.shtm>>. Acesso em: 18 jan. 2008.

_____. **Cadastro Central de Empresas 2004** – Malha Municipal Digital do Brasil. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/cadastroempresa/2004/default.shtm>>. Acesso em: 14 fev. 2008.

JOSÉ FILHO, M.. **A família como espaço privilegiado para a construção da cidadania**. 2002. 295 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2002.

KALOUSTIAN, S. M. **Família brasileira a base de tudo**. São Paulo: Cortez : UNICEF, 1985.

LEAL, M. G. S. O desafio da longevidade e o suporte ao cuidador. **A Terceira Idade**, São Paulo, v. 11, n. 20, p. 19–30, ago. 2000.

LEITE, I. L. **Mulheres- avós**: um estudo da velhice na família. 1989. 221 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1989.

LEME, L. E. G.; SILVA, P. S. C. P. O idoso e a família. In: NETTO, M. P. **Gerontologia**: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada. São Paulo: Atheneu, 1996.

LEMOS, V. H. O valor da atividade não remunerada realizada por pessoas maiores de sessenta anos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 24, n. 75, p. 114–126, set. 2003.

LOPES, A. Dependência, contratos sociais e qualidade de vida na velhice. In: VON SIMSON, O. R. M.; NERI, A. L.; CACHIONI, M. (Org.). **As múltiplas faces da velhice no Brasil**. São Paulo: Alínea, 2003.

LOSACO, S. O jovem e o contexto familiar. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Org.) **Família: redes, laços e políticas públicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez : Ed. IEE/ PUC-SP, 2005.

LOUREIRO, A. M. L. Velhice: encantos, desencantos e reencantos. **Humanidades**, Brasília, DF: n. 46, p. 77-87, out. 1999.

MAIS de 62 mil francanos na linha da pobreza. **Comércio da Franca**, Franca, 26 fev. 2008. Caderno Local, p. A10.

MARTÍN, T. Q. Alternativas de intervención profesional en las estrategias de sobrevivencia. **Serviço Social & Sociedade**, ano 6, n. 17, p. 144-156, abr. 1985.

MATTOSO, J. **O Brasil desempregado**: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MERCADANTE, E. A velhice: culturas diversas, temporalidades distintas. **A Terceira Idade**, São Paulo, v. 10, n. 14, p. 19-29, ago. 1998.

_____. Aspectos antropológicos do envelhecimento. In: NETTO, M. P. **Gerontologia: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada**. São Paulo: Atheneu, 1996.

MILNITZKY, C.; SUNG, F.; PEREIRA, R. M. Políticas públicas e envelhecimento: conquistas e desafios. **A Terceira Idade**, São Paulo, v. 15, n. 31, p. 54–69, set. 2004.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 11. ed. São Paulo: Vozes, 1995.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. **Censo previdenciário**. Nelson Machado Ministro de Estado da Previdência Social. Brasília, DF, 23 fev. 2006. Disponível em: <<http://www.mpas.gov.br/docs/pdf/apresentacao-censo2.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2008.

MIOTO, R. C. T. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: SALES, M. A. (Org.). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Família e Serviço Social contribuições para o debate. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 18, n. 55, p. 114–130, nov. 1997.

MONTAÑO, C. E. O Serviço Social frente ao neoliberalismo – mudanças na sua base de sustentação funcional – ocupacional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 18, n. 53, p. 102-125, mar. 1997.

MONTEIRO, P. P. Espaços internos e externos do corpo: envelhecimento e autonomia. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 24, n. 75, p. 143–152, set. 2003.

MOTTA, A. B. “Chegando pra idade”. In: BARROS, M. M. L. (Org.). **Velhice ou terceira idade?** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

MOTTA, E. Reflexos da aposentadoria sobre a questão social do idoso. **A Terceira Idade**, São Paulo, v. 10, n. 13, p. 61-70, abr. 1998.

_____. Envelhecimento social. **A Terceira Idade**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 16–9, out. 1989.

MUNICÍPIO de Franca. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wik/franca>>. Acesso em: 4 fev. 2008.

NERI, A. L. As políticas de atendimento aos direitos da pessoa idosa expressas no Estatuto do Idoso. **A Terceira Idade**, São Paulo, v. 16, n. 34, p. 7–24, out. 2005.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, J. P. FHC e a Política Nacional: um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESBAUPIN, I. (Org.). **O desmonte da nação**: balanço do governo FHC. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

NUNEZ, L. M. B. **Centralidade do trabalho**: reflexões sobre o seu significado na velhice. 2001. 136 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2001.

OLIVEIRA, T. P. C. **Políticas públicas de atendimento dos idosos**: subsídios para reconceituação. 2005. 137 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2005.

ONU. **Divisão de População da ONU (2002)**. Disponível em: <<http://www.Onu-brasil.org.br/busca.php/pop./brasil>>. Acesso em: 25 jan. 2008.

_____. **Assembléia Mundial das Nações Unidas Sobre o Envelhecimento (2002)**. Disponível em: <<http://www.Onu-brasil.org.br/busca.php>>. Acesso em: 25 jan. 2008.

PEIXOTO, C. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade. In: BARROS, M. M. L. (Org.). **Velhice ou terceira idade?** Rio de Janeiro: FGV, 1998.

PEREIRA, P. A. P. Desafios contemporâneos para a sociedade e a família. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 16, n. 48, p. 103–114, ago. 1995.

PRADO, D. **O que é família**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

REIS, J. R. T. Família, emoção e ideologia. In: LANE, S T. M. E; CODO, W. (Org.). **Psicologia Social: o homem em movimento**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ROCHA, E. **O que é mito**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

SALGADO, M. A. Envelhecimento populacional: desafio do próximo milênio. **A Terceira Idade**, São Paulo, v. 10, n. 14, p. 32-37, ago. 1998.

_____. **Velhice, uma nova questão social**. São Paulo: Sesc : Seti, 1980.

SANTANA, H. B.; SENA, K. L. O idoso e a representação de si. **A Terceira Idade**, São Paulo, v. 14, n. 28, p. 44–53, set. 2003.

SANTOS, J. L. **O que é cultura**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SARTI, C. A. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

SAWAIA, B. B. Família e afetividade: a configuração de uma práxis ético-política, perigos e oportunidades. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Org.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez : Ed. IEE/ PUC-SP, 2005.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, J. C. Velhice e Assistência Social no Brasil. **A Terceira Idade**, São Paulo, v. 17, n. 35, p. 54–64, fev. 2006.

SILVA, L. M. M. R. **Serviço Social e família: a legitimação de uma ideologia**. São Paulo: Cortez, 1982.

SOUZA, L. E. Estratégia de sobrevivência e participação popular. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 6, n. 17, p. 132–138, abr. 1985.

SPOSATI, A. Benefício de prestação continuada como mínimo social. In: SPOSATI, A. (Org.). **Proteção social de cidadania: inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. III Encontro Latino-Americanos de Trabalho Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 6, n. 17, p. 138–144, abr. 1985.

SZYMANSKY, H. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 23, n. 71, p. 9–25, set. 2002.

_____. **Trabalhando com famílias**. São Paulo: Ed. IEE/PUC-SP, 1992.

_____. **Um estudo sobre significado de família**. 1988. 504 f. Tese (Doutorado em Psicologia da Educação) - Faculdade de Psicologia e Educação, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1988.

TEIXEIRA, F. J. S. O neoliberalismo em debate. In: _____.; OLIVEIRA, M. A. (Org.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1996.

VASCONCELOS, E. M. Resistência e valorização à família. In: _____. **Educação popular e a atenção à saúde e a família**. São Paulo: Hucitec, 1999.

VALLE, E. A velhice e o futuro – os novos velhos do terceiro milênio. **A Terceira Idade**, São Paulo, v.10, n. 13, p. 29–46, abr. 1998.

VERAS, R. A longevidade da população: desafios e conquistas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 24, n. 75, p. 5–18, set. 2003.

VITALE, M. A. F. Avós: velhas e novas figuras da família contemporânea. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Org.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez : Ed. IEE /PUC-SP, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA

1- Identificação

Nome

Idade

Escolaridade

Estado Civil

Profissão

Ocupação

Fonte de renda e valor

Tipo de moradia: () própria () alugada () cedida () financiada

2 – O que vocês pensam sobre a velhice?

3 – Como vocês estão vivenciando o processo de envelhecimento?

4 – Como a família sobrevive?

5- Quem é responsável pela execução das tarefas domésticas, provisão econômica do lar e outras responsabilidades referentes à manutenção da família?

6 – Vocês têm acesso aos direitos sociais (saúde, previdência social, trabalho, lazer)?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, _____ R.G. nº _____, autorizo a gravação de entrevista, com a finalidade de colaborar com a pesquisa de campo de Cristiane Barbosa Rezende, aluna do Programa de Pós-graduação – nível Mestrado (matrícula nº 34160) da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social (FHDSS), Campus de Franca/SP, sob a orientação do Prof. Dr. Mário José Filho.

Estou ciente de que este material será lido/ouvido pela aluna e seu orientador, bem como serão utilizados trechos de minha entrevista transcrita na dissertação de mestrado intitulada “**A VELHICE NA FAMÍLIA: estratégias de sobrevivência**”, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo os procedimentos de sigilo e discrição.

Franca, de de 2008.

Entrevistadora
R.G.

Entrevistado